

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

PARQUES E PATRIMÔNIOS
Análise da diversidade sociocultural do Parque Saint' Hilaire de Porto
Alegre - RS

Ilza Carla Favaro de Lima

Pelotas, 2012.

ILZA CARLA FAVARO DE LIMA

PARQUES E PATRIMÔNIOS

Análise da diversidade sociocultural do Parque Saint' Hilaire de Porto
Alegre - RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Pelotas, 2012.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732p Lima, Ilza Carla Favaro de
 Parques e patrimônios: análise da diversidade sociocultural do
 Parque Saint'Hilaire de Porto Alegre - RS / Ilza Carla Favaro de Lima.
 – Pelotas, 2012.
 114 f.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) –
Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas,
2012. Orientador: Lúcio Menezes Ferreira.

1. Patrimônio cultural. 2. Parques. 3. Diversidade cultural.
4. Unidades de conservação. I.Título.

CDD: 712.5

Banca examinadora:

Prof. Dra. Adriana Fraga da Silva – UNIPAMPA

Prof. Dr. Pedro Luis Machado Sanches – UFPEL

Prof. Dr. Cláudio Batista Carle – UFPEL

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira – UFPEL

*Aos meus pais,
por terem me dado asas.*

*Aos meus professores,
por terem me ensinado a voar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço as três pessoas que mais contribuíram para que essa etapa da minha vida se iniciasse e se concretizasse. Obrigada Artur Barcelos, Adriana Silva e Gustavo Ferenci por acreditar e me convencer de que eu poderia.

Artur, pelas palavras ditas no dia da minha formatura, jamais esquecidas, e todas as outras que vieram depois, agradeço o apoio nesta jornada, inclusive com a logística. Adriana, pelas experiências e ensinamentos compartilhados, por inspirar-me com a transparência e integridade pessoal e profissional que tens, obrigada. Gustavo, agradeço todas as palavras, a paciência e motivação constante, por compartilhar da liberdade de crescer, obrigada por sempre estar aí. Dedico-lhes todo meu carinho, respeito e admiração.

Aos meus professores da graduação em História, principalmente aqueles que me iniciaram nos temas da pesquisa histórica e do patrimônio cultural, refletindo sobre o posicionamento ideológico inerente ao pesquisador. Agradeço a Edson Cruxen, Claudira Cardoso e Adriana Silva, por me orientarem com distinta dedicação. Aos professores do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, pelos todos os ensinamentos. De uma forma ou de outra, todos foram muito importantes na formação da profissional que me tornei.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Lúcio Menezes Ferreira, agradeço às proposições, correções e sugestões que possibilitaram qualificar meu trabalho e por me acompanhar até aqui. Também agradeço ao professor Rodolfo Bertoncello que, com gentileza impar, me orientou por um trimestre em Buenos Aires, obrigada pela dedicação desprendida. Ambos, com uma objetividade acadêmica tranquilizadora, me ajudaram a lidar com meu mar de dúvidas.

Aos meus colegas da graduação que têm mantido contato, mesmo que a distância, obrigada pelo apoio. Aos colegas do mestrado, parceiros desta experiência de interdisciplinaridade, obrigada por compartilharem suas perspectivas, angústias e peculiaridades de cada área. Agradeço aos meus companheiros de viagem, amigos brasileiros que na Argentina se tornaram meus irmãos e outros hermanos que me possibilitaram vivenciar a diversidade cultural, mais do que refletir sobre ela.

Não poderia deixar de agradecer também aos funcionários da Biblioteca Jornalista Roberto Eduardo Xavier, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de

Porto Alegre e, sua responsável Carmem Hoonholtz, Instituição que forneceu grande parte das fontes para esta pesquisa. Joel Oliveira, obrigada pelo sempre prestativo atendimento e, parabéns a toda a equipe pela qualidade do acervo e da organização, uma raridade dentro do sistema público que merece reconhecimento.

Agradeço a minha família por respeitar e apoiar minhas escolhas, incondicionalmente. À Família Ferenci que também me respeita e me acolhe como filha.

Por fim, aos colegas do novo trabalho, muito obrigada pela paciência nestes meses de finalização da dissertação, ouvindo minhas queixas, dores e paranoias. A partir de agora podemos falar de *happy hour*, por favor.

*A postura que adotamos com respeito ao passado,
quais as relações entre passado, presente e futuro
não são apenas questões de interesse vital para todos:
são indispensáveis.*

*É inevitável que nos situemos no continuum
de nossa própria existência...*

Eric Hobsbawm, Sobre História

RESUMO

LIMA, Ilza Carla Favaro de. **PARQUES E PATRIMÔNIOS. Análise diversidade sociocultural do Parque Saint' Hilaire de Porto Alegre - RS.** 2012. 115f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O Patrimônio Cultural é uma área que ganha cada vez mais força e espaço na contemporaneidade, baseada na importância de se preservar a herança cultural das sociedades. Com o passar dos anos a categoria tem se expandido, buscando abranger os mais diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira e mundial. No entanto, este processo sempre está submetido a seleções e exclusões, quando tem que delimitar o que deve ser preservado. Esta é a problemática analisada neste trabalho, a partir do exemplo do Parque Saint' Hilaire de Porto Alegre – RS, uma área de preservação ambiental localizada na região metropolitana do Rio Grande do Sul. Diante da constatação de uma sobreposição na valorização das características ambientais diante de outras, buscou-se conhecer as diferentes formas de uso do espaço público, a fim de identificar a diversidade presente no Parque e os conflitos que o envolvem. A partir do contexto encontrado, questionam-se as possibilidades de preservação de bens ambientais e socioculturais em um mesmo espaço, tendo em vista suas especificidades, bem como as práticas de categorização e preservação do Patrimônio Cultural desassociadas das comunidades locais.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Parques. Unidades de Conservação. Diversidade Cultural.

ABSTRACT

LIMA, Ilza Carla Favaro de. **PARQUES E PATRIMÔNIOS. Análise diversidade sociocultural do Parque Saint' Hilaire de Porto Alegre - RS.** 2012. 115f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Cultural Heritage has got increasing power and space in contemporary world in relation to the importance of preserving the cultural heritage of societies. Over the years the category has expanded, seeking to cover the different groups that make up Brazilian society and world. However, this process is always subjected to selections and exclusions, when someone has to define what should be preserved. This is the issue examined in this work from the example of Parque Saint' Hilaire in Porto Alegre - RS, an environmental preservation area located in the metropolitan region of Rio Grande do Sul. Given the finding of an overlap in the enhancement of environmental characteristics on other, we sought to identify the different forms of appropriation of public space in order to identify the diversity present in the park and the conflicts that surround it. From the context found, I raised some questions on the possibilities of preservation of environmental goods and sociocultural in the same space, with a view to their specificities, as well as the practices of categorization and preservation of Cultural Heritage disassociated from local communities.

Key-words: Cultural Heritage. Parks. Conservation Units. Cultural Diversity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação das áreas de preservação ambiental de Porto Alegre.....	35
Figura 2: Conjunto de Parques e Reserva Biológica de Porto Alegre.	36
Figura 3: Águas represadas na Lomba do Sabão, 74 hectares dentro da área do Parque Saint' Hilaire.....	38
Figura 4: Área da Represa Lomba do Sabão (azul) e da Hidráulica (laranja) em relação ao território total do Parque Saint' Hilaire (traçado)	38
Figura 5: Aniversário do Parque Saint' Hilaire: inauguração placa alusiva a Auguste de Saint' Hilaire	39
Figura 6: Árvores de Eucaliptos no Parque Saint' Hilaire	40
Figura 7: Área de recreação e lazer e infraestrutura, no Parque Saint' Hilaire.....	44
Figura 8: Localização das novas áreas de recreação e lazer do Parque Saint' Hilaire, traçado verde marca a área antiga.....	45
Figura 9: Pórtico do Parque Saint Hilaire	47
Figura 10: Localização do Parque Saint' Hilaire, a partir da Represa Lomba do Sabão, entre os Municípios de Porto Alegre e Viamão.	49
Figura 11: Área do Parque Saint' Hilaire e divisa dos Municípios de Porto Alegre e Viamão	50
Figura 12: Umas das estradas principais do Parque Saint' Hilaire, local de passagem dos moradores do entorno	51
Figura 13: Quadro demonstrativo das propostas do Grupo 1 – Recursos Naturais. .	55
Figura 14: Quadro demonstrativo das propostas do Grupo 2 – Atividades Complementares	56
Figura 15: Perspectiva do Pórtico.	57
Figura 16: Planta Geral do Pórtico	57
Figura 17: Entrada do Parque Saint' Hilaire na década de 1970.....	58
Figura 18: Entrada atual do Parque	58
Figura 19: Perspectiva do Centro de Atividades.....	58
Figura 20: Centro de Visitantes e Vivências Ambientais	58
Figura 21: Butiazais do Parque Saint' Hilaire	61
Figura 22: Tipos de vegetação presentes no Parque Saint' Hilaire	62
Figura 23: Represa Lomba do Sabão.	63
Figura 24: Estação de Tratamento de Água (ETA) Lomba do Sabão.....	63

Figura 25: Área da Represa Lomba do Sabão, circulado em verde a área da Estação de Tratamento de Água (ETA).....	64
Figura 26: Qualidade da água, relatório anual. Em destaque, texto sobre águas comprometidas.....	66
Figura 27: Matéria sobre a extração de matéria-prima, pelos indígenas, no Parque Sant' Hilaire	69
Figura 28: Detalhes do Relatório Mensal de Atividades do Parque Saint' Hilaire	70
Figura 29: Detalhe da ornamentação do Recanto dos Orixás	71
Figura 30: Recanto dos Orixás	72
Figura 31: Oferenda identificada junto ao Recando dos Orixás	72
Figura 32: Oferenda identificada junto ao limite do Parque.....	72
Figura 33: Detalhe do material de oferenda	72
Figura 34: Campo Central, área dos escoteiros dentro do PSH.....	75
Figura 35: Entrada do Campo Escola	76
Figura 36: Recepção.	76
Figura 37: Campo Escoteiro.....	76
Figura 38: Campo Pioneiro.....	76
Figura 39: Campo Sênior	76
Figura 40: Canto Lobo.....	76
Figura 41: Quiosque na área das churrasqueiras.	78
Figura 42: Parquinho próximo a área das churrasqueiras.....	78
Figura 43: Crianças jogando vôlei.	79
Figura 44: Quadra e praticantes de bocha..	79
Figura 45: Campo de futebol.	79
Figura 46: Quadra de futebol.....	79
Figura 47: Pista de aerodelismo	79
Figura 48: Praticante de aerodelismo.....	79
Figura 49: Recanto de Artes Marciais..	80
Figura 50: Crianças andando de Bugue.....	80
Figura 51: Ciclistas	80
Figura 52: Centro de Visitantes e Vivências Ambientais	81
Figura 53: Sala de Atividades do Centro de Visitantes e Vivências Ambientais	81
Figura 54: Viveiro Municipal de Porto Alegre, dentro do Parque Saint' Hilaire	82
Figura 55: Estufa do Viveiro Municipal	82

Figura 56: Mudas produzidas pelo Viveiro Municipal de Porto Alegre.....	82
Figura 57: Papiro, do Latim <i>papyrus</i> . Nome científico, <i>Cyperus papyrus</i>	83
Figura 58: Folder da Linha do Ônibus Turístico de Porto Alegre.....	84
Figura 59: Movimento de carros chegando ao Parque em uma tarde de domingo ...	85
Figura 60: Notícias publicadas em jornais, sobre as melhorias nas condições de segurança do Parque	89
Figura 61: Áreas ocupadas irregularmente no Parque Saint' Hilaire	92
Figura 62: Área 1 – Zona de risco.....	93
Figura 63: Área 2 – Zona de contaminação do ponto de captação da hidráulica.....	93
Figura 64: Área 3 – Zona de segurança da Barragem	93
Figura 65: Área 4 – Zona de ocupação antiga	93
Figura 66: Área 5 – Prolongamento da zona de risco.	93
Figura 67: Zona da FEBEM.....	93
Figura 68: Imagens das áreas ocupadas, próximas a Barragem Lomba do Sabão, no Parque Saint' Hilaire	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O PATRIMÔNIO DENTRO DO AMBIENTE E AMBIENTE DENTRO DO PATRIMÔNIO .	17
1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DE CULTURA E NATUREZA	18
1.2 SOBRE AMBIENTALISMO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOCIOAMBIENTALISMO	20
1.3 CLASSIFICAÇÕES PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	23
1.4 A INVENÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	27
2 HISTÓRIA DO PARQUE SAINT' HILAIRE.....	31
2.1 PARQUES DA CAPITAL GAÚCHA	32
2.2 ERA UMA VEZ UM PARQUE.....	37
2.2.1 <i>Localização e desdobramentos</i>	47
2.2.2 <i>Plano Piloto</i>	52
3 PATRIMÔNIO CULTURAL E OS DIFERENTES USOS DO ESPAÇO PÚBLICO	60
3.1 ÁGUAS E DESEJOS REPRIMIDOS	63
3.2 PRÁTICAS ARTESANAIS E RELIGIOSAS.....	69
3.3 ESCOTISMO.....	73
3.4 TRADIÇÕES E NOVAS POSSIBILIDADES DE LAZER, ESPORTE E EDUCAÇÃO.....	77
3.5 VIVEIRO MUNICIPAL, TURISMO E OUTROS USOS POSSÍVEIS	81
3.6 LENDAS URBANAS E INSEGURANÇA REAL.....	86
3.7 COMUNIDADE LOCAL.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS	100
FONTES PRIMÁRIAS	100
LEGISLAÇÃO.....	102
JORNAIS.....	103
BIBLIOGRAFIAS	105
APÊNDICES.....	109
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no campo interdisciplinar de pesquisas sobre Patrimônio Cultural. Tem ênfase junto à linha de Patrimônio, Espaço e Território do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Neste sentido, esta investigação consiste numa reflexão sobre os padrões estabelecidos pela invenção da categoria de Patrimônio Cultural, a partir de um estudo sobre o Parque Saint' Hilaire (PSH), de Porto Alegre – RS, com o intuito de contribuir com o diálogo acerca da temática patrimonial e iniciar-me na prática da pesquisa científica.

O foco desta pesquisa é o processo de seleção e exclusão obtido através da delimitação do Patrimônio Cultural, a diversidade cultural existente em espaços como uma área de preservação ambiental e os conflitos da preservação. A problemática proposta busca analisar a possibilidade de preservar bens ambientais e socioculturais em um mesmo espaço, tendo em vista suas especificidades.

O trabalho estabelece uma crítica ao culto que se dedica ao patrimônio cultural na atualidade (CHOAY, 2006). Tendo em vista que, por mais importante que seja a eleição e preservação do patrimônio cultural, ela merece reflexão mais do que simples aprovação, “requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra” (CHOAY, 2006, p. 12). Também é desse ponto de vista que abordo o tema aqui.

O diagnóstico sócio-ambiental do Parque Saint' Hilaire (MORTARI, 2002) identificou atividades conflitantes no local e recomenda alternativas para qualificar o Parque mantendo sua integridade ambiental. As atividades (conflitantes) realizadas

se tratam de diferentes formas de uso do espaço público. Tendo em vista a afirmação de Llorenç Prats (1997), de que “sem poder, não existe patrimônio”, e que o poder instituído já elencou o patrimônio ambiental do Parque, dediquei-me a conhecer o contexto vivenciado por este espaço de recreação e lazer, para além da prioridade instituída para preservação.

Minha aproximação com o Parque Saint’ Hilaire de Porto Alegre ocorreu quando cursava a graduação em História, através de um projeto de extensão do qual fui integrante. O *Projeto Percepção Ambiental e Patrimonial da Comunidade Escolar do Entorno do Parque Natural Municipal Saint’ Hilaire em Porto Alegre* foi uma proposta construída de forma interdisciplinar, abrangendo cursos de Licenciatura, dentre eles: Ciências Biológicas, Filosofia, História e Pedagogia, de autoria dos professores: Adriana Fraga da Silva, Isabel Gravato, Eunice Nonato e José Luís Corrêa. O objetivo principal era oferecer oficinas pedagógicas e metodologias a fim de complementar e contribuir para o reconhecimento e identificação ambiental e patrimonial do Parque Saint’ Hilaire por parte da comunidade escolar próxima.

A partir desta experiência, somada às discussões que vivenciei em diversas disciplinas e estágios do Curso, elegi meu tema de pesquisa: o Patrimônio Cultural. A escolha sempre esteve relacionada com a intrigante aproximação com questões identitárias e de cidadania. Desta forma, após produzir meu Trabalho de Conclusão de Curso com uma análise introdutória do Parque mencionado, constitui meu projeto de mestrado, que resultou nesta dissertação¹.

O estudo de caso proposto se mostrou relevante, primeiro pela problemática identificada e, segundo, por que praticamente são inexistentes análises nas áreas das ciências humanas e sociais para o objeto em foco. Assim, a execução desta pesquisa foi estruturada a partir de dois alicerces: o conhecimento teórico específico e a investigação da história do Parque junto ao bairro e ao município.

¹ A pesquisa também foi influenciada pela experiência de estudo e pesquisa junto ao *Programa de Cooperación Internacional Asociado para el Fortalecimiento de la Posgrado – Brasil / Argentina (CAFP/BA)*, fruto de cooperação acadêmica vinculado aos programas de pós-graduação em *Economía Política de la Cultura – Estudios sobre Producciones Culturales y Patrimonio* da Facultad de Filosofía y Letras (ICA/FFyL), da Universidad de Buenos Aires (UBA), e em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na qual tive a orientação do Professor Dr. Rodolfo Bertoncello.

A metodologia utilizada constitui-se de análise documental a partir de fontes primárias da administração pública de Porto Alegre, jornais e arquivos locais e revisão bibliográfica. Foram pesquisados os arquivos da Cidade, incluindo os de jornais locais, que contribuíram com grande número de informações para o desenvolvimento do trabalho. Para além da pesquisa documental, foram realizados trabalhos de campo, com observação do objeto, registro fotográfico e coleta de informações com funcionários. Parte deste caminho percorrido pode ser refeito, a partir das instituições pesquisadas, listadas em anexo (Apêndice 1).

Os capítulos se formaram através do desdobramento dos objetivos específicos delimitados no projeto. Primeiramente, apresento um aporte teórico, discutindo conceitos fundamentais para a discussão.

O Patrimônio Cultural, temática central do trabalho, é uma área que não se encerra dentro de uma disciplina somente. Portanto, parto da minha área de formação, a História, mas com auxílio de outras busco refletir sobre as questões que se entrecruzam neste trabalho. No primeiro capítulo, enfoco alguns conceitos-chave, as discussões dedicadas ao meio ambiente, incluindo a abordagem nacional dedicada às áreas de conservação da natureza, e exponho minha compreensão sobre a invenção do Patrimônio Cultural.

O capítulo 2 trata do contexto estudado. Busca apresentar o objeto da pesquisa e situá-lo junto ao cenário em que está inserido. Apresento o conjunto de áreas de preservação ambiental existentes em Porto Alegre e, posteriormente, o protagonista, o Parque Natural Municipal Saint' Hilaire. Conhecer o processo de criação e funcionamento (história) do Parque, analisar suas transformações e normativas, sua localização e peculiaridades são fundamentais para entender a complexidade do local, já que este conjunto de atrativos é que provocaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Ainda neste capítulo, descrevo o primeiro planejamento feito para o Parque na década de 1970. Um plano piloto que almejava uma reelaboração da infraestrutura do local focada no total aproveitamento da área para atividades culturais diversificadas e em comunhão com a natureza. Interessante observar que, já nesta época, se constatou uma futura incompatibilidade no papel do Parque, pelo uso simultâneo do local para a recreação e para a produção de água potável, através da Estação de Tratamento Lomba do Sabão, instalada dentro da área.

No último capítulo abordo a relação que a comunidade mantém com o Parque, ao longo de sua história; as diferentes práticas realizadas no local; as práticas tradicionais e do cotidiano, que formam o conjunto de valores que envolvem o lugar e a comunidade local. Desta forma, busco trazer à tona o reflexo gerado pelo processo de patrimonialização ambiental do PSH e, destacando as incompatibilidades, os conflitos gerados em tal situação.

1 O PATRIMÔNIO DENTRO DO AMBIENTE E AMBIENTE DENTRO DO PATRIMÔNIO

Cada discurso plantea una trampa cuando es unilateral...

María Carmam

O presente capítulo apresenta as contextualizações das áreas com que se relaciona esta pesquisa. Traz conceituações consideradas pertinentes para a problematização proposta, a partir do estudo de caso sobre Parque Saint' Hilaire (PSH), um parque urbano, de abrangência regional, com vocação socioambiental e cultural.

Em primeiro lugar busco conceitos gerais que subsidiam a discussões propostas. As definições não supõem delimitações precisas, mas sim desconsiderar a contraposição e dicotomia, “naturalmente” presentes em pares como cultura e natureza. Este aporte é que permite levar a discussão até a relação que as pessoas têm com as paisagens, com as representações culturais que estão envolvidas nestas situações.

Na sequência descrevo algumas formas de abordagem dedicadas ao meio ambiente. Tais referências são importantes para compreensão de como tem se constituído o discurso de preservação da natureza. E nesta linha buscar-se posicionar este trabalho com relação a este tema aliado as novas relações feitas entre questões sociais e ambientais.

Dentro do contexto nacional se fez necessário conhecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), categorização brasileira utilizada para áreas de preservação ambiental na qual o PSH está incluído. No intuito de compreender em que se diferenciam tais áreas e quais são os objetivos, dos parques especificamente.

Após estas conceituações discorro sobre a invenção do Patrimônio Cultural, que é um termo cada vez mais difundido e utilizado nas ações de preservação, por vezes sem o devido (re) conhecimento do seu caráter ideológico. Ao considerar as possibilidades de seleção, feitas sob o título de patrimônio, é possível entender o “poder” presente no ato de eleger “o quê” deve ser preservado e, assim, refletir sobre o caso do Parque porto-alegrense.

1.1 Considerações acerca de Cultura e Natureza

A ideia de analisar o Parque Saint’ Hilaire a partir da abordagem do Patrimônio Cultural acaba por entrecruzar outras áreas, em especial Cultura e Natureza. Conceitos complexos como estes, que há muito tempo têm sido trabalhados pela Antropologia e Filosofia (entre outras ciências), não poderiam ser esgotados aqui. A iniciativa, no entanto, se faz presente a fim de identificar minimamente as linhas em conformidade com a abordagem pretendida por esta dissertação.

O natural é considerado no sentido oposto ao de artificial, mas não isento da intervenção humana, o que hoje pode ser considerado uma utopia, tendo em vista que o homem já interferiu sobre todos os espaços que conhece. “Devemos entender a natureza, nesta visão, não mais como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade humana” (SILVA, 1997, p. 204). Portanto, não podemos considerar o meio ambiente dissociado das pessoas que o habitam. Como afirma Tilley (2006): paisagens são “estruturas de sentimentos, palimpsestos do passado e do presente, resultados da prática social” (p. 7).

Cultura é um conceito antropológico que, segundo Laraia (2008), todos os antropólogos sabem o que significa, mas ainda divergem na hora de exteriorizá-lo. A definição mais simples pode ser que o termo abrange todas as ações dos grupos humanos, sejam elas materiais ou imateriais. Assim, “cultura é um todo complexo de conhecimentos e toda a habilidade humana empregada socialmente” (SILVA; SILVA, 2006, p. 85). “Esse modo de vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante” (LARAIA, 2008, p. 59).

Estas práticas e nossa organização social nos identificam no tempo e no espaço em que vivemos. Espaço que, segundo Milton Santos (1996), é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, que não podem ser considerados isoladamente. A partir destes conceitos busco justificar a afirmação apresentada acima, de que a oposição entre cultura e natureza não se sustenta, aliada a definição de Souza Filho (1999), muito pertinente para compreensão do tema abordado:

O meio ambiente, entendido em toda a sua plenitude e de um ponto de vista humanista, compreende a natureza e as modificações que nela vem introduzindo o ser humano. Assim, o meio ambiente é composto pela terra, a água, o ar, a flora e a fauna, as edificações, as obras de arte e os elementos subjetivos e evocativos, como a beleza da paisagem ou a lembrança do passado, inscrições, marcos ou sinais de fatos naturais ou da passagem de seres humanos. Desta forma, para compreender o meio ambiente é tão importante a montanha, como a evocação mística que dela faça um povo (p. 21).

O meio ambiente, objeto de estudo neste trabalho, são as paisagens do Parque Saint' Hilaire. Paisagens entendidas como conjunto que exprime “as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 1996, p. 83), como representações de sua história e de sua identidade.

Não se trata mais da interação do homem com a natureza na paisagem, mas sim de uma forma intelectual na qual diferentes grupos culturais percebem e interpretam a paisagem, construindo os seus marcos e significados nela. Nesta perspectiva, a paisagem é a realização e materialização de ideias dentro de determinados sistemas de significação. Assim, ela é humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar. Cria-se a paisagem como uma representação cultural. (SCHIER, 2003, p. 81).

Seguindo a lógica destes autores, busco compreender como a sociedade tem se relacionado com este espaço e conhecer as diferentes abordagens dedicadas ao ambiente, para poder inserir o PSH neste contexto – enquanto conjunto natural e cultural – e melhor compreender a importância da sua existência.

Tratando-se de um bem reconhecido e instituído como reserva de proteção da natureza, o PSH insere-se em um cenário de discussões ambientais. Busquei conhecer algumas destas reflexões – as ideias gerais de ambientalismo e desenvolvimento sustentável – e percebi na proposta socioambientalista uma premissa comum à problematização desta dissertação.

1.2 Sobre Ambientalismo, Desenvolvimento Sustentável e Socioambientalismo

A degradação intensa ao meio ambiente, hoje um problema global, no Brasil remonta a chegada dos europeus. Todo período de exploração colonial foi marcado por grande devastação ambiental e a crítica já estava presente neste período (PÁDUA, 2002), mas a intensificação ocorreu com as políticas de desenvolvimento que tomaram o mundo após a Segunda Guerra Mundial, que buscavam reconstruir as sociedades atingidas pela guerra e estabelecer uma ordem internacional em meio a grandes disparidades entre nações centrais e periféricas (CARVALHO; GUIMARÃES; SCOTTO, 2007).

De acordo com os autores citados acima, a filosofia do progresso, assentada nos pilares da sociedade industrial, encurralou os países chamados “subdesenvolvidos”, que contraíram empréstimos e dívidas na tentativa de acompanhar o bloco capitalista “de primeiro mundo”, formado pela Europa ocidental e pelos Estados Unidos da América. Diante deste contexto de crise econômica (falência do modelo liberal clássico) e ambiental (a noção de respeito à natureza começa a ganhar espaço dos debates sobre desenvolvimento), emergente a partir dos anos 1980, cresce a crítica a este modelo que não prevê a responsabilidade social ou sustentável. Este movimento de crítica é conhecido como ambientalismo.

Na história do movimento ambientalista no Brasil, os primeiros anos são marcados estritamente por denúncias de degradação ambiental, numa visão de certa forma “ingênua”, pois buscava apenas reprimir as práticas lesivas, deparando-se com a dicotomia entre desenvolvimento e preservação, sem considerar a prevenção. A formação de uma ecologia política tem início em meados da década de 1980 e toma forma com a criação do Partido Verde, o PV (RUCKERT, 2007).

No cenário mundial, representantes de vários países participaram de um ciclo de conferências, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), dedicadas a esta temática, das quais destaco: a Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo (1972) e a Conferência para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (1992). Ocorreram outras reuniões e tratados sobre temas mais específicos (como clima e aquecimento global, por exemplo), no entanto as Conferências sueca e brasileira são as que abordaram a

questão do meio ambiente de forma mais geral e levantaram discussões pertinentes para este trabalho.

A partir das determinações da primeira Conferência foi instituída a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que publicou, como resultado de suas discussões, um relatório com o título de *Nosso futuro comum*, também conhecido como *Relatório Brundtland*², em 1987. Neste momento, entra em cena o difundido e contraditório conceito de “desenvolvimento sustentável”:

A humanidade é capaz de tornar o *desenvolvimento sustentável* – de *garantir que ele atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas*. O conceito de desenvolvimento sustentável tem, é claro, limites – mas não limites absolutos, mas limitações impostas pelo estágio atual da tecnologia e da organização social, no tocante aos recursos ambientais, e pela capacidade da biosfera de absorver os efeitos da atividade humana. Mas tanto a tecnologia quanto a organização social podem ser geridas e aprimoradas a fim de proporcionar uma nova era de crescimento econômico. Para a Comissão, a pobreza já não é inevitável. A pobreza não é um mal em si mesma, mas para haver desenvolvimento sustentável é preciso atender as necessidades básicas de todos e dar a todos a oportunidade de realizar suas aspirações de uma vida melhor (CMMAD, 1988 apud CARVALHO; GUIMARÃES; SCOTTO, 2007, p. 32. Grifo meu).

A aplicação do princípio geral do conceito pode, inegavelmente, minimizar os problemas ambientais, no entanto, a Comissão reconhece que o conceito é limitado. Dentro desta lógica, o Parque Saint' Hilaire, por exemplo, deveria conciliar o desenvolvimento, como o que ocorreu na década de 1940 – quando da política de plantio e colheita de madeira para abastecimento da Capital – com a conservação da natureza.

No período preparatório para a Conferência do Rio (1992), dois anos antes, formou-se o Fórum das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros, com intuito de possibilitar à sociedade civil espaço para acompanhar e atuar junto ao Evento. Paralelamente à reunião oficial também foi realizado um Fórum Global para congregar a sociedade civil internacional.

Foi principalmente a partir destas discussões entre diferentes setores da luta social e ambiental que surgiu um dos avanços mais importantes deste período: a noção de que os problemas que estavam em debate não eram exclusivamente sociais ou ambientais, e que só poderiam ser enfrentados se compreendidos como fruto da convergência de processos ao mesmo

² O Relatório ficou conhecido pelo nome da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que presidiu a Comissão.

tempo sociais e ambientais. Esta abordagem da *questão ambiental* passou a ser denominada de *socioambiental* e ajudou a criar um campo de diálogo entre movimentos: muitos movimentos sociais então passaram a reconhecer em suas lutas a importância da dimensão ambiental, bem como o movimento ecológico pôde integrar melhor a dimensão social na constituição dos problemas ambientais (CARVALHO; GUIMARÃES; SCOTTO, 2007, p. 39. Grifo meu).

Cada vez mais a crise, agora socioambiental, passa a ser encarada como um problema não somente relacionado com o modelo produtivo, mas também com o modo de vida e de consumo das sociedades contemporâneas. O debate passa da noção de desenvolvimento sustentável para a ideia de sociedade sustentável. A diferença fica muito clara a partir da discussão proposta pelo Fórum Brasileiro de ONGs (FBONGs), na 5ª Conferência Rio+5, em 1997³:

Não resta dúvida, por exemplo, que um dos pilares do estilo atual é precisamente a indústria automobilística, com suas sequelas de cogestão urbana, de queima de combustíveis fósseis e outras. Pois bem, o que poderia ser considerado sustentável para os empresários, isto é, veículos mais econômicos e equilibrados com conversores catalíticos, não necessariamente o seria do ponto de vista da sociedade, que pode privilegiar transporte público eficiente (FBONGs, 1997 apud CARVALHO; GUIMARÃES; SCOTTO, 2007, p. 48).

Esta transformação na abordagem dos problemas ambientais, vinculados à questão social, é perceptível inclusive na legislação brasileira. Segundo Santilli (2005), as leis editadas na década de 1980 são de “orientação conservacionista”, voltadas para a proteção, controle e repressão, mas sem uma “dimensão social” claramente incorporada. Já nos anos 1990 e 2000, as leis publicadas “rompem com essa orientação e passam a prever mecanismos e instrumentos de gestão dos bens socioambientais, e não apenas de repressão a determinadas condutas e atividades” (SANTILLI, 2005, p. 29). Um exemplo citado por esta jurista é a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, de especial interesse para este trabalho, como será apresentado a seguir.

Cabe, ainda, perceber as transformações das primeiras ideias ambientalistas, em fase de amadurecimento, que questionam a dicotomia entre desenvolvimento e sustentabilidade até chegar a um ponto crucial dos problemas

³ A Conferência Rio+5 foi a 5ª reunião internacional da Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Sessão Especial da Assembleia da ONU, promovida pelo Conselho da Terra em abril e junho de 1997, com objetivo de avaliar os cinco anos transcorridos desde a Rio-92 (CARVALHO; GUIMARÃES; SCOTTO, 2007).

ambientais: as desigualdades sociais. Esta abordagem, por conseguinte, vem ao encontro da reflexão que proponho sobre o Parque Saint' Hilaire. Como detalharei nos capítulos a seguir, a preservação deste Parque está relacionada com um conjunto pessoas e práticas, fatores sociais a serem considerados.

O socioambientalismo está

baseado no pressuposto de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se incluíssem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (SANTILLI, 2005, p. 35).

Ou seja, busca equilíbrio para conservação ambiental e respeita a sociedade com que se relaciona, assim como a futura. Abordagem aplicável ao caso do Saint' Hilaire, que, mesmo sendo uma Unidade de Conservação da Natureza, é uma área pública, um parque.

1.3 Classificações para Unidades de Conservação da Natureza

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aprovado pela Lei nº 9.985 de 2000, foi criado para estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UCs), com o intuito de ordenar áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal. Segundo esta Lei Federal, Unidade de Conservação é um:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (art. 2º).

Dentre as várias categorias de UCs, este trabalho está focando especificamente uma delas: os parques.

O primeiro parque nacional criado no Brasil é o Itatiaia, em 1937, localizado entre Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na sequência vieram o do Iguaçu, no Paraná, e o da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro, ambos fundados em 1939.

A criação destes parques foi inspirada no modelo de proteção de áreas naturais adotado pelos Estados Unidos, com a fundação do primeiro parque nacional do mundo, o Yellowstone, em 1872. Segundo Santilli (2005), o principal objetivo na

época era garantir a proteção dos seus recursos naturais, assegurando o hábitat de algumas espécies, sem a interferência destrutiva do homem e suas atividades econômicas predatórias.

A história social das relações com a natureza, de acordo com Carvalho (2006), demonstra algumas mudanças culturais no século XVIII, na Inglaterra. Com as tensões do mundo industrial em formação, pobreza e insalubridade se impõem a uma população que há pouco deixara o mundo rural. Em oposição a esta “violência social e ambiental” se firma a chamada nostalgia em relação à natureza.

Deste modo, hábitos como o de manter em casa um pequeno jardim, criar animais domésticos, fazer passeios ao ar livre e piqueniques nos bosques, ouvir música em ambientes naturais, ir ao campo nos fins de semana, observar pássaros são fartamente registrados pela literatura e pintura dos séculos XVIII e XIX (CARVALHO, 2006, p. 100).

Podemos considerar, portanto, que parque urbano é um “produto da cidade da era industrial”, que surge “da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender a uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao meio ambiente urbano” (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 7). Desta forma, podemos considerar o Saint’ Hilaire um parque urbano, pois, em diversos momentos⁴, é perceptível a busca pela interação da comunidade com a natureza do local. Consequentemente, os dias de maior visitação do PSH, por exemplo, são os finais de semana, quando as pessoas buscam o lazer dominical.

Na década de 1970, no entanto, sua denominação como parque urbano foi questionada, possivelmente porque o processo de urbanização do seu entorno ainda não era tão intenso, destacando-se sua abrangência regional. De acordo com o *Plano Piloto*, produzido pela Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV):

se for considerada sua posição geográfica, relativamente as concentrações populacionais atuais e suas tendências quanto ao crescimento futuro, diante da sua extensão em superfície, chega-se a conclusão que trata-se de um parque de função Regional, isso porque o raio de influência de uma área tão extensa excede os limites de um parque urbano que atenderia um ou mais bairros (SMOV, 1975, p. 8).

⁴ “É o novo Saint’ Hilaire: lazer ligado à natureza” *Diário de Notícias*, 1975, s.p.; “Saint’ Hilaire: mata e lazer gratuitos” *Jornal do Comércio*, 1983, p. 6; “Um dia para ficar à vontade” *Zero Hora*, 1985, s.p.; “Dia de verão no Saint’ Hilaire” *Zero Hora*, 1989, p. 36; “As ilhas verdes onde a cidade respira” *Zero Hora*, 1995, p. 16; “Sugestões de lazer” *Zero Hora*, 2002, p. 43.

Todavía, com o avanço populacional, hoje o PSH está completamente cercado pelas cidades. Conforme podemos observar no Anexo 1, ele pode ser considerado uma ilha verde em meio ao cinzento concreto que marca a presença do desenvolvimento urbano. Constituindo-se em um refúgio, tanto para espécies animais, como para a sociedade, o lugar possibilita atender a demanda social (de lazer, de tempo do ócio e para contrapor-se ao meio ambiente urbano), independente de quantos bairros atenda.

A função regional, contudo, me parece coerente, tendo em vista a extensão de sua área, o fato de estar localizado em dois municípios, conforme será apresentado no capítulo 2, e estar à disposição da Região Metropolitana de Porto Alegre. O Saint' Hilaire é um exemplo de parque natural, que responde as necessidades da modernidade, de preservação, em paralelo aos processos de desenvolvimento:

la creación de los parques naturales responde a los cambios en las estrategias de conservación y en la mirada patrimonial sobre el paisaje y la naturaleza. Uno de los debates más importantes de las últimas décadas se refiere a la relación entre conservación y desarrollo: el hecho de conservar un determinado territorio en su estado <natural> no debe implicar un freno al desarrollo de las comunidades incluidas en las zonas protegidas. Con la creación de los parques naturales se intenta superar este problema. El origen de los parques naturales regionales de Francia responde a esta problemática, a la necesidad de buscar una estructura que permitiese la protección de la naturaleza a la vez que implicase, entre otros aspectos, la participación de las comunidades locales y el mantenimiento de las actividades económicas (ADREU, 1995 *apud* PRATS, 1997, p. 83).

Em nosso contexto, a categoria de Parque Natural está definida pela Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), com intuito de unificar e dar organicidade, estabelecendo “critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (art. 1º). Esta legislação classifica as áreas de preservação ambiental em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

No grupo de Proteção Integral estão as categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. O princípio geral destas unidades é preservar a natureza, permitindo o uso indireto de seus recursos.

No caso das Unidades de Uso Sustentável, como o próprio nome diz, a ideia é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos. Neste grupo estão as seguintes unidades: Área de Proteção

Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Cada uma destas categorias tem suas peculiaridades. Como já comentei anteriormente, o interesse maior deste trabalho é a abordagem dedicada aos parques, que estão dentro do grupo de Proteção Integral.

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (LEI nº 9.985, 2000, art. 11º).

Nos parágrafos que se seguem, a Lei esclarece que o Parque Nacional é de domínio público e as áreas particulares dentro de seus limites devem ser desapropriadas (art. 11, § 1º). A pesquisa científica depende de autorização prévia e, assim como a visitação pública, está sujeita a normas e restrições estabelecidas pelo Plano de Manejo e pela Administração (art. 11, §§ 2º e 3º). “As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal” (art. 11, § 4º).

Tendo em vista as orientações federais, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através do Decreto nº 14.289/2003, enquadrou o Parque Saint’ Hilaire no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, denominando-o Parque Natural Municipal Saint’ Hilaire. A partir deste momento, os objetivos do PSH passaram a ser:

- I - proteção e preservação dos ecossistemas e da diversidade biológica;
- II - obtenção de conhecimentos científicos básicos e incentivo à pesquisa;
- III - integração da Unidade de Conservação com o entorno;
- IV - educação socioambiental continuada;
- V - operacionalização da Unidade de Conservação;
- VI - revisão periódica do Plano de Manejo (DECRETO nº 14.289, 2003, art. 3º).

Conforme determina a Lei do SNUC, no seu 29º artigo, cada Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo. Foi constatada a intenção de formar um Conselho para o Parque Saint’ Hilaire, através de um Decreto de Lei, com o objetivo de “contribuir com a implantação e desenvolvimento da Unidade” (DECRETO nº 15.223, 2006, art. 1º). A constituição do mesmo, contudo, até pouco tempo era inexistente.

Somente em agosto de 2011 foi instalado o Conselho Consultivo do Parque Saint' Hílaire. “Formado por representantes da sociedade e de órgãos públicos, o conselho, segundo o secretário Luiz Fernando Záchia, será um instrumento a mais de fiscalização e preservação do parque” (PORTO ALEGRE, 2011). A atuação e os resultados do mesmo ainda são muito insipientes para consideração nesta pesquisa, dentro do prazo estipulado para conclusão.

Conhecer estas abordagens, voltadas para áreas de preservação ambiental, foi importante para compreender a história do PSH. No entanto, este trabalho busca refletir sobre os outros elementos a serem considerados em relação ao Parque. O critério ambiental foi “o eleito”, dentro de um repertório patrimonial presente no local, para ser preservado, contudo devemos sempre ter em mente que todo processo de seleção implica exclusão. Neste sentido é que busco refletir sobre este bem, considerando a problemática da concepção de Patrimônio Cultural.

1.4 A Invenção do Patrimônio Cultural

Creo que podríamos decir sin temor a equivocarnos que, pese a que hoy en día existe un consenso generalizado en cuanto a la idea de que el patrimonio es una construcción social, no siempre se extraen de tal concepción las conclusiones pertinentes (PRATS, 1997, p. 19).

O patrimônio não é algo dado naturalmente. Ele é uma categoria criada em um determinado período da história. A ideia de valorização do patrimônio, sob a perspectiva cultural, começou a ser desenvolvida na França, no contexto pós Revolução, e disseminado mundialmente com a constituição dos estados-nação e os processos de formação de identidades nacionais⁵.

Essa abordagem que vivenciamos é característica própria do Ocidente e remonta, ainda no século XVIII, a um vínculo político e ideológico:

A construção do que chamamos patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, e de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens (FONSECA, 2005, p. 85).

⁵ Sobre o surgimento e as mudanças do conceito de Patrimônio Cultural, ver Choay, 2006; Gonçalves, 2002; Fonseca, 2005.

No início, a categoria se dedicava essencialmente aos bens arquitetônicos, religiosos, artísticos e de elites. No Brasil, as primeiras ações de eleição e preservação do patrimônio cultural ficaram conhecidas como uma fase de *pedra-e-cal*. Esta conduta esteve respaldada pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937⁶, que definia o patrimônio como conjunto de bens, “quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (art. 1º).

Mesmo com o projeto inicial desta Lei, feito por Mario de Andrade, propondo uma noção mais abrangente de patrimônio brasileiro, o texto publicado optou por termos como “fatos memoráveis” e “excepcional valor”, que acabaram por restringir e excluir muitos bens. Gradativamente os diferentes grupos passaram a reivindicar espaço e conseguiram ser reconhecidos como parte da representatividade nacional.

Com o despertar para a importância da diversidade, já não fazia sentido valorizar apenas, e de forma isolada, o mais belo, o mais precioso ou o mais raro. Ao contrário, a noção de preservação passava a incorporar um conjunto de bens que se repetem, que são, em certo sentido, comuns, mas sem os quais não pode existir o excepcional (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 24).

Chegamos, portanto, a um discurso patrimonial, que considera bens relativos ao saber, práticas tradicionais, rituais e danças, modos de fazer. Lugares passaram a ser considerados, não somente por sua beleza ou conteúdo excepcional, mas pelo conjunto de valores associados. Os diferentes grupos passaram a ser considerados e, a partir da Constituição de 1988, temos a seguinte definição:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (art. 216).

⁶ Através deste Decreto-Lei são criados o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o processo de Tombamento.

Mesmo com uma definição legal, o patrimônio não deixa de ser uma construção. Ele não se constitui naturalmente, nem é um fenômeno social universal, não é algo dado, presente em todas as sociedades e todos os períodos históricos (PRATS, 1997).

[...] Significa, correlativamente, que es un artificio, ideado por alguien (o en el decurso de algún proceso colectivo), en algún lugar y momento, para unos determinados fines, e implica, finalmente, que es o puede ser históricamente cambiante, de acuerdo con nuevos criterios o intereses que determinen nuevos fines en nuevas circunstancias” (PRATS, 1997, p. 20).

Ainda segundo este autor, os parâmetros que definem o patrimônio atualmente são de caráter simbólico, de acordo com sua capacidade de representar uma identidade. Nesta linha, considera-se que existe um conjunto de elementos possíveis de serem patrimonializados. Eles estariam dentro de um triângulo formado pelos critérios da natureza, da história e da inspiração criativa⁷. Para se constituírem como patrimônio, ou repertórios patrimoniais, eles devem ser ativados.

Em um plano abstrato (ou teórico), estes repertórios poderiam ser ativados por qualquer agente social. Já em um plano da realidade social (da prática), podemos dizer que, “no activa quien quiere, sino quien puede” (PRATS, 1997, p. 33).

Los repertorios patrimoniales también pueden ser activados desde la sociedad civil, por agentes sociales diversos – o mediadores culturales, como algunos prefieren decir –, aunque, para fructificar, siempre necesitarán el soporte, o, cuando menos, el beneplácito del poder. Sin poder, podríamos decir, no existe patrimonio (PRATS, 1997, p. 35).

Os parques, de acordo com a teoria de Prats, podem ser ativados simbolicamente, através do critério da natureza. No entanto, mesmo que esteja combinada com medidas penais, uma lei não basta. A preservação é uma questão de mentalidade (CHOAY, 2006), pois ela depende do que Prats chama de *adhesiones*, ou seja, o (re)conhecimento das pessoas em relação a determinado bem eleito.

⁷ Todo esto se produce con el romanticismo. Los criterios de legitimación extracultural fijados por este movimiento son muy definitorios de su sensibilidad, a la vez que participan de un principio de universalidad. Dichos criterios son la naturaleza, la historia y la inspiración creativa (o el genio). [...] Por ello, estos motivos (naturaleza, historia, inspiración creativa) son tan queridos a la estética y la ideología romántica: la naturaleza indómita, metáfora y reto para la libertad individual; la historia, los héroes y las grandes gestas legendarias, que los románticos no sólo cantarán, sino que en algunos casos tratarán de imitar; y la inspiración creativa, una nueva percepción del concepto de autor; la reivindicación de la imaginación y del genio frente a la imitación y la academicismo de la Ilustración (PRATS, 1997, p. 22-23).

Sempre temos que ter a clareza de que o repertório patrimonial escolhido para ser ativado nunca vai ser todo o conjunto de bens com representatividade simbólica. A identidade cultural abrange o patrimônio, mas o patrimônio nem sempre abrange a identidade⁸, que é algo muito mais complexo. Devemos refletir sobre o que estamos excluindo quando elegemos um bem, pois os usos do passado são indissociáveis da política vigente no presente.

Progressivamente, o mundo ocidental tem vivido uma verdadeira “cruzada” pela valorização do patrimônio (LOWENTHAL, 1998 *apud* POULOT, 2009). Fato que tem impedido o questionamento a respeito desta “forma de obrigação relativamente à presença material do passado” (POULOT, 2009, p. 202). A recusa de tamanha patrimonialização e argumentos em linhas de contestação têm sido considerados atos de vandalismo. Este trabalho também está suscetível a tal classificação, pois, a seguir, discorro sobre um conjunto de elementos (potencialmente ativáveis ou não), que têm sido desqualificados em função da “cruzada” pela valorização ambiental do Parque Saint’ Hilaire. Antes disso, contudo, vamos conhecer a história deste Parque e o seu contexto em Porto Alegre - RS.

⁸ Notas de aula. Disciplina do Programa, sobre Patrimônio e Estratégias de Conservação, ministrada pelo Professor Dr. Lúcio Menezes Ferreira, em 2010.

2 HISTÓRIA DO PARQUE SAINT' HILAIRE

La naturaleza no es más que un recurso del discurso político del desarrollo urbano... María Carmam

Feitas as devidas definições conceituais, parto para descrição do objeto deste estudo. O Parque Saint' Hilaire está inserido em um contexto muito maior de parques e áreas de preservação ambiental, uma vez que sua localização fica na região metropolitana de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Como áreas de influência do Parque são considerados os Municípios de Viamão e Porto Alegre. No entanto, para fins deste trabalho, considerou-se a sua delimitação política, tendo em vista que a propriedade pertence legalmente à Capital do Estado. Desta forma, na primeira parte deste capítulo, apresento este contexto em particular.

Na segunda parte temos a história de um dos Parques mais antigos da Capital. A origem e trajetória do PSH são fundamentais para reflexão sobre as atuais opções de manejo. Tal descrição se constitui em um registro, que se soma ao mosaico que forma a história de Porto Alegre, modesto, porém agregador, tendo em vista que não existem pesquisas desta natureza sobre este local.

Serão tratadas algumas polêmicas, contradições e inconveniências relacionadas à sua localização, àquelas que se tornaram mais evidentes durante a realização da pesquisa. Por fim, descreverei o primeiro planejamento feito para o Parque, na década de 1970, pois o teor primário e inovador de suas propostas devem ser considerados quando pensarmos nas diferentes formas de uso do espaço público (abordadas no capítulo 3).

2.1 Parques da Capital Gaúcha

A região onde hoje se localiza a Capital do Rio Grande do Sul tem suas origens, como povoado, ainda no século XVIII. Sua elevação à categoria de cidade ocorreu no dia 14 de novembro de 1822, no entanto, desde setembro de 1773 já sediava a capital do Estado, transferida da sede anterior, Viamão, para vila de Porto Alegre.

A Cidade conta com mais de 700 praças, mais canteiros e jardins, além de dez parques públicos. A administração destes espaços é de responsabilidade da Supervisão de Parques, Praças e Jardins, setor da Secretária Municipal do Meio Ambiente. Esta Secretaria foi criada apenas em 1976, contudo, desde 1971 o Estado já contava com uma organização civil dedicada a causa, “uma das mais importantes organizações ambientalistas brasileiras: a Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural (Agapan), liderada por José Lutzenberger, ambientalista de fama internacional” (SATILLI, 2005, p. 27). O primeiro parque da Cidade, data da década de 1930.

O Parque Farroupilha (37,51 hectares) é o mais antigo, conhecido e visitado da Cidade. Criado em 1935, acompanhou grande parte do processo de urbanização e tornou-se um cartão postal da Capital. De acordo com Maciel (2005), originalmente a área chamava-se “Campos da Redenção”, em homenagem aos escravos libertos, após a abolição da escravatura, no ano de 1884 em Porto Alegre. No ano de sua fundação, devido ao centenário da Revolução Farroupilha, foi batizado como Parque Farroupilha, mas ficou tradicionalmente conhecido como “Redenção”.

A criação deste Parque coincide com o movimento nacional (apresentado no capítulo anterior) de destinação de áreas para preservação ambiental ocorrido nos anos 1930. Neste mesmo período foram criadas algumas das primeiras leis ambientais brasileiras, como o Código de Águas e o primeiro Código Florestal, em 1934, e o Decreto-Lei nº 25 de 1937.

Conhecido como a “Lei do Tombamento” de bens culturais, foi a primeira lei a impor restrições ao exercício do direito de propriedade. Esse decreto já previa o tombamento de monumentos naturais, sítios e paisagens (SANTILLI, 2005, p. 26).

Cerca de dez anos depois surge o Parque Saint’ Hilaire, em 1947, com uma área de mais de mil hectares, que será apresentado, detalhadamente, na segunda parte deste capítulo.

O terceiro parque do Município (1972), popularmente chamado de “Parcão”, é o Moinhos de Vento (11,5 hectares), reconhecido como espaço turístico desde o século XIX. Localizado no Bairro de mesmo nome e facilmente identificado pela réplica do moinho e lago artificial que abriga, além de sediar a Biblioteca Infantil Maria Dinorah. O objetivo desta biblioteca é “promover a consciência ecológica no público infante-juvenil, através de atividades de incentivo à leitura, de oficinas de literatura e educação ambiental” (SMAM, 2011a). O local é marcado, principalmente, pelo lazer contemplativo e recreação infantil.

Na mesma década, sobre 70,70 hectares de área aterrada do Guaíba, surge o Parque Marinha do Brasil (1978). Este local desempenha duas funções principais: abriga grande número de equipamentos esportivos para uso público da comunidade, e, desde 1992, recebe os monumentos vindos da Bienal (MACIEL, 2005). Outro em área de aterro do Guaíba (65 hectares) é o Parque Mauricio Sirotsky Sobrinho, o antigo “Harmonia”, criado em 1981. Localizada entre o Gasômetro e o Arroio Dilúvio, a área foi uma solicitação de grupos nativistas que desejavam uma área para realizar suas atividades tradicionalistas. É neste local que, todos os anos, são realizadas as festividades do 20 de setembro com um grande acampamento, o “Acampamento Farroupilha”.

No ano seguinte veio o Parque Marechal Mascarenhas de Moraes (18,30 hectares), construído como uma medida compensatória de loteamentos urbanizados no bairro Humaitá. “Antigamente, o espaço era utilizado como aterro sanitário”, hoje “possui uma reserva ecológica de aproximadamente seis hectares” (MACIEL, 2005, p.16). Já na zona norte da Cidade, o Parque Chico Mendes (25,29 hectares), criado 1992, beneficia diretamente cerca de 200 mil pessoas, de acordo com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM, 2011b). Dispõe de espaços para esportes e lazer, além de um anfiteatro ao ar livre e o Memorial Chico Mendes.

O oitavo parque criado no Município foi no Morro do Osso, que tem 143 metros de altura, na zona sul da cidade. Desde 1979, a área foi destinada a preservação ecológica pelo Plano Diretor da Cidade (SMAM, 2011b), por apresentar grande biodiversidade e resquícios de Mata Atlântica. Criado dentro da proposta federal de Unidades de Conservação, desde 1994, chama-se Parque Natural Morro do Osso (127 hectares), ou seja, está dentro da mesma categoria que o Parque Saint’ Hilaire, mas com uma área menor.

Ainda na zona sul, temos o Parque Gabriel Knijnik, criado em 2004:

os 12 hectares foram doados em testamento pelo Eng. civil Gabriel Knijnik e incorporados oficialmente às áreas verdes da cidade em 1997. Localizado no topo do Morro, o parque possui inúmeras árvores frutíferas provenientes do antigo uso agrícola da área (MACIEL, 2005, p. 15).

E, por fim, na zona norte, temos o parque mais novo, o Parque Alemanha (Germânia), com 15,11 hectares, também construído como medida compensatória por área urbanizada, em 2006, nas proximidades de dois Centros Comerciais da Cidade.

Porto Alegre ainda dedica um espaço privilegiado da zona sul para reserva biológica, de acordo com os propósitos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza⁹. A Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger (204,4 hectares), criada em 1975, além de conservar ecossistemas e espécies, dá suporte a atividades de pesquisa científica e educação ambiental. Da mesma forma atua o Jardim Botânico de Porto Alegre (com 39 hectares), sob responsabilidade do Estado, administrado pela Fundação Zoobotânica. No local, também está localizado o Museu de Ciências Naturais. Ambos são dedicados à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente.

Todos os Parques citados acima, áreas de preservação da natureza, com maior ou menor extensão, estão identificados sob o traçado de Porto Alegre, conforme Figura 2, com exceção do Jardim Botânico, que não é Municipal. O gráfico a seguir (Figura 1) representa todas as áreas citadas, com o total de hectares respectivos, em uma sequência cronológica. O Parque Saint' Hilaire se destaca, além de ser um dos mais antigos, por ter a maior área destinada à preservação dentro do conjunto em questão:

⁹ A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais (art. 10).

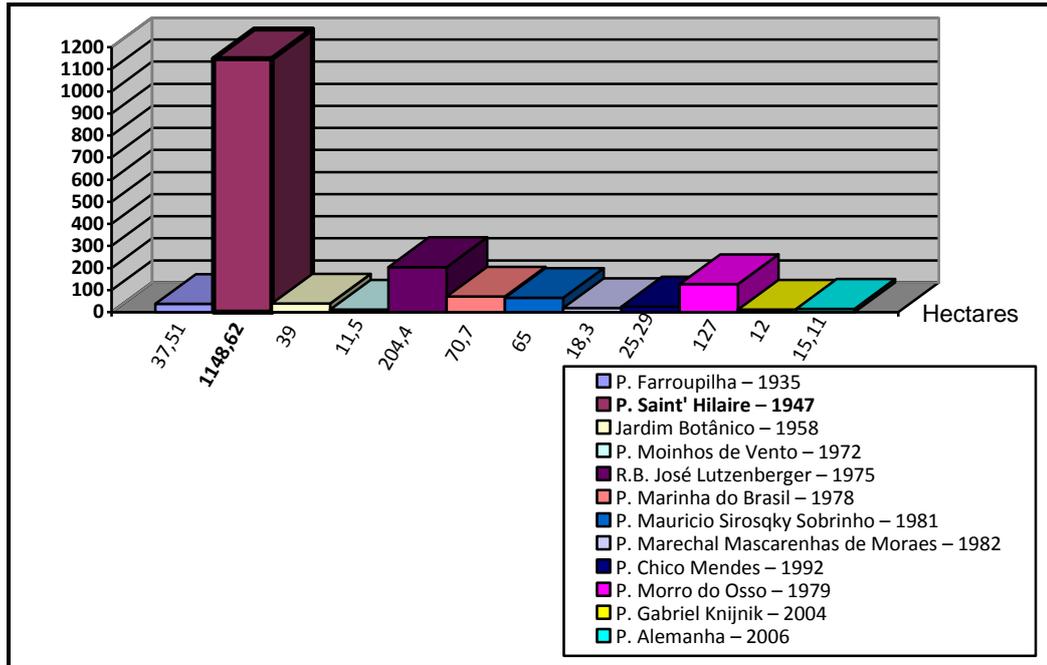


Figura 1: Representação das áreas de preservação ambiental de Porto Alegre.

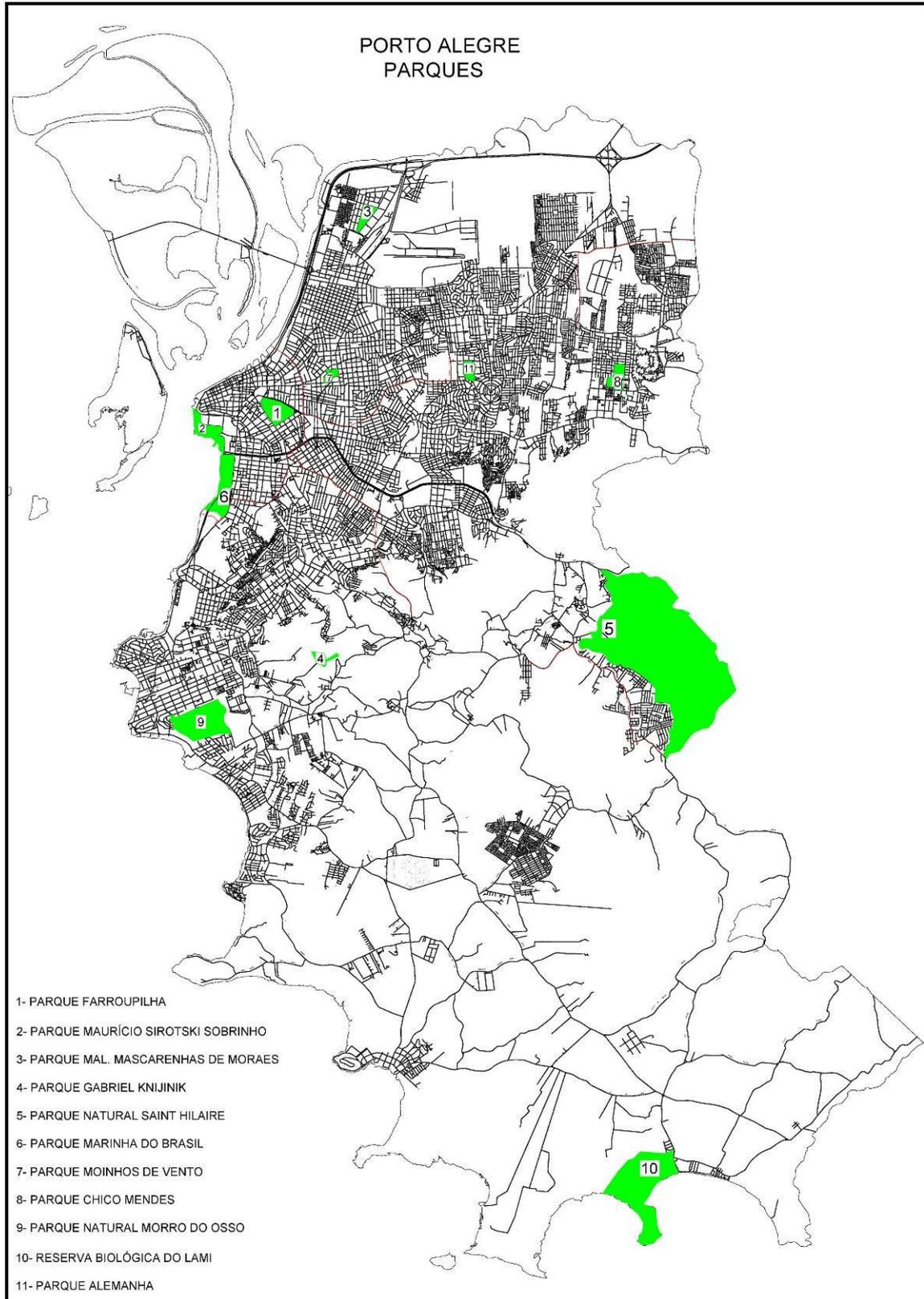


Figura 2: Conjunto de Parques e Reserva Biológica de Porto Alegre. Fonte: SMAM, s. d.

2.2 Era uma vez um parque...

O Parque Natural Municipal Saint' Hilaire de Porto Alegre está historicamente ligado ao sistema de abastecimento de água da Capital. Foi lá que, em 1861, entrou em funcionamento a Companhia Hidráulica Porto Alegrense, que abastecia a Cidade a partir de um reservatório que levava a água através de canos de ferro até as bombas e equipamentos de distribuição localizados sob o antigo prédio do Auditório Araújo Viana, na Praça Matriz, onde hoje se encontra o prédio da Assembleia Legislativa. Uma benfeitoria para a população da época, que contava apenas com o abastecimento das fontes e dos pipeiros.

A água fornecida era extraída da Barragem localizada na região noroeste do Parque Saint' Hilaire, conhecida como “Represa Lomba do Sabão” (Cf. Figura 3), formada pela junção de seis arroios (ver Anexo 2): Casa Velha, Dilúvio, Pequeno Dilúvio, Taquara, Vitorino e Sem Nome, sendo que os dois primeiros têm suas nascentes localizadas dentro do próprio PSH (SMAM, 1979b). O Arroio Taquara demarca o limite entre os Municípios de Porto Alegre e Viamão. O excedente do Arroio Dilúvio segue seu curso, hoje canalizado, na área central da Avenida Ipiranga, em Porto Alegre.

A área da antiga Hidráulica Porto Alegrense, pertencente à família Barbedo, foi considerada de forma orgânica, tendo em vista o conjunto formado, além da área da Hidráulica, pelas terras que abrigavam uma variada vegetação e as nascentes dos arroios. O território (Figura 4) foi adquirido através do Decreto-Lei nº 211, de 7 de novembro de 1944, em escritura pública de transferência da área para Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de 22 de novembro, pelo valor de 1.500,000,00 cruzeiros. Juntamente com as terras, adquirem-se “benfeitorias representadas por um prédio de alvenaria, um aparelho para cloração e canalização de água e acessórios respectivos” (DECRETO-LEI nº 211, 1944, art. 1º), totalizando cerca de 1.115 hectares.



Figura 3: Águas represadas na Lomba do Sabão, 74 hectares dentro da área do Parque Saint' Hilaire. Fonte: DMAE, 1999.



Figura 4: Área da Represa Lomba do Sabão (azul) e da Hidráulica (laranja) em relação ao território total do Parque Saint' Hilaire (traçado). Fonte: SMOV, 1975.

As motivações que levaram à aquisição da área foram principalmente: (1) a possibilidade de ampliar o serviço de abastecimento do Município; (2) obter uma reserva alternativa, em caso de qualquer acidente ecológico com o Guaíba; (3) e,

por fim, pela fonte de madeira, que seria usada para abastecer as fornalhas das casas de máquinas da Diretoria de Águas. Tais prioridades podem ser observadas na notícia publicada pelo Jornal *Correio do Povo*, após assinatura da escritura de compra, com os detalhes das ações previstas:

- 1 – Elevação da crista das duas barragens existentes, aumentando o volume e a pressão disponível na rede, como é óbvio.
- 2 – Construção de mais uma barragem num braço de arroio, ora desaproveitado. (...)
- 3 – Prevê-se a fazenda como uma vigorosa fonte de suprimento de combustível à usina-base, cujas matérias existentes serão replantadas e acrescidas, à proporção direta da extração que obviamente se fará em termos (*CORREIO DO POVO*, 1944, p. 4).

O Parque foi efetivamente criado pela Lei Municipal nº 16, em 29 de novembro de 1947, denominado como Jardim Botânico Municipal Saint' Hilaire, “sendo o horto florestal em formação nas terras do município” (art. 1º). O nome homenageia o viajante francês que esteve no Brasil, inclusive no Rio Grande do Sul, desenvolvendo pesquisas botânicas. Através de seus relatos de viagem, Auguste de Saint' Hilaire fez importantes contribuições para compreensão da sociedade brasileira do século XIX; seu nome é constantemente lembrando e homenageado no País. Em 1979, no 32º aniversário do Parque, foi instalada no local uma placa comemorativa do bicentenário de Saint' Hilaire (Cf. Figura 5).



Figura 5: Aniversário do Parque Saint' Hilaire: inauguração placa alusiva a Auguste de Saint' Hilaire. Fonte: Porto Alegre, 1979a.

Com relação ao período inicial de existência do Parque Saint' Hilaire, infelizmente, existe poucas informações e quase nenhum documento. Há uma grande lacuna, de mais de duas décadas, nos registros sobre a gestão do Parque, o qual parece ter ficado mais afastado das prioridades do Município. Este silêncio pode ser condizente com a realidade que se vivia no Brasil e no mundo naquele período, pós Segunda Guerra Mundial, com foco totalmente direcionado às políticas desenvolvimentistas, conforme abordado no capítulo anterior.

A única informação dos primeiros anos – pós-aquisição do terreno e anterior a criação do PSH – é que foram realizados plantios de Eucaliptos na região (Figura 6). Em entrevista cedida ao Jornal *Correio do Povo*, em 1998, o engenheiro agrônomo Ruy Baddo Krug afirmou:

Havia a lei que previa sua transformação em Parque, mas também plantei 300 mil pés de eucaliptos. A ideia era retirar madeira para acionar as bombas da Voluntários da Pátria, que eram movidas a lenha, e movimentavam a Hidráulica Moinhos de Vento. Chegaram a ser feitas duas podas, mas no fim se deram conta de que era mais barato comprar do pessoal que vendia madeira nas barcas (p. 3).



Figura 6: Árvores de Eucaliptos no Parque Saint' Hilaire. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.

O Engenheiro é anunciado pela reportagem como “o pioneiro que criou o Parque Saint’ Hilaire”. Ele trabalhou durante 30 anos na Divisão de Praças e Parques, na época vinculada a então Diretoria Geral de Águas e Esgotos, atual Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE). Segundo o Jornal ele estudou na mesma turma de José Lutzemberger e, como este, foi um dos primeiros a se dedicar a questões ambientais na Cidade. As concepções de conservação do meio ambiente atuais, evidentemente, não são mais as mesmas dos anos 1940. De acordo com o Atlas Ambiental de Porto Alegre (MENEGAT, 2006), esse plantio – que teria sido de 450 mil mudas de Eucalipto – desfigurou a paisagem da região.

Pelo que consta, a área permaneceu subordinada a esta Diretoria até 1957, quando sua importância para o abastecimento de água da Capital diminuiu, devido a construção de novas hidráulicas. Neste momento, o Parque passou a ser responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV), através da Divisão de Parques, Praças e Jardins, e assim permaneceu até 1976, quando foi criada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), que passou a administrar a Divisão.

Há um vazio de cerca de 30 anos na produção de registros oficiais sobre o Parque Saint’ Hilaire. Este silêncio nos leva a pensar que neste período o PSH não tinha vida, mas, pouco a pouco, podemos perceber fragmentos da trajetória que culminou no Parque de hoje.

Após a aquisição do terreno, identificamos a intervenção na área com o plantio dos Eucaliptos, nos dois primeiros anos e a fundação oficial do Parque, na época como Jardim Botânico de Porto Alegre, em 1947. Todavia, não há documentos que descrevam as ações que tenham ocorrido no local neste período. Uma informação a se considerar é que o atual Jardim Botânico de Porto Alegre, localizado na Rua Dr. Salvador França, foi aberto ao público em 1958, o que nos indica que o Saint’ Hilaire se manteve como Jardim Botânico do Município, por, no máximo, dez anos.

Um dos primeiros documentos gerados pela gestão pública sobre o PSH é o *Plano Piloto* de 1974-1975, um projeto produzido pela SMOV que, no entanto, a partir das observações em campo, pode-se dizer que não foi colocado em prática. Possivelmente, porque logo após a conclusão do projeto foi criada a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), em 1976, que se tornou a responsável pela administração dos parques da Cidade.

Ao longo de sua história, o PSH sofreu transformações no seu território. Mesmo que, em 1960, uma Lei Municipal tenha proibido “cessão, transferência ou doação, a qualquer título e qualquer que seja a dimensão, de área integrante do Jardim Botânico Municipal ‘Saint’ Hilaire” (LEI nº 2.163, 1960), foi constatado que ocorrem várias alterações “oficiais” e “extraoficiais” na área. Através de uma pesquisa solicitada, em 1977, pela nova secretaria responsável pelo local, temos algumas características da situação da área no período.

O relatório de pesquisa apresentado pelo Centro de Estudos e Pesquisas da Supervisão do Meio Ambiente, *Situação de ocupação do Parque Saint’ Hilaire e evolução histórica de sua área física*, constatou que havia cerca de seis entidades desempenhando atividades dentro do Parque (ocupando 392,50 hectares da área total ou 33%). Constituíam-se em 137 famílias, com total de 760 pessoas residindo no local, por motivos de trabalho ou financeiros. Dentre elas, setores da administração pública, como a SMAM e o DMAE, possuíam edificações na área; e outras instituições, como o Grupo Escolar Izabel de Espanha e a União de Escoteiros do Brasil/RS, que dispunha de uma sede campestre, nesta época, junto ao pórtico do Parque. Existiam, ainda, outros residentes, não vinculados a Órgãos Públicos Municipais, 108 pessoas reunidas em 21 famílias (CEP/SUMAM, 1977).

No que tange a situação de posse do terreno onde construíram suas habitações, todos os questionados possuem consciência de que a área pertence à Prefeitura e que os mesmos foram cedidos. Porém, no que se refere a casa, verifica-se que das 21 famílias 52% residem em casas construídas (CEP/SUMAM, 1977, p. 184).

Moradias irregulares são uma constatação de longa data na área do Parque. No capítulo 3, que trato das questões relativas às práticas identificadas no local, retomarei este tema que está entrelaçado ao conflito entre os direitos à moradia e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

No mesmo ano em que a SMAM realizou a pesquisa sobre o histórico do Parque, ele foi dividido em duas áreas com funções diferentes: 950 hectares se tornaram área de preservação permanente e 230 hectares foram destinados ao lazer e recreação pública (DECRETO nº 6.223, 1977). Conseqüentemente, foram publicadas as orientações: *Diretrizes de manejo da área de preservação permanente do Parque Saint’ Hilaire e Parque Saint’ Hilaire: proposição para área de recreação pública*, ambos em 1978, com objetivo de “regularizar o uso da área destinada à

preservação permanente” e “oferecer melhores condições ao público usuário do PSH, no que tange ao lazer e recreação”, respectivamente.

Em 1990, o Decreto nº 9.733 alterou as dimensões das áreas para 940 e 240 hectares. Os dez hectares acrescentados ao lazer foram disponibilizados na forma de sete áreas distintas (Cf. Figura 8) no Parque, distribuídas em diferentes locais, no intuito de facilitar o acesso dos diversos grupos que circundam os 18.920,79 metros de perímetro do local, tendo em vista que anteriormente a recreação e o lazer só podiam ser disfrutados na área central próxima ao Pórtico (Cf. Figura 7).

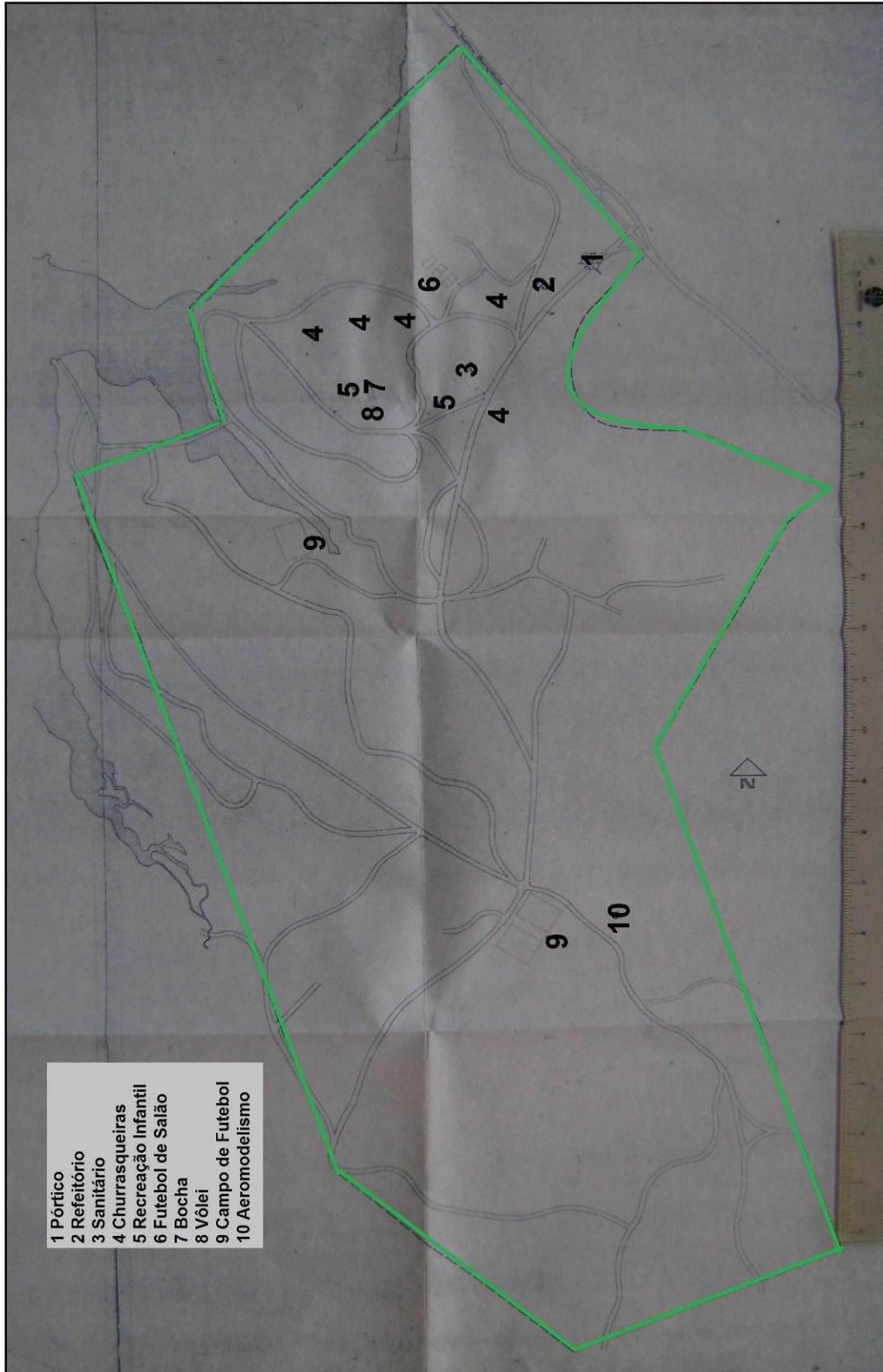


Figura 7: Área de recreação e lazer e infraestrutura, no Parque Saint' Hilaire. Fonte: Adaptado de SMAM, s. d.

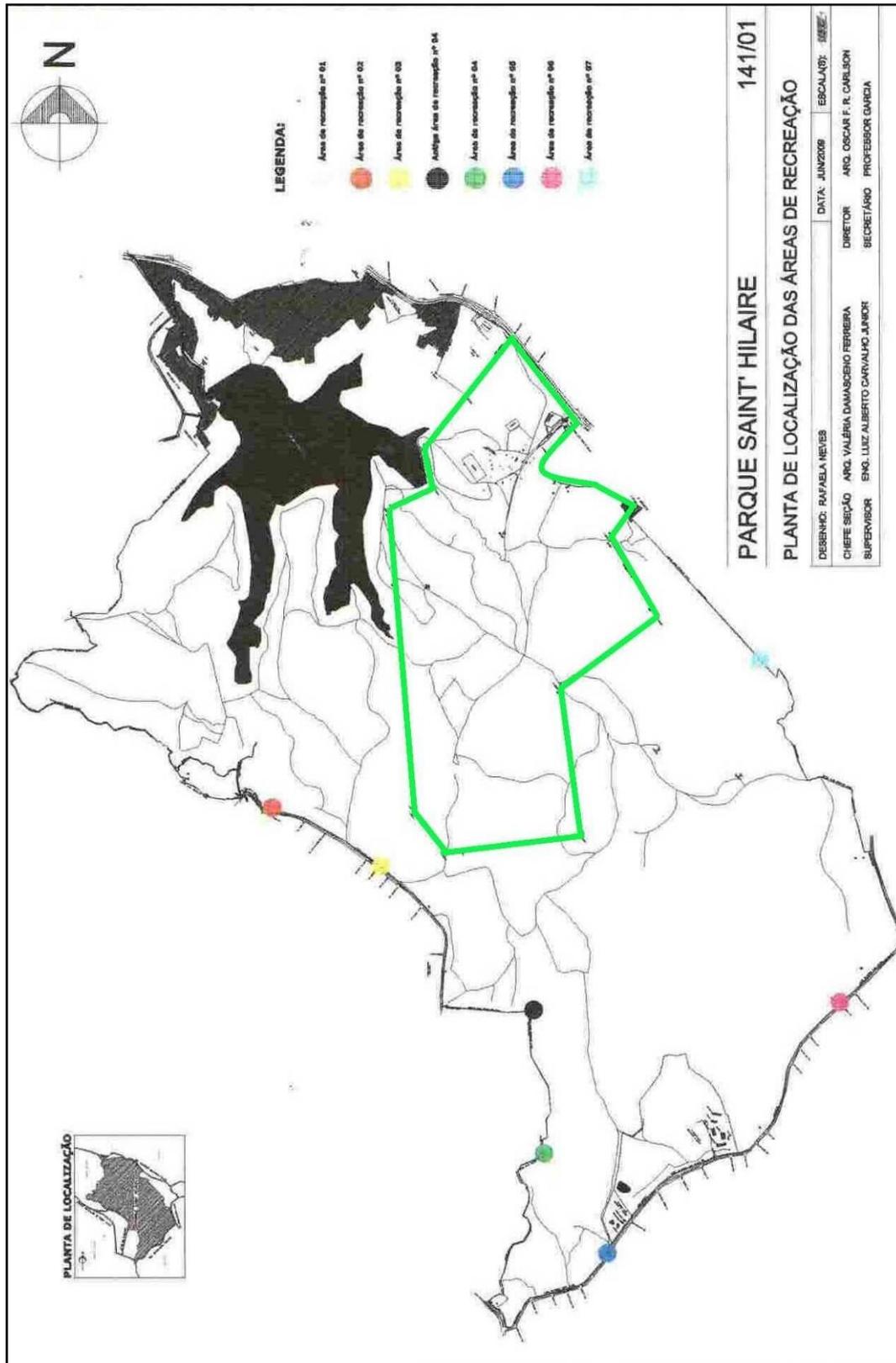


Figura 8: Localização das novas áreas de recreação e lazer do Parque Saint' Hilaire, traçado verde marca a área antiga. Fonte: Adaptado de SMAM, 2009.

Interessante destacar que a referida Lei designa corresponsabilidade às comunidades beneficiadas:

§ 1º - Os 10 ha ora acrescidos à área de recreação pública serão distribuídos em 7 (sete) parcelas, definidas em planta anexa e destinadas ao lazer e recreação das comunidades da Lomba do Pinheiro.

§ 2º - As comunidades beneficiadas deverão assumir o compromisso, junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, quanto à manutenção e conservação das respectivas parcelas (DECRETO nº 9733, 1990, art. 1º).

Outras atividades recreativas e culturais foram propostas para o Parque, como à instalação da Feira de Diversões Bil Feijó, em 1995 (DECRETO nº 11.280), e a Feira de Artesanato e Artes Plásticas do Parque Saint-Hilaire, aprovada pela Câmara de Vereadores, em 2003 (LEI nº 9.177). Como veremos adiante, muitas das propostas sugeridas para o PSH não foram colocadas em prática, como no caso das feiras.

A partir do ano 2000, com a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o Parque Saint' Hilaire entra em um processo de adaptação para se enquadrar à nova Lei. Um dos requisitos da Lei Federal é que as áreas tenham um Plano de Manejo. Portanto, com apoio do Ministério do Meio Ambiente e o patrocínio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, o PSH produziu o *Manejo Participativo: em busca da integridade do Parque Saint' Hilaire*, em 2002. Desta forma, no ano seguinte, pôde ser oficialmente incluído no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, através do Decreto nº 14.289/2003.

Durante a formulação do Manejo, conforme determina o SNUC, a comunidade foi consultada e integrada ao processo. Segundo o texto do documento, foram realizadas oficinas, workshops e reuniões com a comunidade. A partir desta aproximação foram criadas propostas de cooperação com alguns grupos, como o *Termo de Cooperação para o Manejo Sustentável Indígena em Área Específica do PSH*, de 2001, e o *Plano de Trabalho para a Realização de Práticas Afro-Brasileiras em Área Específica do PSH*, de 2002. Depois de constatadas que estas atividades eram realizadas na área do Parque de forma irregular e prejudicial, dentro da

concepção adotada para a conservação da natureza, estes grupos foram “incluídos”, ou melhor, enquadrados no Manejo ¹⁰.

Atualmente, chamado de Parque Natural Municipal Saint’ Hilaire de Porto Alegre, sua área total é de 1.148,62 hectares, dos quais 240 hectares são destinados ao lazer e 908,62 hectares a preservação permanente (SMAM, 2011b). Localiza-se entre os Municípios de Viamão (cerca de 89% da área) e Porto Alegre (cerca de 11% da área), no prolongamento da Avenida Bento Gonçalves. Apesar de sua área nunca ter sido completamente cercada, existe uma entrada oficial marcada pelo pórtico instalado na década de 1970 (Cf. Figura 9). Situa-se na RS-040, Avenida Senador Salgado Filho, nº 2785, Parada 38, Bairro Vera Cruz, em Viamão.



Figura 9: Pórtico do Parque Saint Hilaire. Fonte: Foto da autora, em 3 abr. 2011.

2.2.1 Localização e desdobramentos

Uma situação que gera muitas polêmicas é a localização do Parque. A frase mais ouvida durante a realização desta pesquisa e que provavelmente vai passar

¹⁰ As atividades realizadas dentro do PSH, aceitáveis ou irregulares, como as festas, as práticas tradicionais, rituais, lendas, e até a inusitada situação do elenco do musical “Roda Viva” que, em 1968, foi parar no PSH serão detalhadas adiante, no capítulo 3.

pela cabeça de algumas pessoas que iniciarem a leitura deste trabalho é: “mas o Parque Saint’ Hilaire não é de Viamão?”. Em quase todos os setores da administração pública de Porto Alegre, e com outras pessoas que conversei, esta informação foi divergente, portanto, dedico um espaço especial neste capítulo para tratar desta questão.

A contradição que marca a história Parque Saint’ Hilaire quanto a sua localização não é nova e, inclusive, recebe certo espaço na mídia, como nos exemplos seguir:

Onde fica localizado o Parque Saint Hilaire? O Parque Saint Hilaire se localiza a 12 quilômetros do centro de Porto Alegre, na divisa com Viamão, e se constitui numa reserva verde natural de 1.180 hectares, dos quais 203 hectares ficam na Capital e o restante no município vizinho (*ZERO HORA*, 1998a, p. 2. Grifo meu).

Onde fica localizado o Parque Saint-Hilaire? O parque foi oficialmente criado em 1947, através de decreto municipal, mas suas origens são bem mais antigas. No ano de 1898 instalavam-se em sua área os tanques e barragens da Hidráulica Porto-Alegrense, responsável pelo abastecimento de água da cidade. Mais tarde, foi transformado em horto florestal e, posteriormente, em parque público (*ZERO HORA*, 2003b, p. 2. Grifo meu).

Onde fica o parque Saint’ Hilaire? O parque Saint’ Hilaire se localiza a 12 quilômetros do centro de Porto Alegre, na divisa com Viamão, e se constitui numa reserva verde natural de 1.180 hectares (*ZERO HORA*, 2007b, p. 2. Grifo meu).

O parque Saint’ Hilaire pertence a qual município, Viamão ou Porto Alegre? Geograficamente, o parque Saint’ Hilaire localiza-se em Viamão, com divisas em Porto Alegre. No entanto, em relação à administração, o município responsável pelo parque é a Capital (*ZERO HORA*, 2007a, p. 2. Grifo meu).

Como se pode observar nas notícias citadas acima, a sua localização não é muito clara para população em geral. Um fato interessante que se constatou é que os próprios funcionários da Prefeitura de Porto Alegre não têm essa clareza. Tal afirmação se deve ao fato de que, durante o levantamento de fontes, feito nos setores da Administração Municipal, algumas pessoas sugeriram que as informações fossem coletadas junto a Administração de Viamão, junto a Secretaria do Meio Ambiente de Viamão, pois pensavam que o Parque pertencia ao Município vizinho da Capital.

Desde o início da pesquisa, portanto, a pergunta que mais frequentemente se ouviu foi: “O Parque Saint’ Hilaire é em Porto Alegre?”, sempre com ares de espanto. Essa dúvida não é sem fundamento.

Conforme descrito no histórico do Parque, de fato, ele pertence a Porto Alegre. A área foi adquirida no ano de 1944 e destinada à reserva ambiental a partir de 1947, mas a sua localização, propriamente dita, fica na divisa dos dois Municípios, Porto Alegre e Viamão (Cf. Figura 10 e Figura 11), com a maior parte da área (cerca de 89 %) dentro dos limites viamonenses. As comunidades que o circundam, portanto, são, em sua maioria, bairros e vilas de Viamão.

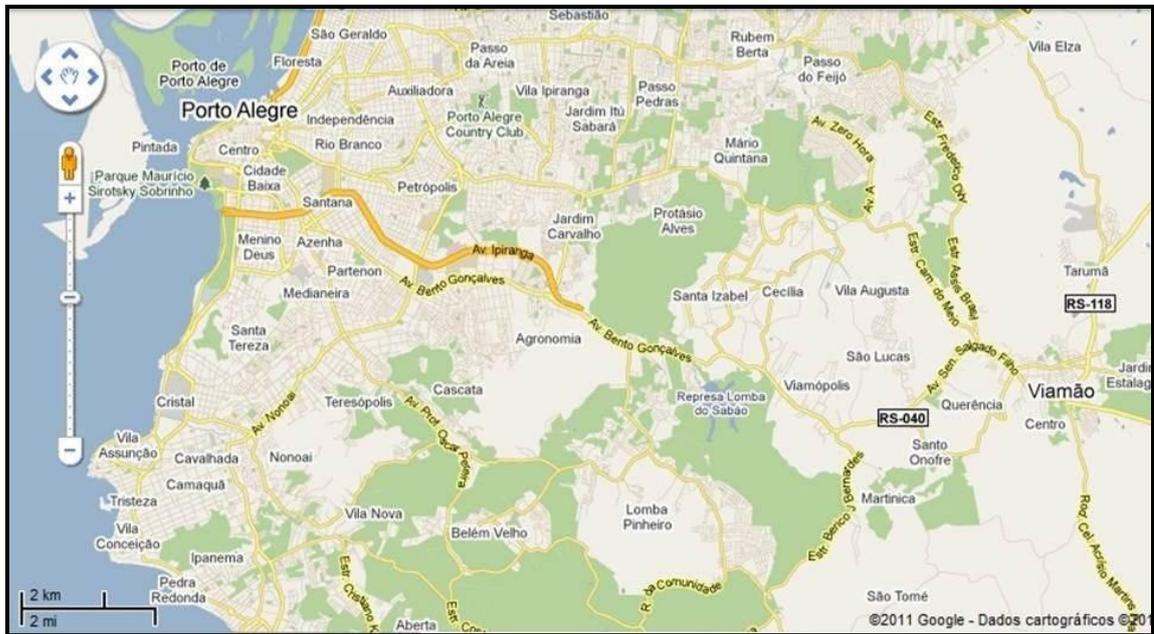


Figura 10: Localização do Parque Saint' Hilaire, a partir da Represa Lomba do Sabão, entre os Municípios de Porto Alegre e Viamão. Fonte: Google Maps, 2011.

(entre bairros e vilas) constituídas por pessoas que necessitam se deslocar de suas casas, saindo do interior dos bairros, para chegar a Avenida principal, a RS 040, que leva ao centro de Porto Alegre, ou para bairros que estão do outro lado da Avenida, na área de Viamão. A maioria destas pessoas já está habituada a passar por dentro do Parque, que não está todo cercado e tem diversos acessos, para chegar a seus destinos. Caso contrário teriam que dar a volta por todo o perímetro da área.

Enfim, o encontro destas variantes tem resultado em tentativas frustradas de cercar o Parque. Mais de uma vez, segundo registros documentais e relatos da administração, a ação foi proposta e algumas vezes iniciada. O fato é que ao instalarem as cercas, elas não permanecem muito tempo, anoitecem, mas não amanhecem. Um dos motivos, talvez seja esse hábito consolidado na vida das pessoas, de cruzar esta área livremente, como área pública que é. Outra possível causa apontada para o desaparecimento das cercas é a possibilidade de lograr rentabilidade econômica com o material empregado.



Figura 12: Uma das estradas principais do Parque Saint' Hilaire, local de passagem dos moradores do entorno. Fonte: CORRÊA; GRAVARO; NONATO; SILVA, 2009.

Cabe destacar, ainda, outra situação complexa vivenciada pelo Parque, devido ao livre acesso e a dificuldade de fiscalização de toda área, são os incêndios,

que se repetem frequentemente, principalmente no verão, com a grande quantidade de vegetação seca, ocorrem vários casos de incêndio no Parque. O trânsito de pessoas extrapola totalmente os limites pretendidos com a delimitação da entrada principal, através do Pórtico instalado em 1977. Qualquer orientação preventiva para evitar incêndios, aplicada somente aos visitantes que ingressam pela entrada principal, se torna irrisória diante do número de pessoas que adentram o local pelos outros acessos.

Na estação mais quente do ano houve períodos que se registraram uma média de 3 focos por dia. Os gestores descrevem casos de incêndios provocados por pontas de cigarro, velas deixadas acesas em oferendas religiosas e atos intencionais, como atos criminosos, supostamente cometidos por pessoas que se rebelam por serem reprimidas ao praticarem atos proibidos no local, como caça, pesca ou banho nas águas da Represa Lomba do Sabão¹¹. Com as queimadas, ninhos de pássaros como o quero-quero são destruídos pelo fogo. O solo fica empobrecido e compactado pela perda de umidade, a camada orgânica e os microrganismos são destruídos.

As relações presentes no Parque e as situações conflitantes, geradas pelos objetivos de preservação e recreação são uma constante em sua história. Uma das primeiras tentativas de se estabelecer um planejamento para o local ocorreu ainda na década de 1970, antes da criação da Secretária Municipal do Meio Ambiente (SMAM), quando a administração dos parques de Porto Alegre estava sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV).

2.2.2 Plano Piloto

O primeiro projeto para gestão do Parque Saint' Hilaire trazia um conjunto de modificações e serviços bastante ambiciosos para o local. Propunha desde um museu natural, locais para acampamento, estacionamentos e parque de diversões até restaurante churrascaria, café colonial e barcos de aluguel. O trabalho, elaborado em 1974 e publicado em 1975, contou com uma equipe de arquitetos,

¹¹ Este tema será retomado no Capítulo 3.

engenheiros e agrônomos da Divisão de Planejamento Urbano da Secretaria de Obras e Viação, responsável pelo Parque na época.

Entre os objetivos do projeto estava à busca de normas gerais para o funcionamento do Parque e instalação de infraestrutura, no que se refere ao seu aproveitamento para o lazer vinculado à natureza. Com a escassez de espaços como este (livres de urbanização) na Cidade, constatou-se a necessidade de equipar o PSH, para melhor atender esta função.

A partir do conhecimento adquirido sobre o meio, propôs-se um Programa de Necessidades, dividido em dois grupos, um voltado ao aproveitamento dos Recursos Naturais e outro dedicado a Atividades Complementares.

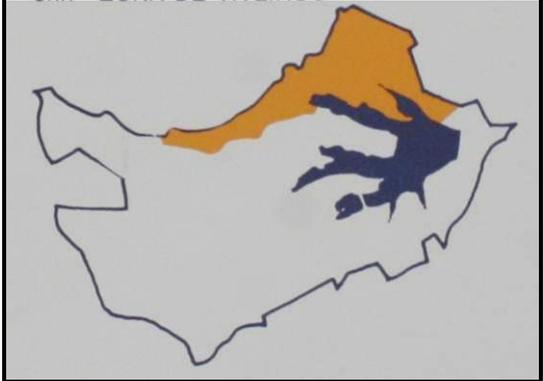
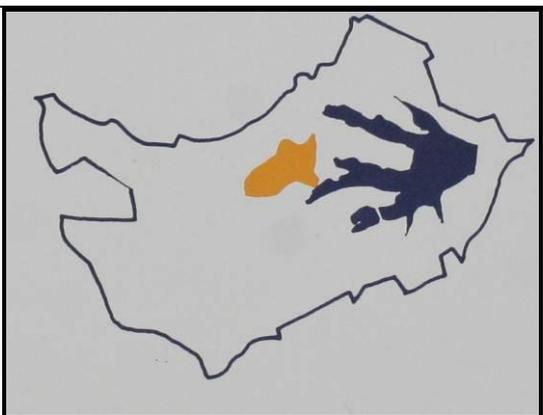
No entanto, durante o desenvolvimento do trabalho, a possível incompatibilidade entre as atividades vislumbradas e a preservação das fontes de abastecimento foi constatada:

Finalmente foi debatido os aspectos básicos da incompatibilidade que ao longo do tempo poderá advir do uso simultâneo do parque para a recreação e a produção de água potável para a Hidráulica da Lomba do Sabão [...]. Em face disto, a equipe em expediente específico sugeriu a administração, seja definida a política a ser adotada quanto ao papel definitivo do parque: abastecimento ou lazer (SMOV, 1975, p. 14).

O problema previsto pela equipe, já neste período, está diretamente relacionado com a pergunta que orienta esta investigação. A dúvida sobre a possibilidade de preservar, em um mesmo espaço, atividades e usos com a preservação ambiental.

Independente da decisão que viria a ser adotada pela Prefeitura, a equipe, naquele momento, optou por seguir com o planejamento, consciente de que o projeto não seria aplicado por completo de imediato. A partir da definição da administração, futuramente, seria possível eliminar alguma atividade que fosse incompatível com a opção adotada.

O Programa de Necessidades, portanto, resumidamente, apresentava as seguintes propostas:

	<p>Setor de Recursos Naturais aplicados à produção, exposição e cultura vegetal (aproximadamente 205 hectares). Com foco em áreas destinadas ao plantio de espécies, com visitação pública; áreas para viveiros, sem visitação; museu de espécies naturais e exóticas; exposição e venda de mudas; administração e estacionamento. A área selecionada corresponde às três unidades do Viveiro Municipal em funcionamento.</p>
	<p>Setor de Recursos Naturais para as atividades de camping (aprox. 125 ha). Dispondo de um centro de serviços (sanitários, água e luz); <i>playground</i>; estacionamento, churrasqueiras; locais para acampamento com a distinção para o acesso de trailers, veículos com barracas e espaços com acesso vedado a veículos. Área mais isolada, valorizando a atividade em questão.</p>
	<p>Setor de Recursos Naturais para atividades desportivas (aprox. 60 ha). Área selecionada devido a tradição de uso do local, que continha dois campos de futebol e uma pista de aerodelismo. Previsto um centro de serviços (sanitários, vestiários, estacionamento); canchas (futebol, basquete, vôlei, tênis); velódromo; aerodelismo; nautimodelismo e estacionamento.</p>
	<p>Setor de Recursos Naturais para escotismo (aprox. 43 ha). Contando com uma central de serviços própria, junto a Sede; locais para acampamento e estacionamento.</p>

	<p>Setor de Recursos Naturais para permanência não prolongada pic-nics (aprox. 85 ha). Equipada com centro de serviços, com sanitários e churrasqueiras; e estacionamento. Um dos atrativos da área é a península formada em relação ao lago, com a possibilidade dos frequentadores situarem-se mais ou menos afastados, disfrutando de locais mais calmos.</p>
	<p>Setor de Recursos Naturais preservados (aprox. 290 ha). Área situada junto aos limites leste e sul, do Parque. Voltado às áreas de vegetação nativa, com maior enfoque na preservação e acesso vedado. Composto por matas nativas e locais de interesse paisagístico (contemplativo).</p>
	<p>Setor de Recursos Naturais destinado às atividades esparsas. São áreas de influência dos outros setores descritos acima ou, que aproveitam situações peculiares do local. São citados: belvederes; piscina lago; acessos e jardins junto à hidráulica; estacionamentos; florestamento de áreas não integradas ao território, como a situada a jusante da Represa; local para pôneis, policiamento e controle de incêndios, contemplação e repouso; aves aquáticas (cisnes, patos). Este setor propõe a exploração visual do Parque, com melhorias, ajardinamento e acesso, à vista do Lago; e a possibilidade de represar um dos riachos que cortam o Parque, formando pequenas quedas e águas paradas, propícias à meditação.</p>

Figura 13: Quadro demonstrativo das propostas do Grupo 1 – Recursos Naturais.
Fonte: Adaptado de SMOV, 1975.

	<p>Setor de ingresso e pórtico (aprox. 12 ha). Divisa leste, junto a Estrada que liga Porto Alegre-Viamão. rea que deverá ser integrada, paisagsticamente, ao exterior do Parque, com jardim, rotula de acesso, estacionamento, plataforma cívica. Entre os objetivos almejados, está o controle de acesso de veículos e pedestres, venda de ingressos e a divulgao de roteiros, em um saquo de exposio informativa. Pretendia-se criar um espaço e incorporá-lo  estrada, a fim de dimensionar a importância do PSH.</p>
	<p>Centro de Atividades (aprox. 78 ha). rea que concentra as atividades de maior fluxo de pessoas e veículos, localizada estrategicamente, próxima a entrada do Parque, a fim de preservar a tranquilidade dos espaços mais interioranos. Propunha um espaço para serviços administrativos, capacitado para fornecer informaçoes, segurança, controle de incêndios, serviços de telefones e transportes. Atendimentos comerciais como restaurantes churrascarias; sorveterias; café colonial; lanchonetes; venda e aluguel de carvão, bebidas, redes, cadeiras, jornais, revistas; etc. E, ainda, salão para atividades múltiplas do tipo artesanais, folclóricas e culturais; parques de diversoes (com equipamentos verticais, como Roda Gigante e Montanha Russa, a fim de usufruir das vista dos bosques e Lago); espaços para recreao infantil; feira hippie; drive-in (cinema ao ar livre); anfiteatro (auditório ao ar livre); viveiro de aves ornamentais e nativas; barcos de aluguel; locais de pesca e estacionamentos.</p>

Figura 14: Quadro demonstrativo das propostas do Grupo 2 – Atividades Complementares.
Fonte: Adaptado de SMOV: 1975.

Alguns desenhos demonstram o que os projetistas estavam pensando, especificamente para o Pórtico, junto ao acesso principal do Parque:



Figura 15: Perspectiva do Pórtico. Fonte: SMOV, 1975.



Figura 16: Planta Geral do Pórtico. Fonte: SMOV, 1975.

Cabe ressaltar que este é um dos poucos itens propostos que chegou a alguma concretização. Como podemos observar a partir da imagem disposta no Plano Piloto, em comparação com fotografia atual da mesma área, a entrada do Parque foi de fato alterada. A realização do Pórtico se concretizou em 1977, e também foi projetado junto ao desenvolvimento da Estrada RS 040, que está à frente da entrada do Parque, uma via de acesso específica:

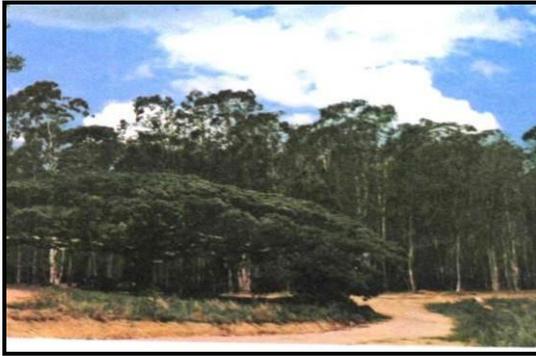


Figura 17: Entrada do Parque Saint' Hilaire na década de 1970. Fonte: SMOV, 1975.



Figura 18: Entrada atual do Parque. Fonte: Foto da Autora, em 3 abr. 2011.

Com relação ao Centro de Atividades (Cfr. Figura 19) pouco foi realizado. As atividades presentes são as mais simples e tradicionais, que não requerem muita infraestrutura a mais do que já havia no Parque, desde o período de criação deste Plano. A pista de aeromodelismo, que já existia nesta época, os jogos de vôlei e futebol, pracinhas com brinquedos infantis e churrasqueiras, para atividades de permanência não prolongada, tendo em vista que não é permitido acampar no local.

Um centro de atividades foi edificado (Figura 20), conforme será detalhado no capítulo a seguir, mas seus objetivos estariam voltados a ações de Educação Ambiental (apesar de não haver registro de nenhum projeto), e neste local está instalada a sala do Administrador do Parque.

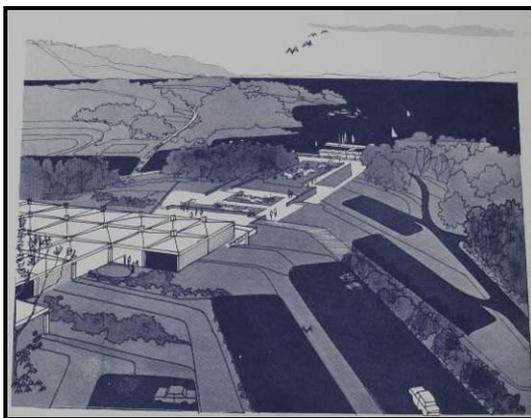


Figura 19: Perspectiva do Centro de Atividades. Fonte: SMOV, 1975.

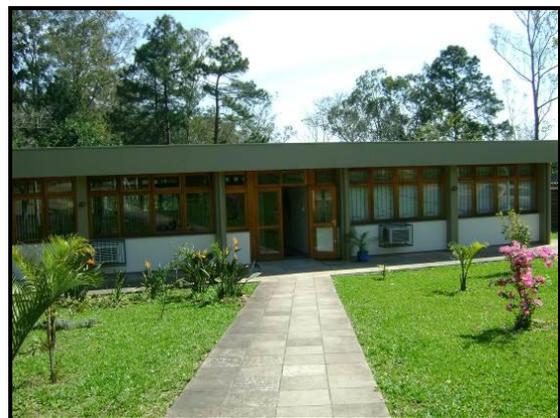


Figura 20: Centro de Visitantes e Vivências Ambientais. Fonte: Foto da Autora, em 9 set. 2010.

Possivelmente, após o surgimento da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM), em 1976, que passou a ser a responsável pela administração dos parques da Cidade, a abordagem tenha se redesenhado. Logo no ano seguinte, o Parque teve sua área dividida entre as funções de lazer e preservação, com mais

de 80% de sua área destinada a reserva ambiental, alterando significativamente as possibilidades de implementação de tal Projeto.

Passados quase 40 anos depois deste primeiro planejamento, e mais de 60 anos da criação do Parque Saint' Hilaire, hoje podemos observar em que culminaram os processos de uso e de manejo deste Parque. Como área de preservação ambiental, o PSH é um patrimônio público declarado e instituído a ser preservado. A sequência deste trabalho busca refletir sobre as demais atividades e relações possíveis de serem reconhecidas a partir deste bem.

3 PATRIMÔNIO CULTURAL E OS DIFERENTES USOS DO ESPAÇO PÚBLICO

¿Bajo qué fundamentos lo humano puede ser visto como una amenaza a lo natural? María Carmam

O patrimônio natural do PSH já está reconhecido, haja vista ele ser intitulado uma Unidade de Conservação da Natureza, resultando em políticas e medidas de salvaguarda. Sobre seus aspectos ecológicos, os quais não são foco desta discussão, cabe destacar as palavras do documento sobre o manejo do Parque (MORTARI, 2002), a título de registro de suas principais características:

A vegetação do Parque Saint' Hilaire é uma representativa amostra da complexidade estrutural da paisagem natural porto-alegrense, onde alternam área de Campo com diversos tipos florestais. A presença de butiazais é de prioritária relevância conservacionista, tendo em vista tratar-se de uma comunidade relictual na região metropolitana de Porto Alegre (p. 55).

Como fatores bióticos Mortari destaca:

A Mata Mesófila, é caracterizada por espécies menos seletivas, caracterizando-se como possível fonte de espécies capazes de colonizar naturalmente a vegetação campestre. Já a Mata Higrófila, possui espécies com maior seletividade de habitats, sendo este um fator diferencial para a sua alta diversidade biológica.

[...]

O Parque Saint' Hilaire, inquestionavelmente, é o mais importante Parque da região metropolitana de Porto Alegre do ponto de vista da qualidade ambiental, uma vez que disponibiliza uma grande variedade de ambientes, tais como campos, áreas florestadas, butiazais, banhados e as praias formadas na barragem. Estas características comprovam a grande importância do Saint' Hilaire como refúgio para a vida silvestre nesta região (2002, p. 56).

Podemos observar a partir das imagens, a presença dos Butiazais (Cf. Figura 21), apontados como de “prioritária relevância” pelo Manejo, mas, também, a

presença marcada das ações que seguiram a história do Parque Saint' Hilaire ao longo dos anos. Através da Figura 22, percebe-se em primeiro plano uma mancha de vegetação em regeneração, em estágio de capoeira; logo após está um conjunto de árvores muito regular, que nitidamente são as plantações de eucaliptos e, ao fundo, mais próximo da Represa (que aparece parcialmente), remanescentes de mata nativa.



Figura 21: Butiazais do Parque Saint' Hilaire. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 22: Tipos de vegetação presentes no Parque Saint' Hilaire. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.

O objetivo deste capítulo, no entretanto, é mostrar as práticas tradicionalmente realizadas dentro do Parque e os consequentes conflitos gerados, tendo em vista as prioridades nas áreas de preservação ambiental. Conflitos aqui entendidos como,

aquele que envolve grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004 apud CHUNHA; LOUREIRO, 2008, p. 36).

O Parque Saint' Hilaire reúne um número de atividades em sua área que formam o conjunto de práticas múltiplas, diversas e, por vezes, contraditórias, que suscitaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Neste momento, busco descrever tais atividades a fim de problematizar a situação do PSH, considerando o repertório de elementos patrimonializáveis que ele possui. Elementos que, em muitos casos, são desconsiderados em detrimento da categoria instituída.

3.1 Águas e desejos reprimidos

Início pela presença mais antiga dentro do Parque, que é a Represa Lomba do Sabão, e as atividades relacionadas, principal atrativo da área quando da aquisição do terreno, como reserva alternativa ao abastecimento de água de Porto Alegre.



Figura 23: Represa Lomba do Sabão. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 24: Estação de Tratamento de Água (ETA) Lomba do Sabão. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.

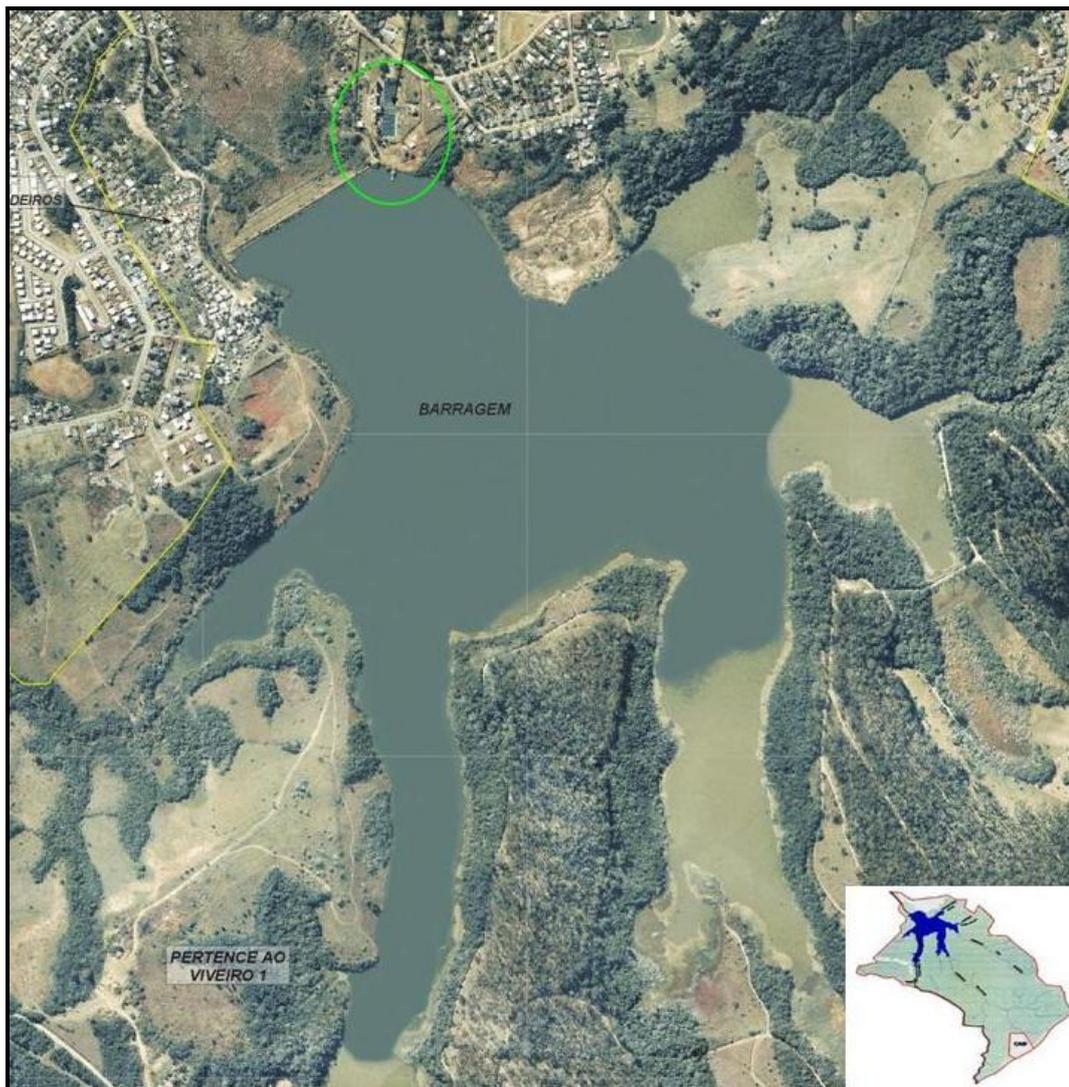


Figura 25: Área da Represa Lomba do Sabão, circulado em verde a área da Estação de Tratamento de Água (ETA). Fonte: Adaptado de SMAM, 2000.

Conforme relatado no primeiro capítulo deste trabalho, a Represa Lomba do Sabão e a sua sede de tratamento de água (oriunda da antiga Hidráulica Porto Alegre) foram os principais motivos para aquisição da área do atual PSH pela Prefeitura de Porto Alegre. Almejava-se proteger as nascentes localizadas nesta região.

A importância desta área é abordada no Atlas Ambiental de Porto Alegre por considerar a região constituinte de um anel de nascentes dos principais cursos d'água da Cidade:

A direção do fluxo das águas escoadas pelas sub-bacias é radial centrífuga, isto é, as nascentes dos principais arroios encontram-se na mesma área localizada nas colinas junto ao limite de Porto Alegre com Viamão, nas imediações da Lomba do Sabão (MENEGAT, 2006, p. 37).

Por todo o período após a aquisição desta propriedade, portanto, o tratamento da água da Represa, para abastecimento de bairros da Capital, foi fruto de pesquisa e projetos.

Associada ao histórico deste abastecimento de água está à atuação dos moradores que circundam a área (alguns irregulares), apontados como agentes poluidores das nascentes e águas represadas. Alguns documentos consideram essas ações reflexos do desenvolvimento da região:

Com o desenvolvimento da região e alterações no ecossistema do reservatório, houve o crescimento desenfreado de algas e macrófitas que começaram a interferir na qualidade da água, atingindo diretamente o consumidor devido ao gosto e odor que a água distribuída carrega (PORTO ALEGRE, 1999, p. 8).

Entretanto é possível observar considerações acerca de degradação e poluição, em textos mais antigos. Um exemplo é o documento produzido, em 1976 por professores e pesquisadores da área de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma denúncia de ameaça ao “camarão-de-água-doce” (*Macrobrachium potius*), objeto de estudo do grupo. Uma espécie que até aquele momento era desconhecida em todo o Estado do Rio Grande do Sul, embora frequente em Santa Catarina. Os pesquisadores organizaram uma carta de denúncia, tendo-se em vista que: a água estava sendo contaminada através da lavagem de roupas, pelos moradores das vilas adjacentes; prática de banho por adolescentes e crianças das vilas; uso de bodoques, alçapões e armas de fogo caçando aves e pequenos mamíferos; extração de feixes de lenha colhidos nas matas do Parque. Enviaram-na ao então Secretário da SMOV, órgão responsável pela gestão do Parque na época, Jorge Englert (BUCKUP, 1976), a fim de informar processos de degradação do ambiente e contaminação das nascentes e da Represa.

O cenário de poluição, portanto, é uma constante na realidade das águas represadas na Lomba do Sabão. Reproduzo, abaixo, um folder recente, do Departamento de Águas e Esgoto (DMAE), que reafirma essa situação na contemporaneidade:

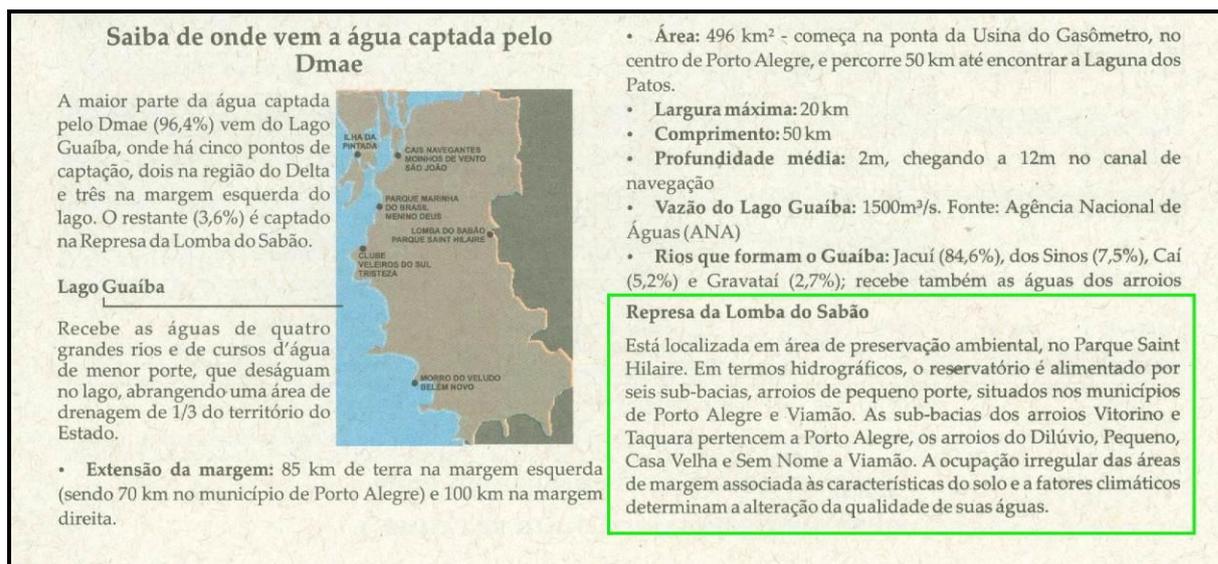


Figura 26: Qualidade da água, relatório anual. Em destaque, texto sobre águas comprometidas. Fonte: Adaptado de DMAE, 2009.

Neste local, onde está situada a Represa e o Parque, outras atividades são tradicionalmente praticadas, apesar de estarem proibidas pela gestão, como é o caso da pesca e do banho no lago. Um dos motivos está relacionado ao fato das águas da Barragem estarem dentro de uma área de preservação ambiental. Desta forma, espécies animais, por exemplo, não podem ser capturadas através de pesca.

Banhar-se nestas águas também não é permitido, por sua própria finalidade – que seria o abastecimento público – e, principalmente, por questões de segurança. A área não tem uma manutenção que permita acessibilidade para movimentação de pessoas dentro da água e, em alguns trechos, tem grande profundidade. A prática, no entanto, é frequente e, mesmo já tendo ocorrido muitos acidentes e mortes, se repete a cada ano. Algumas notícias encontradas em jornais da Capital confirmam a frequência e periculosidade de tal prática:

Na barragem do parque Saint-Hilaire, o Corpo de Bombeiros resgatou o corpo de Anderson Rodrigues Macedo, 14 anos. O rapaz se afogou às 14h30min de sexta-feira, mas o corpo só foi resgatado às 11h de sábado (*ZERO HORA*, 1994c, p. 43).

Às 16h de sábado, Alexandre Trindade Gomes, 15 anos, afogou-se numa lagoa do Parque Saint Hilaire, em Viamão, quando tomava banho. O cadáver de Alexandre foi resgatado na tarde de ontem (*ZERO HORA*, 1997b, p. 49).

Em Viamão, um rapaz, identificado somente como Mano, morreu afogado na barragem do Parque Saint Hilaire. Ele estava acompanhado de amigos quando mergulhou e não foi mais visto (*ZERO HORA*, 1999c, p. 40).

O jovem Robson Ramos de Oliveira, 11 anos, se afogou na barragem do Caracol, no Parque Saint-Hilaire, em Viamão [...] Robson e outras crianças brincavam na barragem do parque, área onde o banho é proibido (*ZERO HORA*, 2006a, p. 31).

Os relatos feitos pelos guarda-parques reafirmam esta realidade. Diariamente cabe a eles orientar as pessoas sobre as normas, em alguns casos, já estando dentro da água. O número acumulado de mortes por afogamentos em todos os verões é grande. A partir dos jornais diários podemos observar que os casos se repetem ano após ano:

O verão ainda nem chegou e os banhos de rios já começam a motivar tragédias. Pelo menos sete pessoas morreram afogadas na Região Metropolitana de Porto Alegre, desde sexta-feira até ontem, mobilizando com assustadora frequência as equipes de resgate do Corpo de Bombeiros [...] O número de afogamentos surpreendeu o plantão do Corpo de Bombeiros, porque lembrou tragédias de verão. Em janeiro passado, 20 pessoas morreram nos rios da Região Metropolitana. Em fevereiro, mais 14 vítimas (*ZERO HORA*, 1997b, p. 49).

[Parque Saint' Hilaire] Em 1996, outros sete jovens morreram no mesmo local. Neste ano, foram mais quatro mortes. O administrador do parque, Jorge Volnei Silveira, está alarmado. Ele colocou 10 placas alertando sobre os riscos. As sinalizações de metal foram arrancadas. Algumas das placas de concreto, riscadas. Também orientou os 40 funcionários para coibirem os banhos, mas sempre há penetras na barragem, que tem um espelho d'água de 12 hectares e um leito acidentado. 'Chegam a cortar a cerca de arame para entrar', lamenta Silveira, não entendendo a compulsão dos banhistas clandestinos (*ZERO HORA*, 1997a, p. 62. Grifo meu).

O reservatório da Lomba do Sabão é considerado de valor estratégico para o abastecimento de água de Porto Alegre. No entanto, a qualidade da água represada tem sido comprometida, com a intensiva ocupação na área de entorno e a inexistência de esgoto cloacal na região.

[...] A alteração na vegetação ciliar e nas demais características dos arroios, tem aumentado a carga de esgoto e sedimentos que são lançados nos cursos d'água e que chegam até o reservatório. Nos últimos anos, tem ocorrido na barragem a floração de algas planctônicas e o crescimento de macrófitas aquáticas que indicam a abundância de nutrientes no local. A presença de algas planctônicas pode afetar o tratamento da água, já que elas podem alterar seu gosto e odor (*MORTARI*, 2002, p. 70).

A partir da informação recebida através do Guia que conduziu a atividade de educação ambiental no DMAE, em visita realizada em 2010, a ETA Lomba do Sabão estaria sendo desativada e outras fontes de captação de água passaram a ser consideradas. Um fator relevante apontado é a dificuldade do tratamento da água, pois a relação custo e benefício tem apontando ser mais barato transportar a água

para as comunidades abastecidas pela ETA Lomba do Sabão de outras Estações de Tratamento da Cidade¹².

Cabe aqui propor uma reflexão sobre a viabilidade do tratamento da água represada na Lomba do Sabão e a possibilidade de reavaliação do uso e destino deste lago artificial. Tendo em vista a realidade apresentada sobre as condições da Represa e a prática insistente de uso do lago para banho.

Conforme Maria de Fátima Santos Silveira, funcionária do Parque, é comum os visitantes desobedecerem à proibição de entrar na barragem. 'Os guarda-parques fazem ronda e tiram as pessoas da água. Algumas saem de lá bravas e até colocam fogo no mato ao redor para se vingar' (*ZERO HORA*, 2006a, p. 31).

Quando reprimidas, segundo a administração do Parque, algumas pessoas ateiam fogo nas vegetações da reserva, que no verão sofre com o grande número de focos de incêndio. (conforme já comentado no capítulo 2.2.1). Outra suposta causa destes incêndios são as velas usadas nas práticas religiosas realizadas dentro da área, descritas ainda neste capítulo.

As pessoas que usufruem das águas da Barragem são tratadas como criminosas (descumpridoras da lei). Elas não veem o local somente como um reservatório de água para abastecimento de suas casas, mas como um lugar de lazer e diversão, principalmente no verão.

Esta não seria uma situação para se aplicar (aprimorando) a proposta de Educação Patrimonial e Ambiental? Não no sentido difundido como "alfabetização cultural", que remete a uma ação unilateral de ensinar as pessoas algo que elas não sabem, mas sim, construir em conjunto com essa comunidade, sensibilizá-la para o tema e descobrir qual é o valor desse patrimônio para ela, o que o Parque e a Represa significam e, acima de tudo, como eles podem ser preservados. Assim, como as possibilidades de conciliar e preservar outros usos no local, de forma a compatibilizar o respeito à diversidade, através de práticas como as descritas a seguir.

¹² Foi solicitada confirmação do atual estado de atuação da ETA Lomba do Sabão, junto ao Departamento de Águas e Esgotos e a Secretaria de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre, sem uma resposta esclarecedora, no entanto.

3.2 Práticas artesanais e religiosas

As práticas artesanais identificadas junto ao Parque são produções feitas por Índios Kaingang, que faziam extração de cipós na área. O objetivo era produção de artesanato para comercializar.

Não existem maiores registros a respeito da prática, mas é fato que ela existiu, tendo em vista que durante a produção do Manejo da área foi criado um Termo de Cooperação entre a Prefeitura de Porto Alegre e a Frente de Trabalho Kaingang (PORTO ALEGRE, 2001) quando constatada a existência da mesma. Neste documento, uma área específica foi destinada a prática dos indígenas.

A prefeitura de Porto Alegre assina hoje um termo de cooperação com cerca de 200 índios caingangues. O acordo destina uma área de 28,8 mil metros quadrados no Parque Saint' Hilaire para o uso dos indígenas, que poderão usar as matérias-primas necessárias para o seu artesanato – Cipó, Taquara e Pinus. Os índios farão o replantio dos vegetais utilizados e a recuperação de áreas desmatadas (ZERO HORA, 2001, p. 68).



Figura 27: Matéria sobre a extração de matéria-prima, pelos indígenas, no Parque Sant' Hilaire. Fonte: *Correio do Povo*, 2001, p. 21.

Atualmente, a administração afirma que tal procedimento não está ocorrendo. Não se sabe qual foi a frequência e porque deixou de ser praticado. Uma hipótese é que o grupo indígena que vivia mais próximo do Parque tenha se mudado e a prática se tornou inviável na região.

A espiritualidade é outra das características presentes no Saint' Hilaire. Relatórios de atividades mostram a atuação de diferentes entidades Afro-brasileiras dentro do Parque, conforme podemos observar neste exemplo, de 1987:

<u>RELATÓRIO MENSAL DE EVENTOS (NOVEMBRO/87)</u>																																																																																																																																																	
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE BENS AMBIENTAIS SUVIS/MAIS/UNIA IBERA/CIH</p> <p><u>RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES (NOVEMBRO/87)</u></p> <table border="1"> <tr> <td>05.11</td> <td>Grande Futebol vertedegranma</td> <td>30</td> <td>compensação</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Comissão de Desporto Sul</td> <td>20</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. S. Desporto</td> <td>24</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td>07.11</td> <td>Associação Intermunicipal Futebol São Paulo</td> <td>20</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Clube das Mães Jardim Chacota</td> <td>24</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Associação São João Assaí</td> <td>20</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td>13.11</td> <td>Associação Intermunicipal Desportivo</td> <td>20</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td>14.11</td> <td>Associação Amigos Níquel Verde, Veragem</td> <td>20</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td>18.11</td> <td>Associação Civil</td> <td>20</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Intermunicipal São João</td> <td>24</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td>20.11</td> <td>Associação São Jorge</td> <td>20</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td>22.11</td> <td>Associação São Francisco</td> <td>15</td> <td>"</td> </tr> <tr> <td>28.11</td> <td>Instituição do Verde</td> <td>300</td> <td>"</td> </tr> </table> <p><u>TRABALHOS RELIGIOSOS</u></p> <table border="1"> <tr> <td>08.11</td> <td>Centro de Umbanda Mãe Unju</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Ogum da Mata Virgem</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Centro Espírita Caminho da Verdade</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>15.11</td> <td>C. U. Africana Oxum Pandá</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>21.11</td> <td>Templo Afro Umbandista</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>22.11</td> <td>C. U. Nossa Senhora da Conceição</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Xango da Justiça</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. São Jorge</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Ogum Mege</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Cacique Tupi Reino de Imanja</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>29.11</td> <td>C. U. Pai Oxala e Oxosse</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Yansã e Xango</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. São Mateus</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Filho de Cacique Sete Flexa</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Ogum Guerreiro e Maria Congo</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Pai Ogum Beira Mar</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Ogum Sete Espada</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>C. U. Cacique Rompe Mato</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table> <p><u>ALMAS DE PASSADOS</u></p> <table border="1"> <tr> <td>01.11</td> <td>C. U. São Lucas</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>União do Simão</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Associação J. C.</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Tupi Atlético Clube</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Associação dos Clubes do 4º Distrito</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table> <p>****</p>		05.11	Grande Futebol vertedegranma	30	compensação		Comissão de Desporto Sul	20	"		C. U. S. Desporto	24	"	07.11	Associação Intermunicipal Futebol São Paulo	20	"		Clube das Mães Jardim Chacota	24	"		Associação São João Assaí	20	"	13.11	Associação Intermunicipal Desportivo	20	"	14.11	Associação Amigos Níquel Verde, Veragem	20	"	18.11	Associação Civil	20	"		Intermunicipal São João	24	"	20.11	Associação São Jorge	20	"	22.11	Associação São Francisco	15	"	28.11	Instituição do Verde	300	"	08.11	Centro de Umbanda Mãe Unju	-	-		C. U. Ogum da Mata Virgem	-	-		Centro Espírita Caminho da Verdade	-	-	15.11	C. U. Africana Oxum Pandá	-	-	21.11	Templo Afro Umbandista	-	-	22.11	C. U. Nossa Senhora da Conceição	-	-		C. U. Xango da Justiça	-	-		C. U. São Jorge	-	-		C. U. Ogum Mege	-	-		C. U. Cacique Tupi Reino de Imanja	-	-	29.11	C. U. Pai Oxala e Oxosse	-	-		C. U. Yansã e Xango	-	-		C. U. São Mateus	-	-		C. U. Filho de Cacique Sete Flexa	-	-		C. U. Ogum Guerreiro e Maria Congo	-	-		C. U. Pai Ogum Beira Mar	-	-		C. U. Ogum Sete Espada	-	-		C. U. Cacique Rompe Mato	-	-	01.11	C. U. São Lucas	-	-		União do Simão	-	-		Associação J. C.	-	-		Tupi Atlético Clube	-	-		Associação dos Clubes do 4º Distrito	-	-
05.11	Grande Futebol vertedegranma	30	compensação																																																																																																																																														
	Comissão de Desporto Sul	20	"																																																																																																																																														
	C. U. S. Desporto	24	"																																																																																																																																														
07.11	Associação Intermunicipal Futebol São Paulo	20	"																																																																																																																																														
	Clube das Mães Jardim Chacota	24	"																																																																																																																																														
	Associação São João Assaí	20	"																																																																																																																																														
13.11	Associação Intermunicipal Desportivo	20	"																																																																																																																																														
14.11	Associação Amigos Níquel Verde, Veragem	20	"																																																																																																																																														
18.11	Associação Civil	20	"																																																																																																																																														
	Intermunicipal São João	24	"																																																																																																																																														
20.11	Associação São Jorge	20	"																																																																																																																																														
22.11	Associação São Francisco	15	"																																																																																																																																														
28.11	Instituição do Verde	300	"																																																																																																																																														
08.11	Centro de Umbanda Mãe Unju	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Ogum da Mata Virgem	-	-																																																																																																																																														
	Centro Espírita Caminho da Verdade	-	-																																																																																																																																														
15.11	C. U. Africana Oxum Pandá	-	-																																																																																																																																														
21.11	Templo Afro Umbandista	-	-																																																																																																																																														
22.11	C. U. Nossa Senhora da Conceição	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Xango da Justiça	-	-																																																																																																																																														
	C. U. São Jorge	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Ogum Mege	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Cacique Tupi Reino de Imanja	-	-																																																																																																																																														
29.11	C. U. Pai Oxala e Oxosse	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Yansã e Xango	-	-																																																																																																																																														
	C. U. São Mateus	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Filho de Cacique Sete Flexa	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Ogum Guerreiro e Maria Congo	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Pai Ogum Beira Mar	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Ogum Sete Espada	-	-																																																																																																																																														
	C. U. Cacique Rompe Mato	-	-																																																																																																																																														
01.11	C. U. São Lucas	-	-																																																																																																																																														
	União do Simão	-	-																																																																																																																																														
	Associação J. C.	-	-																																																																																																																																														
	Tupi Atlético Clube	-	-																																																																																																																																														
	Associação dos Clubes do 4º Distrito	-	-																																																																																																																																														

Figura 28: Detalhes do Relatório Mensal de Atividades do Parque Saint' Hilaire. Fonte: Adaptado de SMAM, 1987.

Podemos supor que rituais e oferendas religiosas estejam presentes há muito tempo no local. No entanto, documentos como este não são regulares e, provavelmente, nem todos os praticantes passaram por um registro quando da sua presença. O registro dos frequentadores do Parque, inclusive, não é um procedimento adotado na atualidade e, desta forma, o número representativo desta prática (e qualquer outra) é difícil de calcular.

Mesmo com presença antiga, este tipo de ritual é abordado como um conflito com a conservação da natureza.

Há, no entanto, por parte de algumas comunidades, acerca de se utilizar os recursos do Parque para a realização de oferendas de caráter religioso. Segundo a administração do Parque, as oferendas contribuem com os focos de incêndios dentro do Parque, além de contribuir com o lixo, alimentos e animais utilizados nos rituais que apodrecem a céu aberto, contaminando o solo e liberando maus odores. Dentro dessa realidade é necessário um acordo de manejo (MORTARI, 2002, p. 74).

Uma tentativa de amenizar a situação foi regulamentar esta prática através do Termo de Cooperação firmado entre a Prefeitura Municipal e entidades Afro-brasileiras (PORTO ALEGRE, 2002), na mesma lógica do firmado com a Frente de Trabalho Kaingang, para normatizar a extração de matéria-prima.

A proposta buscou a regulamentação do desenvolvimento de práticas afro-brasileiras dentro do Parque, em área específica, mediante uma autorização expressa dos representantes das entidades envolvidas, em que foi destinada uma área de 500 metros quadrados, dentro da área de lazer e recreação pública do PSH - com um pórtico intitulado *Recanto dos Orixás* -, para realização de trabalhos religiosos pacíficos que não causem impactos ambientais.

O Jardim dos Orixás será entregue a comunidade neste domingo, a partir das 16 h. O espaço, localizado no Parque Saint' Hilaire (Parada 38 da RS-040), é uma iniciativa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e busca a valorização da cultura afro-brasileira, destacando a sua relação com as questões ambientais (ZERO HORA, 2003a, p. 33).



Figura 29: Detalhe da ornamentação do Recanto dos Orixás. Fonte: CORRÊA; GRAVARO; NONATO; SILVA, 2009.



Figura 30: Recanto dos Orixás. Fonte: CORRÊA; GRAVARO; NONATO; SILVA, 2009.



Figura 31: Oferenda identificada junto ao Recanto dos Orixás. Fonte: CORRÊA; GRAVARO; NONATO; SILVA, 2009.

O vínculo de tais práticas com a natureza é realmente fundamental para realização das mesmas. No caso do Parque, a prática se mantém independente da delimitação do espaço, como observado *in locu*. As manifestações religiosas não necessariamente são realizadas no local destinado. Ao caminhar pelo Parque, próximo aos limites da área, é possível observar materiais de oferendas dispostos em diversos lugares.



Figura 32: Oferenda identificada junto ao limite do Parque. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 33: Detalhe do material de oferenda. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.

Diante destas práticas pode-se constatar que é fato a importância da preservação do espaço verde do Parque Saint' Hilaire e válida a tentativa de adequar e equilibrar as práticas e rituais de tal forma que estas manifestações se tornem sustentáveis. A delimitação do local, contudo, parece não ter sido suficiente adequada, pois as oferendas seguem sendo realizadas em lugares distintos daquele designado pelo Termo de Cooperação. Há que se considerar, em casos como este,

as variantes de tais práticas nas suas relações com a natureza e a simbologia presente em cada espaço. Elementos como uma nascente de água, uma árvore ou uma encruzilhada podem ser fundamentais para realização de determinados rituais.

São fortemente influenciadas por valores ambientais as manifestações culturais e religiosas brasileiras, de que o candomblé é um bom exemplo. Gilberto Gil (2003) nos faz o seguinte relato, ao falar do projeto Terreiro, de inspiração 'sacroecológica', que procurou aliar conservação ambiental e preservação das casas de candomblé, desenvolvido durante o período em que foi presidente da Fundação Gregório de Mattos, da prefeitura municipal de Salvador. Segundo Gil: 'Para as religiões tradicionais africanas, o mundo natural não é um espaço neutro, indiferente. Pelo contrário: é uma espécie de teatro para a manifestação do sagrado. É na natureza que os deuses se manifestam. Manifestam-se em pedras, árvores, rios, grutas, lagos, etc. Desse modo, a natureza é sacralizada. É um espaço para a expressão de potências superiores. Ou, dito de modo mais incisivo: a natureza é sagrada. Ao serem transplantadas para o Brasil, durante os séculos do tráfico de escravos no Atlântico sul, algumas dessas religiões se redimensionaram, se recriaram, se reinventaram, adaptando-se à nova realidade social, antropológica e ambiental. Mas a verdade é que, em suas diversas vertentes (culto dos inquices, dos orixás, dos voduns e mesmo, mais tarde, dos caboclos), elas não perderam seus traços essenciais. Entre eles, o que foi mencionado: a visão da natureza como espaço sagrado. Além disso, em todas as suas práticas rituais e litúrgicas, essas religiões dependem do mundo natural, dependem dos animais e das plantas. Daí a frase, hoje famosa, de uma ialorixá da Bahia: 'Sem folha, não há orixá'. Por isso mesmo, é claro, a preservação da natureza, das reservas vegetais, é vital para o candomblé. É indispensável à sua existência'(SANTILLI, 2005, p. 97).

Espaços de culto, onde são tradicionalmente realizadas práticas de religiões afro-brasileiras, já têm seu valor reconhecido no contexto do patrimônio nacional. O Terreiro Casa Branca, na Bahia, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na década de 1980, foi o primeiro de outros seis reconhecidos.

Lugares como estes são elementos importantes da cultura dos diferentes grupos que formam a identidade brasileira. As práticas realizadas dentro do Parque Saint' Hilaire, da mesma forma, devem ser respeitadas, bem como a relação que mantêm com a natureza.

3.3 Escotismo

Existem diferentes formas de se relacionar com a natureza, uma delas é a preconizada pelos escoteiros. Na década de 1950, a Prefeitura de Porto Alegre edificou dentro do Parque Saint' Hilaire um pavilhão de madeira. Esta construção foi

destinada a União dos Escoteiros do Brasil, regional do Rio Grande do Sul (UEB/RS), com o objetivo de se tornar uma Sede Campestre para desenvolvimento das atividades do Escotismo¹³.

A Entidade se instalou, em 1956, junto ao Pórtico do PSH e lá permaneceu até 1977. Neste ano, a Sede foi transferida para uma zona central do Parque, na divisa entre as áreas de preservação e de lazer, justamente devido à redefinição do espaço (CEP/SUMAM, 1977). Neste local se consolidou o Campo Escola João Ribeiro dos Santos como Sede Regional dos Escoteiros do Rio Grande do Sul.

Ao longo da história do Parque a presença dos Escoteiros foi sempre marcante, com atividades e promoções das mais variadas. De cunho social e cultural, além da problematização ambiental, as propostas incentivam o sentimento de cidadania (entre outros), de acordo com a própria filosofia da entidade. Algumas notícias divulgadas pelo jornal *Zero Hora* dão uma ideia da atuação dos Escoteiros dentro do PSH:

- “Seis mil escoteiros abrem hoje aqui a reunião pan-americana” (1981).
- “Escoteiro fazem assembléia domingo” (1990).
- “Escoteiros fazem curso no Carnaval” (1996).
- “Projeto leva deficientes à natureza” (1998b).
- “A União dos Escoteiros do Brasil está promovendo hoje mais uma edição do programa ‘Basta Passar a Ponte’” (1999a).
- “Escoteiros vivem um dia de desafios” (2006b).
- “Preocupados com o ambiente, escoteiros de todo o país participaram do 1º Elo Nacional, no final de semana” (2008c).

O projeto Basta Passar a Ponte, por exemplo, foi aberto a comunidade em geral e dirigido a crianças com necessidades especiais. A proposta busca desenvolver atividades educativas e integrar as crianças à comunidade e à natureza, desenvolvendo a sua capacidade física e intelectual.

¹³ “Escotismo, fundado por Lorde Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, em 1907, é um movimento mundial, educacional, voluntariado, apolítico, sem fins lucrativos. A sua proposta é o desenvolvimento do jovem, por meio de um sistema de valores que prioriza a honra, baseado na Promessa e na Lei escoteira, e através da prática do trabalho em equipe e da vida ao ar livre, fazer com que o jovem assuma seu próprio crescimento, tornar-se um exemplo de fraternidade, lealdade, altruísmo, responsabilidade, respeito e disciplina”. Disponível em: <<http://www.escoteiros.org.br/escotismo/>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

Aparentemente, a área ocupada pelo Campo Escola é a mais conservada de todo o Parque. Provavelmente pelo fato de estar cercada e ter atividades pontuais e com acesso controlado. Entrar na Sede, assim como maiores informações sobre sua história e atividades, depende da colaboração dos coordenadores da UEB/RS.

Possui uma infraestrutura adequada a eventos acantonados ou acampados. Os ambientes possuem telheiros, fogões suspensos, luz interna e externa, água potável e áreas abertas. Assim como, salas de palestras e refeitório, cercamento do Campo Escola Escoteiro e dois caseiros permanentes (UEBRS, 2012)¹⁴.

Abaixo algumas fotos disponibilizadas pelo site da União dos Escoteiros do Rio Grande do Sul¹⁵:



Figura 34: Campo Central, área dos escoteiros dentro do PSH. Fonte: UEBRS, 2012.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.uebrs.com.br/index.php?option=conteudo&Itemid=167>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

¹⁵ Durante o trabalho de campo, não foi possível entrar no Campo Escola, pois o caseiro não estava no local.



Figura 35: Entrada do Campo Escola. Fonte: UEBS, 2012.



Figura 36: Recepção. Fonte: UEBS, 2012.

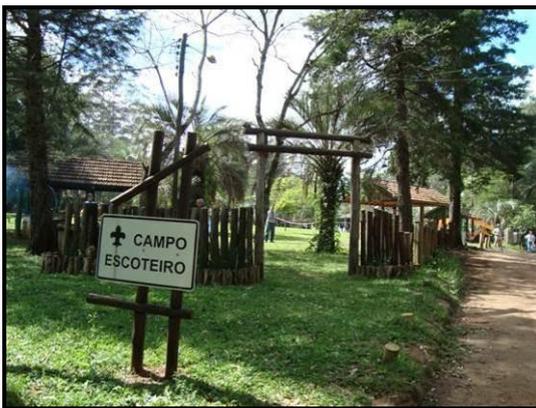


Figura 37: Campo Escoteiro. Fonte: UEBS, 2012.



Figura 38: Campo Pioneiro. Fonte: UEBS, 2012.



Figura 39: Campo Sênior. Fonte: UEBS, 2012.



Figura 40: Canto Lobo. Fonte: UEBS, 2012.

Todos os escoteiros que foram associados à Regional do Rio Grande do Sul têm pelo menos uma história para contar sobre experiências vivenciadas no PSH. Sem dúvidas um trabalho exclusivo com este grupo renderia outra pesquisa, com foco específico em memória, a partir de história oral, por exemplo.

3.4 Tradições e novas possibilidades de lazer, esporte e educação

Apesar de sua origem estar relacionada com as fontes de abastecimento de água para a Capital, o Parque Saint' Hilaire de Porto Alegre se consagrou, em meio à comunidade que o circunda, como um Parque, ou seja, um espaço de lazer e recreação.

Atualmente, com a temática da requalificação dos espaços urbanos, principalmente das áreas centrais das cidades, com a demanda crescente de espaços de recreação e lazer e com a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento, a temática do Parque Urbano assume papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos.

[...]

A evolução do Parque Urbano nestes dois séculos tem acompanhado as mudanças urbanísticas das cidades, sendo assim um testemunho importante dos valores sociais e culturais das populações urbanas. É interessante observar que constituem um elemento de forte permanência, mantendo-se com suas principais características independentemente das transformações das estruturas urbanas em seu entorno (MACEDO, 2003, p. 7).

Como elemento de permanência, as principais características que se mantêm no Saint' Hilaire, apesar das transformações do seu entorno, estão sendo descritas aqui, mas a totalidade de práticas que foram desenvolvidas no local, ou ainda são, dificilmente poderão ser registradas em toda a sua dimensão, tamanha diversidade e subjetividade presente na relação das pessoas com os lugares.

Do que foi possível conhecer da história e “vida” do Parque, se constatou, com maior intensidade, as práticas de lazer do cotidiano, tais como: o churrasco no final de semana, o jogo de futebol entre amigos e disfrute das crianças nos brinquedos dos parquinhos, conforme as imagens que seguem:



Figura 41: Quiosque na área das churrasqueiras. Fonte: Foto da autora, em 3 abr. 2011.



Figura 42: Parquinho próximo a área das churrasqueiras. Fonte: Foto da autora, em 3 abr. 2011.

O Parque conta com 7 áreas de recreação, distribuídas em diferentes pontos, como foi apresentado na Figura 8 do capítulo 2. Nestas áreas existem espaços para prática das atividades mais tradicionais, entre elas: futebol, vôlei e bocha. Em outros, podemos observar atividades não tão populares, como aeromodelismo e artes marciais. Outros brincam e passeiam, sem necessariamente um local predefinido, com bugues e bicicletas.



Figura 43: Crianças jogando vôlei. Fonte: Foto da autora, em 3 abr. 2011.



Figura 44: Quadra e praticantes de bocha. Fonte: Foto da autora, em 3 abr. 2011.



Figura 45: Campo de futebol. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 46: Quadra de futebol. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 47: Pista de aeromodelismo. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 48: Praticante de aeromodelismo. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 49: Recanto de Artes Marciais. Fonte: Foto da autora, em 3 abr. 2011.



Figura 50: Crianças andando de Bogue. Fonte: Foto da autora, em 3 abr. 2011.



Figura 51: Ciclistas. Fonte: Foto da autora, em 3 abr. 2011.

As possibilidades acompanham a imaginação da comunidade que pode frequentar o Parque para caminhar, meditar ou usufruir do espaço para educação, como fazem algumas escolas da região. Essa prática, tendo em vista se tratar de uma Unidade de Conservação, conta inclusive com sede e equipamentos para desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental, o Centro de Visitantes e Vivências Ambientais.



Figura 52: Centro de Visitantes e Vivências Ambientais. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 53: Sala de Atividades do Centro de Visitantes e Vivências Ambientais. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.

Há que considerar, contudo, que as atividades de Educação Ambiental, sendo tema transversal, assim como a Educação Patrimonial, deveriam ser desenvolvidas em parceria. Pois

a Educação Ambiental é um processo pelo qual objetiva basicamente reconhecer e reafirmar determinados valores ligados ao meio ambiente e à preservação da qualidade de vida do planeta, esclarecendo conceitos e modificando atitudes, para que se reconheça, aprecie e compreenda todas as inter-relações que existem entre os seres vivos e seu meio. A Educação Ambiental, é antes de tudo uma postura de vida que leva o ser humano a ter uma posição crítica da realidade em que está inserido (CEIA-SMAM, 2004, p. 3).

Como já discuti em outro momento¹⁶, a Educação Ambiental desconectada das questões socioculturais, institui uma visão parcial da nossa realidade. As duas propostas, sendo muito jovens, ainda têm muita fundamentação e experiência prática que buscar, mas poderiam ser aliadas e aprender conjuntamente, principalmente com atividade em um local diversificado como o PSH.

3.5 Viveiro Municipal, turismo e outros usos possíveis

No interior do PSH está localizado o Viveiro Municipal de Porto Alegre. Ele conta com três áreas para plantio e produz mudas para renovar e repor as árvores

¹⁶ LIMA, Ilza Carla Favaro de. Bens Naturais e Culturais e a Balança da Conservação. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História. Centro Universitário Metodista IPA. Porto Alegre, 2009.

da Cidade. Recentemente, a administração do Viveiro tem investido em pesquisas laboratoriais para aumentar a quantidade de mudas nativas produzida.



Figura 54: Viveiro Municipal de Porto Alegre, dentro do Parque Saint' Hilaire. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 55: Estufa do Viveiro Municipal. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.



Figura 56: Mudas produzidas pelo Viveiro Municipal de Porto Alegre. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.

O Viveiro Municipal também se caracteriza como um espaço frutífero (não só pelas mudas) para educação ambiental e patrimonial. Conta com espaço amplo e uma variedade de plantas que possibilitam o desenvolvimento de diversas atividades. Neste local é possível, por exemplo, conhecer o Papiro, descoberto ainda

no Egito Antigo, por ser utilizado como suporte para escrita. Através do caule desta planta, produziam-se folhas de mesmo nome que foram utilizadas, por muito tempo, antes do desenvolvimento do papel moderno.



Figura 57: Papiro, do Latim *papyrus*. Nome científico, *Cyperus papyrus*. Fonte: Foto da autora, em 9 set. 2010.

Esporadicamente, o Parque Saint' Hilaire é utilizado para programações especiais, principalmente no tema futebol, o Parque algumas vezes sediou treinos dos dois principais times da Capital, Grêmio e Internacional, mas também recebeu outros não tão famosos, como a Sociedade Esportiva Penharol, de Viamão. Também houve encontros futebolísticos para crianças, como em 1999, quando foi realizado um Torneio de escolinhas comunitárias (ZERO HORA, 1999) ¹⁷.

Têm-se notícias de outras atividades, como campeonatos de Cross Country¹⁸, treinamentos militares¹⁹ e cursos de formação²⁰. Em datas tradicionalmente

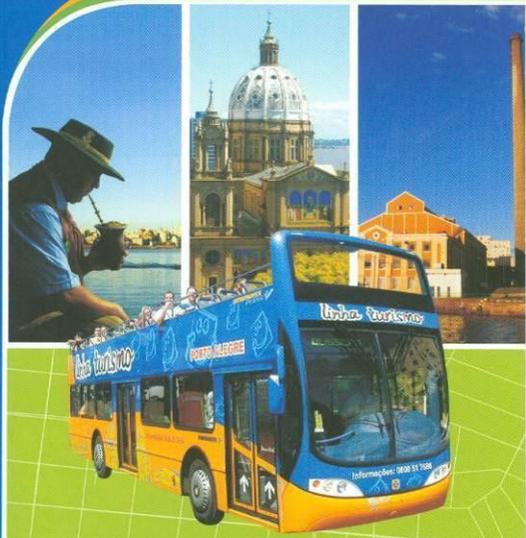
¹⁷ ZERO HORA. "Torneio de escolinhas comunitárias". Porto Alegre, 12 nov. 1999d, p. 9.

¹⁸ ZERO HORA. "Copa Brasil-Sul é no Saint Hilaire". Porto Alegre, 12 fev. 1994a, p. 42.

¹⁹ ZERO HORA. "Brigada treina homens para ações especiais". Porto Alegre, 28 ago. 1988a, p. 54, e ZERO HORA. "Túnel do Tempo – Turma de Cavalaria de 1967". Porto Alegre, 25 out. 2007d, p. 62.

promovidas, que comemoram a Semana do Meio Ambiente, Semana da Primavera, ou ainda, a Semana de Porto Alegre, comumente o PSH aparece dentro dos roteiros ecológicos da Capital, sugeridos entre as programações especiais para a Semana. Entretanto é necessário registrar que no material de divulgação da Secretária Municipal de Turismo e da Linha Turismo da Cidade, o Parque Saint' Hilaire não aparece. O ônibus turístico tem duas Rotas básicas, uma que circula pela área central da Capital, e outra, que vai até alguns pontos da Zona Sul.

Linha Turismo



Terça a Domingo | Tuesday to Sunday | Martes a Domingo

Tour Tradicional	9h / 15h30 9 a.m / 3:30 p.m
Tour Zona Sul	10h30 / 13h30 10:30 a.m / 1:30 p.m

Reservas
Reservation | Reservas

(51) 3289 6744
(51) 3289 6745

S
Serviço de Atenção ao Turista
SAT - 0800 51 7686

reservas@turismo.prefpoa.com.br
www.portoalegre.travel

tradicional | zona sul

Principais atrativos

- Parque da Redenção
- Parque Moinhos de Vento
- Antiga Cervejaria Bopp (Brahma)
- Santa Casa de Misericórdia
- Praça da Matriz
- Praça da Alfândega
- Paço Municipal
- Mercado Público
- Usina do Gasômetro
- Anfiteatro Pôr-do-Sol
- Estádio Gigante da Beira-Rio
- Fundação Iberê Camargo
- Estádio Olímpico Monumental
- Museu de Porto Alegre

Principais atrativos

- Caminho dos Antiquários
- Orla do Guaíba
- Parque da Harmonia
- Parque Marinha do Brasil
- Estádio Gigante da Beira-Rio
- Fundação Iberê Camargo
- Hipódromo do Cristal
- Clubes Náuticos
- Morro do Osso
- Praia de Ipanema
- Santuário Mãe de Deus
- Estádio Olímpico Monumental
- Museu de Porto Alegre

Faça sua reserva com antecedência por telefone. Para garantir seu lugar, retire o ingresso até 30 minutos antes do passeio. Em caso de chuva, o City Tour será cancelado e as reservas poderão ser remarçadas.

Make your early reservation by telephone. To ensure your place, get the ticket up to 30 minutes before the tour. In case it rains, the city tour will be cancelled and the reservation will be rescheduled.

Haga su reserva por teléfono con antelación. Para garantizar su lugar, retire el ingreso hasta 30 minutos antes del paseo. En caso de lluvia, se cancelará el city tour y se remarcará la reserva.

Travessa do Carmo, 84
Cidade Baixa | Porto Alegre | RS





Tradução: E-Saill

Figura 58: Folder da Linha do Ônibus Turístico de Porto Alegre.

²⁰ ZERO HORA. "Ensino para agricultores". Porto Alegre, 14 jun. 2000c, p. 7, e ZERO HORA. 1º "Curso de Formação de Assessor Religioso Escoteiro, no Parque Saint Hilaire, em Viamão". Porto Alegre, 04 out. 2000a, p. 38.

Como pode ser observado no Folder acima, em destaque como “Principais atrativos”, estão alguns dos parques da Capital, entre outros pontos turísticos. O Parque Saint’ Hilaire, no entanto, não consta neste material (e em nenhum outro, conforme constatado junto à própria Secretaria), seja como sugestão de passeio, ou de forma informativa, por ser uma Unidade de Conservação, possivelmente uma das maiores áreas de preservação a nível municipal no País.

De fato, o PSH não é tratado como um atrativo turístico de Porto Alegre, tampouco é conhecido de todos os porto-alegrenses. A questão é que, na prática, existem usuários. Isso foi constatado, por observação direta, através das visitas técnicas realizadas e através das mais variadas práticas identificadas, conforme venho dissertando neste trabalho.



Figura 59: Movimento de carros chegando ao Parque em uma tarde de domingo. Fonte: Foto da autora, em 3 abr. 2011.

Também constatei, em documentos e relatos de funcionários e moradores da Cidade, através de conversas informais, que festas comemorativas são realizadas dentro Parque. Aniversários de quinze anos, festas de noivado, retiros e reuniões religiosas, todas realizadas no salão localizado no Galpão próximo ao pórtico ou mesmo no amplo espaço ao ar livre.

Em uma matéria da *Zero Hora* da década de 1980, um frequentador do Parque afirmou que ele e seus familiares comemoram todas as festas de fim de ano ali e, naquela ocasião, estavam festejando o aniversário de um integrante da família (1988b). O que busco refletir a partir destas informações é que o PSH não está necessariamente em um âmbito de patrimônio comercializado turisticamente, como comumente acontece com patrimônio cultural, mas ele comporta um conjunto de valores, mesmo que vinculados a práticas simples de cotidiano, que devem ser considerados quando se pensa nas suas normas de gestão.

3.6 Lendas urbanas e Insegurança real

Nestes anos de existência como Parque, considerando o tamanho da sua área, com grande quantidade de vegetação e um lago, o Saint' Hilaire não poderia passar despercebido aos típicos mitos e lendas urbanas.

Em uma breve pesquisa na internet, podemos observar como principais resultados páginas relacionadas com “mistérios”. Uma aura que ronda as áreas de matas. Não são incomuns postagens com títulos fantásticos, tais como: “A verdade sobre a criatura do Parque Saint Hilaire”²¹; “A volta da Criatura do Parque Saint Hilaire”²²; “Monstro no Lago do Parque Saint Hilaire afugenta turistas”²³.

Sobre o suposto monstro do Lago, existe uma explicação oficial:

Uma criatura vivendo no lago formado pela Barragem, supostamente existe. Na verdade é um único jacaré.
O jacaré funciona, segundo alguns, como um elemento mais inibidor do que os guarda-parques e os soldados montados da Brigada Militar.
O jacaré que não tem nome habita a represa há três anos.
Nestor calcula que ele tem 1,30 metros de comprimento.
“Um casal, certa vez, largou o filhote, ele cresceu e mora aí como se fosse o proprietário”, brinca Nestor (SMAM, 1992, p. 65).

Nas conversas com os guarda-parques, quando realizado trabalho de campo, algumas histórias curiosas também surgiram. Os funcionários relataram a

²¹ Publicado em 16 abr. 2008. Disponível em: <http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=4928>. Acesso em: 03 jan. 2012.

²² Publicado em 07 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.viamaohoje.com.br/a-volta-da-criatura-do-parque-saint-hilaire.html>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

²³ Publicado em 10 fev. 2007 Disponível em: <<http://viamaoincrivel.blogspot.com/2007/02/monstro-no-lago-do-parque-saint-hilaire.html>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

existência de pedras preciosas escondidas dentro PSH, em uma área conhecida como “Três Figueiras”. Hoje, as tais árvores não existem mais. Segundo os guardas, elas morreram de tanto cavarem esta parte do terreno em busca de ouro.

Outro relato diz que no fundo da Represa estão as ruínas de uma antiga casa do Governo do Estado. Esta casa realmente existiu, de acordo com um boletim oficial da Prefeitura da Capital, e deve ter sido construída por volta da década de 1940, quando da aquisição da área pela Prefeitura:

[...] também, foi construída no parque uma casa que, por muito tempo, serviu de residência de verão do Governador do Estado. Esta residência foi demolida anos mais tarde porque, com a ampliação da barragem, a área em que ela estava localizada seria totalmente inundada, como de fato o foi, entre os anos de 1950/53 (PORTO ALEGRE, 1978, p. 2).

A casa provavelmente tenha mesmo sido desmanchada quando da ampliação da Barragem, mas o que importa é a presença “fantástica” que surge no imaginário das pessoas sobre vestígios de ruínas no fundo de uma represa.

Ainda que seja difícil discernir entre o que é “mito” e “realidade”, o interessante para este estudo é identificar as possibilidades de envolvimento do Parque Saint’ Hilaire com a memória da comunidade local.

A identificação com o lugar não acontece por acaso. Exige trabalho, atos repetidos que estabelecem relações entre as pessoas e os lugares (Creswell, 2004; Massey, 2005) e amplia significativamente intersubjetivo do espaço-tempo (Munn, 1986) além de si mesmo (TILLEY, 2006, p. 14. Tradução minha)²⁴.

E as relações são as mais diversas. Em termos de criatividade, também podemos considerar a nota que revela o Parque como cenário para gravação de um curta-metragem: “A força dos Jedis gaúchos”²⁵, filme inspirado na saga Star Wars, gravado em vídeo digital e com locações em Viamão, Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo. O filme, realizado pelo fã-clubes da série no Rio Grande do Sul, tem cerca de 30 minutos de duração e ambienta-se oito anos após “O retorno de Jedi”, o sexto episódio de Star Wars.

²⁴ Identifying with place does not just happen. It requires work, repeated acts which establish relations between peoples and places (Creswell, 2004; Massey, 2005) and significantly expands intersubjective space–time (Munn, 1986) beyond the self (TILLEY, 2006, p. 14).

²⁵ ZERO HORA. “A força dos Jedis gaúchos”. Porto Alegre: 24 mai. 2005, p. 6.

Infelizmente, proporcionalmente a este imaginário mítico e práticas lúdicas, recreativas e religiosas, existem um conjunto de ações que poderíamos chamar de “ilícitas”, sendo praticadas no local. O Parque Saint’ Hilaire também sediou situações de violência diversas e, por isso, cultiva uma fama antiga de insegurança.

Ainda no cenário da arte, um fato ocorrido no período da Ditadura Militar no Brasil, vinculou o nome do Parque a este momento de repressão da história nacional. Em 1968, parte do elenco do musical “Roda Viva” foi sequestrado e levado até o Parque Saint’ Hilaire, amarrados e ameaçados, em um ato de censura ditatorial. O fato foi lembrado pelo jornal *Zero Hora*, em outubro de 2008:

Na noite de 3 de outubro de 1968, depois da estréia no Teatro Leopoldina (depois Teatro da Ospa, na Avenida Independência), o elenco do musical Roda Viva foi atacado por radicais de direita. Alguns atores foram agredidos no centro de Porto Alegre, no hotel onde estavam hospedados, e a atriz Elizabeth Gasper e o assistente de direção musical e guitarrista Zelão foram sequestrados por um grupo paramilitar, levados até o Parque Saint-Hilaire e ameaçados. Os agressores nunca foram identificados ou detidos. No dia seguinte, a peça foi censurada em todo o país e o elenco deixou a capital gaúcha escoltada (2008d, p. 4).

No mês seguinte à publicação desta matéria, um grupo de estudantes, assaltado dentro do PSH, também foi notícia: “foi assim que terminou o primeiro passeio escolar da vida de 20 crianças da 1ª série da Escola Estadual Maurício Sirotsky Sobrinho, de Alvorada” (*ZERO HORA*, 2008b, p. 50).

Infelizmente situações de violências fazem parte da história do Parque:

- "Encontrado corpo de professor" [enterrado no Parque Saint' Hilaire] (*ZERO HORA*, 1994b).
- “Assassinato no parque” (*ZERO HORA*, 1999b).
- “Corpo achado no parque” (*ZERO HORA*, 2000b).
- "Jovem pode ter sido jogado em represa" (*ZERO HORA*, 2000d).
- “Jovens executados na Lomba do Pinheiro” [dentro da área do Parque Saint’ Hilaire] (*ZERO HORA*, 2006c).
- “Partes de corpo são achadas em parque” (*ZERO HORA*, 2007c).
- “O corpo de um homem queimado foi encontrado no interior do parque Saint’ Hilaire” (*ZERO HORA*, 2008a).

A Prefeitura, no entanto, busca constantemente mudar essa imagem. Reportagens de página inteira, divulgada em jornais da Cidade e em publicações da

Secretaria do Meio Ambiente, abordam o tema de forma a diminuí-lo ou desconstruí-lo. A própria administração atual, quando recebeu a proposta para esta pesquisa, insistiu que a questão da violência seria exagero das pessoas.



Figura 60: Notícias publicadas em jornais, sobre as melhorias nas condições de segurança do Parque. Fonte: Zero Hora, 1988b e 1991.

Em 1992, a chamada Administração Popular, a frente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, publicou um material chamado *Uma caminhada ecológica*, sobre a trajetória da SMAM até o momento da gestão. Entre os feitos destacados em tal publicação está a revitalização do Parque Saint' Hilaire. O texto afirma que, além da manutenção dos diversos espaços, os administradores conseguiram aproximar mais a comunidade do Parque e diminuir os casos de violência.

Não pretendo aqui dimensional o nível de violência presente dentro do PSH de fato. Obviamente, há que se considerar a extensão da sua área e o número de funcionários trabalhando no local (37 funcionários, sendo apenas 5 guarda-parques, segundo Mortari, em 2002), mas a existência da insegurança é inegável. Tanto é que para realização das visitas técnicas para pesquisa (e o registro fotográfico do diferentes espaços) a orientação da administração foi agendar data e horário para ser acompanhada de guarda-parque, seguindo, inclusive, em veículo motorizado²⁶.

²⁶ Outro exemplo da presença de violência dentro do Parque está refletido na Pesquisa de Doutorado em andamento, *Sustentabilidade de extrativismo Kaingang de Lianas em Porto Alegre*, realizada pela pesquisadora Isabel Gravato, junto a Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Inicialmente o projeto pretendia realizar investigações no Parque Saint' Hilaire, no entanto, este campo foi desconsiderado pela insegurança de se transitar pelo interior do PSH, sem devida proteção.

3.7 Comunidade Local

A complexidade do Parque Saint' Hilaire gira em torno de situações inusitadas, que venho descrevendo ao longo deste trabalho, entre elas: ter quase 90% de sua área dentro do Município de Viamão, mas pertencer ao Município de Porto Alegre; estar sob a administração de um governo e se relacionar diretamente com a comunidade de outro; estar legalmente dedicado à preservação ambiental e, em alguns momentos, ter recebido plantio de árvores exóticas ou ser fonte de extração de matéria-prima; ser área protegida e abrigar ocupações irregulares, com problemas de saneamento e áreas de risco (este último fato não chega a ser inusitado).

Este é o tema que pretendo abordar agora, finalizando este capítulo. Quero tratar de uma das coisas mais importante, na minha concepção, que pode ser chamado de Patrimônio vivo – as pessoas que se relacionam com este Parque. Boas ou não, as relações com o local fazem com que ele seja lembrado, por vezes rememorado.

A memória é geralmente considerada como uma questão do passado, um fenômeno temporal, mas, como Hirsch mostra, claramente envolve paisagem e lugar, que funcionam bem como redes em relação ao quais os eventos são ordenados: lugares e paisagens são ancoragens de memórias, porque nós não nos lembramos de uma forma sem um lugar (TILLEY, 2006, p. 25. Tradução minha)²⁷.

Desta forma, segundo Tilley, as temporalidades de uma paisagem como o Parque Saint' Hilaire, são múltiplas. Ele não pode ser percebido apenas por sua forma espacial, pois sempre estará envolvido com o tempo e com o contexto. O PSH se constitui de uma rede inteira de experiências passadas e futuras.

As comunidades das áreas do entorno do Parque Saint' Hilaire possivelmente são as que mais se relacionam com ele e são elas que vivem o maior

²⁷ Memory is usually considered to be a matter of the past, a temporal phenomenon but, as Hirsch shows, it clearly involves landscape and place as well which act as grids in relation to which events are ordered: places and landscapes anchor memories because we do not remember in a disembodied placeless manner (TILLEY, 2006, p. 25).

dilema junto ao Parque. O direito a moradia *versus* o direito ao meio ecologicamente equilibrado²⁸.

De acordo com a legislação brasileira, dentro dos direitos fundamentais, relacionados ao princípio da dignidade da pessoa humana, são considerados direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, além do trabalho e da moradia, entre outros (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 6). Segundo o artigo 7º, desta Constituição, o salário mínimo, fixado em lei, deveria ser capaz de atender as necessidades vitais básicas de uma família, como a moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, etc.

Considerado direito de terceira geração, ligado aos chamados direitos difusos (MORAES, 2009), o artigo 225 diz que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Entre estes direitos garantidos aos cidadãos brasileiros está à comunidade que circunda o Parque Saint' Hilaire. Provavelmente o desenvolvimento populacional da região ocorreu posterior à implantação do Parque, tendo em vista que a área era extremamente rural até a década de 1940 e, com a aquisição do terreno pela Prefeitura, foi autorizado (e possivelmente incentivado) que algumas pessoas residissem nos arredores da Estação de Tratamento de Água, iniciando assim o processo de ocupação desordenado.

Conforme já comentado, em 1977, foi realizado um levantamento da situação de ocupação do Parque Saint' Hilaire. Constatou-se, já naquela época, a presença de residentes diversos e entidades presentes em áreas do Parque, juntamente com suas famílias. Posteriormente, outros levantamentos e relatórios acusaram a situação de ocupações irregulares acerca do PSH, considerando, inclusive, algumas áreas de risco:

Se é verdade que a gleba de terra em foco é mínima, especialmente considerando que a maior parte dela fica absorvida pelo leito do canal, mas

²⁸ Esta reflexão parte da análise proposta pelas autoras Silva e Sulzbach, em "A função sócio-ambiental da propriedade urbana: o caso da Barragem Lomba do Sabão, no Parque Saint' Hilaire". Trabalho acadêmico, da Faculdade de Direito – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. O único trabalho localizado, de cunho sociocultural, relacionado com o Parque.

se constitui num sério problema, pois ali foram construídas dezenas de modestas casas, verdadeiras malocas, inclusive sobre o leito do canal. É deveras motivo de preocupação, especialmente quando das águas da barragem transbordarem, podendo arrastar as casinhas ali existentes (PORTO ALEGRE, 1999, p. 16).

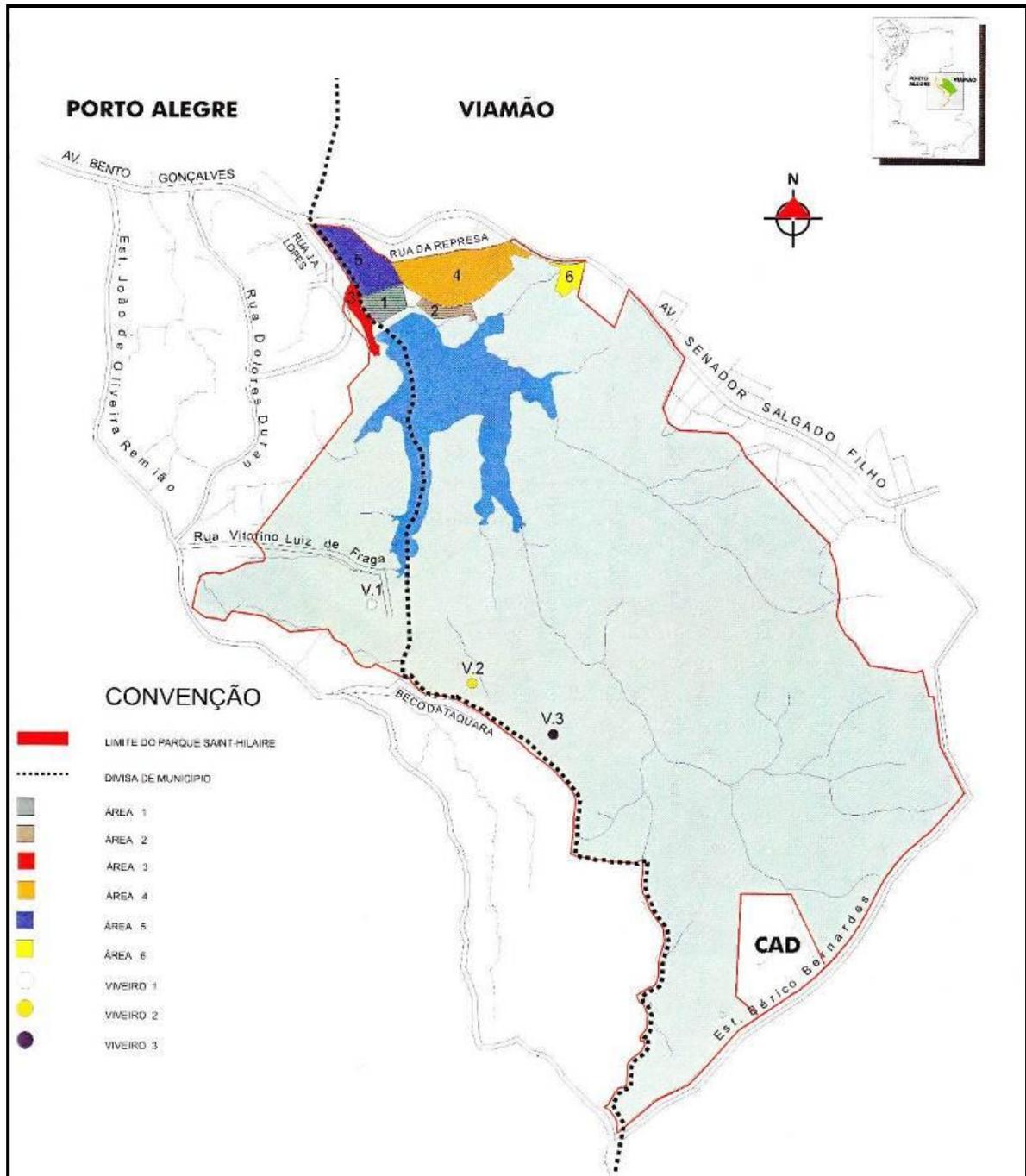


Figura 61: Áreas ocupadas irregularmente no Parque Saint' Hilaire. Fonte: Porto Alegre, 1999, p. 19.

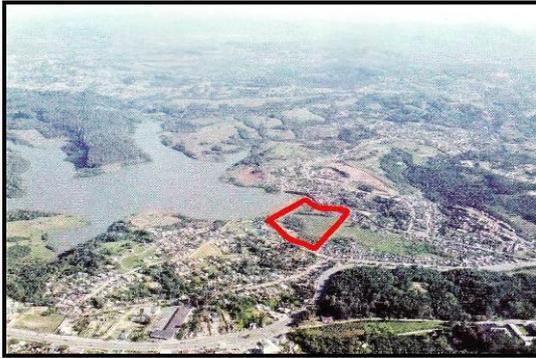


Figura 62: Área 1 – Zona de risco. Fonte: Porto Alegre, 1999, p. 24.

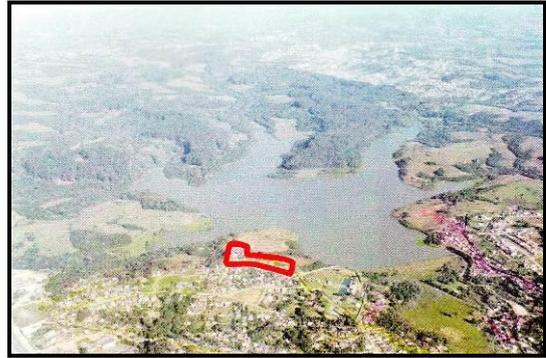


Figura 63: Área 2 – Zona de contaminação do ponto de captação da hidráulica. Fonte: Porto Alegre, 1999, p. 25.

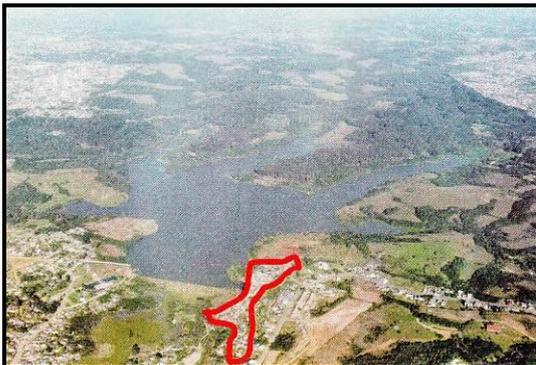


Figura 64: Área 3 – Zona de segurança da Barragem. Fonte: Porto Alegre, 1999, p. 26.



Figura 65: Área 4 – Zona de ocupação antiga. Fonte: Porto Alegre, 1999, p. 27.

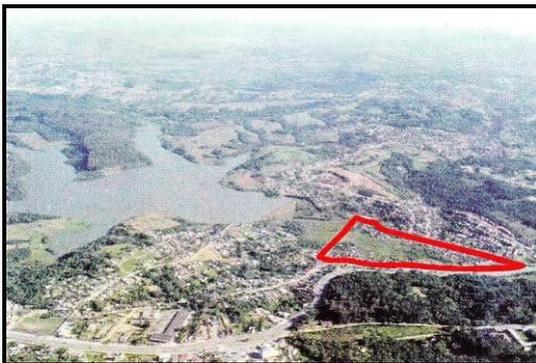


Figura 66: Área 5 – Prolongamento da zona de risco. Fonte: Porto Alegre, 1999, p. 28.

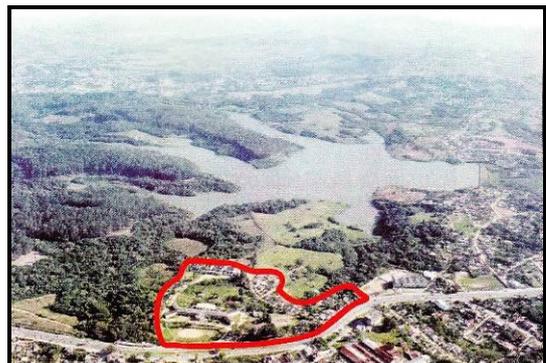


Figura 67: Zona da FEBEM. Fonte: Porto Alegre, 1999, p. 29.

Fora a questão ambiental e estratégica dessa barragem, há uma situação muito séria a ser tratada: o enorme risco à vida daqueles que ali habitam. Tanto é verdade que há uma área definida como de risco, em vista de a taipa da barragem ficar entre 20 ou 30 metros acima da zona referida. Caso, porventura, a barragem venha a estourar, essa zona seria totalmente alagada (SILVA; SULZABACH, 2009, p. 32).



Figura 68: Imagens das áreas ocupadas, próximas a Barragem Lomba do Sabão, no Parque Saint' Hilaire. Fonte: Adaptado de Silva e Sulzabach, 2009, anexos.

A Medida Provisória nº 2.220/01 estabelece que o Poder Público deve garantir, em outro local, o direito à moradia às comunidades que estiverem ocupando áreas de terras públicas, estando os moradores em situação de risco à vida e à saúde” (SILVA; SULZABACH, 2009, p. 25).

Por fim, não pretendendo aqui solucionar o conflito instalado, a final o trabalho citado já traz considerações a respeito, com embasamento jurídico próprio da área:

Portanto, devemos fazer uma ponderação a fim de não atingir o núcleo essencial de nenhum direito constitucional, devendo ter em vista o critério da proporcionalidade, pautado pela dignidade da pessoa humana, eixo no qual está fundamentado nosso ordenamento jurídico. No caso em tela, devem-se retirar os moradores dessa área irregular, porquanto é dever tanto do Poder Público como da comunidade a preservação do meio ambiente. Para alcance de tal finalidade, não cabe a simples retirada, pois o direito fundamental à moradia também deve estar presente para a resolução (SILVA; SULZABACH, 2009, p. 34).

Contudo, cabe lembrar que relocar não é somente retirar de um lugar com más condições de moradia e colocar em outro semelhante. Deve-se atentar àqueles elementos da moradia adequada, pois não se pode resolver uma questão que antes de ser jurídica é social simplesmente do ponto de vista jurídico, criando novo problema social (SILVA; SULZABACH, 2009, p. 36).

A proposta é destacar tal realidade presente junto ao objeto de estudo, a fim de reafirmar a complexidade instalada junto a este Parque e a esta proposta de patrimonialização como unidade de conservação da natureza.

Cada vez mais criamos possibilidades e a necessidade de preservar a diversidade natural e cultural, dispomos inclusive de tecnologias digitais para registro dos chamados bens imateriais. No entanto, as pessoas que deram origem a esta arte e conhecimento estão por desaparecer (BROWN, 2005), como é caso de alguns grupos indígenas. Ou seja, como afirma Brown (2005), o patrimônio cultural é importante, mas não é a única questão que merece atenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um abismo entre o que acontece com os bens culturais e o que os gestores reconhecem que deveria acontecer (LOWENTHAL, 2005). A noção de patrimônio tem se modificado ao longo dos anos: a concepção restritiva, de valorar somente o que é excepcionalmente belo e edificado, foi ampliada. Hoje se entende também como patrimônio cultural os conhecimentos, as práticas tradicionais, os lugares importantes para determinado grupo, entre outros bens, não necessariamente materiais. Na prática, no entanto, a abordagem ainda é fragmentada, como se observa no caso do Parque Saint Hilaire de Porto Alegre, em que há uma sobreposição na valorização de bens naturais sobre os bens socioculturais.

Neste sentido a pesquisa buscou conhecer a história do referido Parque e refletir sobre a possibilidade de se preservar diferentes bens em um mesmo local. A partir da perspectiva do patrimônio cultural observou-se uma grande diversidade de usos junto ao Parque e, conseqüentemente, um conjunto de conflitos. Tais situações resultam em relações restritivas entre a comunidade local e o PSH.

Os documentos produzidos pelas administrações do Parque e por outros órgãos do Município de Porto Alegre foram fundamentais para o conhecimento da história do local e para confirmação da presença dessa diversidade e das relações estabelecidas.

A pesquisa encontrou certas dificuldades, algumas delas já previstas. A maioria esteve relacionada à desestruturação dos arquivos públicos, a falta de funcionários, falta de funcionários capacitados e, em alguns, a dificuldade de acesso a documentação. Outro fator é a realidade presente no serviço da administração pública: suas práticas limitadas apenas a políticas de governo e sua incapacidade ou falta de comprometimento em documentar/registrar sua atuação.

Essa situação, ao que tudo indica, está em acordo com a realidade do restante do País. Trata-se de um reflexo da falta de conscientização e valorização do nosso patrimônio arquivístico. Situação que somente se modificará quando a diversas instâncias reconhecerem o papel do registro documental, como elemento de informação e prova, tanto para as questões que envolvem os cidadãos em geral, quanto para a pesquisa científica.

Mesmo com as limitações das fontes, o trabalho realizado se constitui em um referencial sobre o tema. Tendo em vista que são poucas as pesquisas sobre o objeto em questão e, especificamente na área das ciências humanas e sociais, onde apenas um trabalho foi encontrado²⁹.

Com relação ao cenário ambiental em que o PSH se insere, busquei conhecer e descrever o contexto local e as discussões acerca do meio ambiente, incluindo as normativas nacionais com relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, no qual ele está inserido. Este caminho foi importante para conhecer uma proposta que ultrapassa a ideia de desenvolvimento sustentável, obtendo uma forma de abordagem interessante para nossa realidade atual, considerando questões sociais.

O socioambientalismo é uma linha que comunga com as preocupações levantadas por este trabalho, no sentido de a preservação ambiental estar desconectada dos problemas sociais. Ou seja, é uma abordagem que busca equilíbrio entre a conservação e as pessoas que se relacionam com esses espaços, uma preocupação voltada não só para as sociedades futuras, mas também para as do presente.

De qualquer forma, o processo de seleção/eleição é uma presença constante nas propostas de preservação, e nas questões patrimoniais como um todo. De acordo com Prats, existe um repertório patrimonial disponível, mas somente alguns elementos são ativados. E a questão não é simplesmente “o quê vai ser ativado”, mas sim “quem tem o poder de eleger”. Os bens eleitos são sempre versões ideológicas (PRATS, 1997) que afirmam identidades. O patrimônio, portanto, é constituído de representações simbólicas destas versões de identidade.

²⁹ O já mencionado, trabalho de conclusão de curso: SILVA, Ana Paula Gonzatti; SULZBACH, Grazielle Blume. A função sócio-ambiental da propriedade urbana: o caso da Barragem Lomba do Sabão, no Parque Saint' Hilaire. Trabalho acadêmico. Faculdade de Direito – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009

A fim de refletir sobre o repertório patrimonial presente no Parque Saint' Hilaire, tendo em vista que o valor ambiental já está reconhecido, busquei conhecer e descrever a história do Parque e as diversas formas de uso do espaço público. Partindo do pressuposto que todo o processo de seleção implica exclusão, esta análise buscou refletir sobre a diversidade de elementos presentes no Local.

Em função da atual consagração e incessante busca por se constituir Patrimônios Culturais, nacionais ou mundiais (movimento comparado às históricas cruzadas medievais), este trabalho pode ser considerado um opositor. Não é necessariamente o caso. Tenho consciência da importância do Patrimônio Cultural e estou de acordo, principalmente por minha formação base ser na área da História. Por esse mesmo motivo penso que, mais do que aprovação, essa onda patrimonial merece reflexão, como afirmei no início deste trabalho.

As relações presentes no Parque e as situações conflitantes, geradas pelos objetivos de preservação e recreação, são uma constante em sua história. Já na década de 1970 a possível incompatibilidade foi levantada, quando da criação do seu Plano Piloto. Apesar de sua origem estar relacionada com as fontes de abastecimento de água de Porto Alegre, na década de 1940, o Parque Saint' Hilaire se consagrou, em meio à comunidade que o circunda, como um Parque, ou seja, um espaço de lazer e recreação. Tal contexto permitiu o surgimento e a permanência de uma séria de atividades.

Algumas destas formas de uso do espaço público, abordadas ao longo do trabalho – devido atual situação do Parque e suas normas de manejo –, são consideradas inconvenientes e, por vezes, ilícitas. Por acreditar que existem diferentes formas de se relacionar com a natureza e que devemos respeitar a diversidade busquei conhecer e divulgar tais práticas.

Constatarei que o Parque Saint' Hilaire não está em um âmbito de patrimônio comercializado turisticamente, como comumente acontece com patrimônio cultural, mas que lugares como este podem se constituir em elementos importantes para as práticas culturais e de identificação dos diferentes grupos que formam uma comunidade local e a sociedade brasileira. Mesmo que sejam práticas simples de cotidiano, práticas religiosas ou ações educativas, as situações que fizeram parte da vida das pessoas seguem marcadas no tempo, mas também em um espaço. Entretanto, a permanência de algumas atividades tem sido tratada como um impedimento à preservação ambiental.

Tendo em vista os aspectos observados, pode-se concluir que a relação entre diversos bens em um mesmo local não se dá de forma harmoniosa, pelo menos não no caso estudado. A questão seria equilibrar preservação ambiental e cultural, romper com o mito da natureza intocada e com a sacralização do meio ambiente, defendida por alguns ambientalistas desde o final do século XIX. No entanto, a diversidade mostrou-se um dificultador na conservação dos patrimônios no seu sentido completo, com a sobreposição de valores individualistas oriundos de grupos predominantes.

É evidente que este trabalho não esgotou as possibilidades teóricas e práticas disponíveis para seu desenvolvimento. Algumas escolhas e adequações foram feitas de acordo com o prazo estabelecido pelo programa de pós-graduação. Buscou-se aproveitar ao máximo o caminho percorrido, o qual se apresentou nesta dissertação. Deve-se registrar, contudo, que em outra oportunidade um contato direto com a comunidade deve ser planejado. Em virtude do tempo restrito e da insegurança no Parque e redondezas este contato não foi possível. Para maior dimensão das relações estabelecidas entre as pessoas e o local, entrevistas com grupos ou mesmo individuais (através de informantes-chave) podem aprimorar os resultados obtidos com relação aos valores destinados ao Parque Saint' Hilaire.

Entretanto, diante dos dados mencionados, pode-se concluir que o processo de patrimonialização não pode ser desprezado das ações historicamente mantidas entre homem e meio, uma vez que os patrimônios são construções sociais que surgem com base na memória coletiva e, portanto, estão sempre cercados pelos dilemas contemporâneos.

Os patrimônios são fruto de seleção, mas inevitavelmente movimentam sentimentos de grupos, de indivíduos, pois são representações simbólicas de identidades. E mais, são referências, marcas que orientam o homem e sua relação com o mundo e, portanto, temos que abrir nossa visão e ouvidos para uma discussão coletiva, para que o reconhecimento e a conservação sejam uma construção e não uma imposição unilateral. Esta é a maior justificativa deste trabalho, a partir de um estudo de caso, promover e difundir a discussão e reflexão sobre os Patrimônios Culturais.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

BUCKUP, Ludwig (Coord.). **Carta a Jorge Englert**. Secretário Municipal de Obras e Viação. Porto Alegre, 26 nov. 1976.

CEIA-SMAM, Centro de Educação e Informação Ambiental - Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre. **Projeto "Conhecendo os Parques de Porto Alegre"**. Porto Alegre: SMAM, 2004.

CEP/SUMAM, Centro de Estudos e Pesquisa/ Supervisão do Meio Ambiente. **Situação de ocupação do Parque Saint' Hilaire e evolução histórica de sua área física**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 1977.

DMAE, Departamento Municipal de Água e Esgotos. **Reservatório da Lomba do Sabão**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

_____. **Folder Qualidade da água, relatório anual**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2009.

_____. **Visita Guiada para educação ambiental**. Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

HOONHOLTZ, Carmem Maria L. von (Comp.). **Coletânea de Folders SMAM 1989 a 1992**. Porto Alegre: SMAM, 1992.

MORTARI, Marcio (Coord. e Org.). **Manejo Participativo: em busca da integridade do Parque Saint' Hilaire**. Porto Alegre: SMAM/Promoarte, 2002.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. **Boletim de Pessoal: Os 31 anos do Parque Saint' Hilaire**. Porto Alegre, 1978.

_____. Coordenação de Comunicação Social. **Prefeito presente às comemorações do 32º aniversário do Parque Saint' Hilaire**. Porto Alegre:

Prefeitura Municipal, 1979a.

_____. **Relatório da Comissão Intersecretarias da Barragem Lomba do Sabão.** Porto Alegre: SMAM; SPM; SMF; PGM; DMAE; DEMHAB; CAR PARTENON, 1999.

_____. **Termo de Cooperação para o Manejo Sustentável Indígena em Área Específica do Parque Saint' Hilaire (PSH).** Porto Alegre: SMAM, 2001.

_____. **Plano de Trabalho para a Realização de Práticas Afro-Brasileiras em Área Específica do Parque Saint' Hilaire (PSH).** Porto Alegre: SMAM, 2002.

SMAM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Diretrizes de Manejo da Área de Preservação Permanente do Parque Saint' Hilaire.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1978.

_____. **Parques e praças de Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1979a.

_____. **Política de proteção ambiental em Porto Alegre.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1979b.

_____. **Relatório Mensal de Atividades do Parque Saint' Hilaire, novembro de 1987.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1987.

_____. **Uma Caminhada Ecológica: a trajetória da SMAM na Administração Popular.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1992.

_____. **Foto Aérea do Parque Saint' Hilaire.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal/GeoTec, 2000.

_____. **Planta de localização das novas áreas de recreação e lazer do Parque Saint' Hilaire.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2009.

_____. **Biblioteca.** Disponível em:
http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_secao=211. Acesso em: 11 mar. 2011a.

_____. **Parques e Praças.** Disponível em:
<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php#>. Acesso em: 11 mar. 2011b.

_____. **Notícias.** Instalado Conselho Consultivo do Saint'Hilaire. Disponível em:
http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smam/default.php?p_noticia=144844&INSTALADO+CONSELHO+CONSULTIVO+DO+SAINT%C2%B4HILAIRE. Acesso em: 23 set, 2011.

_____. **Imagem do Conjunto de Parques e Reserva Biológica de Porto Alegre.** Porto Alegre, Prefeitura Municipal, s. d.

_____. **Planta de localização das áreas de recreação e lazer do Parque Saint' Hilaire.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, s. d.

SMOV, Secretaria Municipal de Obras e Viação. **Plano Piloto Parque Saint' Hilaire.** Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1975.

UEBRS, União dos Escoteiros do Brasil - Rio Grande do Sul. **Site.** Disponível em: <<http://www.uebrs.com.br/index.php?option=conteudo&Itemid=167>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

Legislação

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Brasília, 1988.

DECRETO-LEI nº 25. Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

DECRETO-LEI nº 211. Porto Alegre, 7 de novembro de 1944. Autoriza a prefeitura de Porto Alegre a adquirir imóvel de entidade – Companhia Hidráulica Porto-Alegrense.

DECRETO nº 6.223. Porto Alegre, 13 de dezembro de 1977. Cria no Parque Saint' Hilaire área de preservação permanente (950ha), destina local à recreação pública (230ha) e dá outras providências.

DECRETO nº 9.733. Porto Alegre, 11 de junho de 1990. Altera as dimensões das áreas de preservação permanente (940ha) e de recreação pública (240ha) do Parque Saint' Hilaire, criadas pelo Decreto nº 6.223 de 13 de dezembro de 1977, e dá outras providências.

DECRETO nº 11.280. Porto Alegre, 12 de setembro, 1995. Autoriza o uso da Área de Lazer nº 05, do Parque Saint' Hilaire a Feira de Diversões Bil Feijó.

DECRETO nº 14.289. Porto Alegre, de 16 de setembro de 2003. Enquadra o Parque Saint' Hilaire no Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

DECRETO nº 15.223. Porto Alegre, 20 de junho de 2006. Cria o Conselho Consultivo do Parque Natural Municipal Saint' Hilaire.

LEI nº 16. Porto Alegre, 29 de novembro de 1947. Dá denominação de Jardim Botânico Municipal “Parque Saint' Hilaire” ao horto florestal do Município.

LEI nº 2.163. Porto Alegre, 20 de dezembro de 1960. Proíbe a cessão, transferência ou doação de área pertencente ao Jardim Botânico Municipal Saint' Hilaire.

LEI nº 9.985. Brasília, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de

Conservação da Natureza e dá outras providências.

LEI nº 9.177. Porto Alegre, 21 de julho de 2003. Institui a Feira de Artesanato e Artes Plásticas do Parque Saint' Hilaire no Município de Porto Alegre e dá outras providências.

Jornais

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 25 nov. 1944. "**Ampliação dos serviços de água na cidade**", p. 4.

_____. Porto Alegre, 24 set. 1998. "**O pioneiro que criou o Parque Saint' Hilaire**", p. 3.

_____. Porto Alegre, 17 out. 2001. "**Índios vão explorar o parque Saint' Hilaire**", p. 21.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 3 ago. 1975. "**É o novo Saint' Hilaire: lazer ligado à natureza**", s.p.

JORNAL DO COMÉRCIO. Porto Alegre, 8 jul. 1983. "**Saint' Hilaire: mata e lazer gratuitos**", p. 6.

ZERO HORA. Porto Alegre, 22 jan. 1981. "**Seis mil escoteiros abrem hoje aqui a reunião pan-americana**", p. 6.

_____. Porto Alegre, 4 mai. 1985. "**Um dia para ficar à vontade**", s.p.

_____. Porto Alegre, 28 ago. 1988a. "**Brigada treina homens para ações especiais**", p.54.

_____. Porto Alegre, 27 jun. 1988b. "**Saint' Hilaire perde fama de ser um lugar perigoso**", p. 44.

_____. Porto Alegre, 04 set. 1989. "**Dia de verão no Saint' Hilaire**", p. 36.

_____. Porto Alegre, 15 mar. 1990. "**Escoteiro fazem assembléia domingo**", p. 47.

_____. Porto Alegre, 20 maio 1991. "**Novos tempos para o Parque Saint'Hilaire**", p. 33.

_____. Porto Alegre, 12 fev. 1994a. "**Copa Brasil-Sul é no Saint Hilaire**", p. 42.

_____. Porto Alegre, 22 out. 1994b. "**Encontrado corpo de professor**", p. 39.

- _____. Porto Alegre, 26 set. 1994c. **"Quatro afogados"**, p. 43.
- _____. Porto Alegre, 30 abr. 1995. **"As ilhas verdes onde a cidade respira"**, p. 16.
- _____. Porto Alegre, 21 fev. 1996. **"Escoteiros fazem curso no Carnaval"**, p. 32.
- _____. Porto Alegre, 30 nov. 1997a. **"Rios gaúchos matam mais que o mar"**, p. 62.
- _____. Porto Alegre, 24 nov. 1997b. **"Sete banhistas morrem afogados"**, p. 49.
- _____. Porto Alegre, 13 fev. 1998a. **"Onde fica localizado o Parque Saint Hilaire?"**, p. 2.
- _____. Porto Alegre, 17 out. 1998b. **"Projeto leve deficientes à natureza"**, p. 38.
- _____. Porto Alegre, 26 mar. 1999a. **"A União dos Escoteiros do Brasil está promovendo hoje mais uma edição do programa 'Basta Passar a Ponte'"**, p. 3.
- _____. Porto Alegre, 09 set. 1999b. **"Assassinato no parque"**, p. 66.
- _____. Porto Alegre, 18 jan. 1999c. **"Seis pessoas morrem por afogamento"**, p. 40.
- _____. Porto Alegre, 12 nov. 1999d. **"Torneio de escolhinhas comunitárias"**, p. 9.
- _____. Porto Alegre, 04 out. 2000a. **"1º Curso de Formação de Assessor Religioso Escoteiro, no Parque Saint Hilaire, em Viamão"**, p. 38.
- _____. Porto Alegre, 11 fev. 2000b. **"Corpo achado no parque"**, p. 29.
- _____. Porto Alegre, 14 jun. 2000c. **"Ensino para agricultores"**, p. 7.
- _____. Porto Alegre, 10 mai. 2000d. **"Jovem pode ter sido jogado em represa"**, p. 27.
- _____. Porto Alegre, 28 set. 2001. **"Acordo com índios"**, p. 68.
- _____. Porto Alegre, 30 abr. 2002. **"Sugestões de lazer"**, p. 43.
- _____. Porto Alegre, 26 jan. 2003a. **"Espaço no Saint' Hilaire é entregue na Capital"**, p. 33.
- _____. Porto Alegre, 03 set. 2003b. **"Onde fica localizado o Parque Saint-**

Hilaire?”, p. 2.

_____. Porto Alegre: 24 mai. 2005. **“A força dos Jedis gaúchos”**, p. 6.

_____. Porto Alegre, 01 mar. 2006a. **“Criança morre afogada em Viamão”**, p. 31.

_____. Porto Alegre, 02 out. 2006b. **“Escoteiros vivem um dia de desafios”**, p. 31.

_____. Porto Alegre, 24 abr. 2006c. **“Jovens executados na Lomba do Pinheiro”**, p. 31.

_____. Porto Alegre, 29 mar. 2007a. **“O parque Saint’ Hilaire pertence a qual município, Viamão ou Porto Alegre?”**, p. 2.

_____. Porto Alegre, 25 fev. 2007b. **“Onde fica o parque Saint’ Hilaire?”**, p. 2.

_____. Porto Alegre, 27 fev. 2007c. **“Partes de corpo são achadas em parque”**, p. 37.

_____. Porto Alegre, 25 out. 2007d. **“Túnel do Tempo – Turma de Cavalaria de 1967”**, p. 62.

_____. Porto Alegre, 05 fev. 2008a. **“O corpo de um homem queimado foi encontrado no interior do parque Saint’ Hilaire”**, p. 32.

_____. Porto Alegre, 26 nov. 2008b. **“Passeio de escola vira filme de terror”**, p. 50.

_____. Porto Alegre, 21 ago. 2008c. **“Preocupados com o ambiente, escoteiros de todo o país participaram do 1º Elo Nacional, no final de semana”**, p. 59.

_____. Porto Alegre, 11 out. 2008d. **“Teatro no olho do furacão. A arte virou caso de polícia”**, p. 4.

Bibliografias

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BERTONCELLO, Rodolfo (Org.). **Turismo y geografía**. Lugares y patrimonio natural-cultural de la Argentina. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedade – CICCUS, 2008.

BROWN, Michael F. Heritage Trouble: Recent Work on the Protection of Intangible Cultural Property. In: **International Journal of Cultural Property**, (12): 2005, p. 40-61.

CARMAM, María. **Las trampas de la naturaliza**: medio ambiente y segregación en Buenos Aires. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

CARMAN, John. Archaeology as Common Property. In: **Against Cultural Property: Archaeology, Heritage and Ownership**. London: Duckworth, 2005, p. 81-99.

CARVALHO, Isabel C. M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Isabel C. M.; GUIMARÃES, Leandro B.; SCOTTO, Gabriela. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2006.

CORRÊA, José Luís; GRAVARO, Isabel; NONATO, Eunice e SILVA, Adriana Fraga. **Projeto de Extensão Percepção Ambiental e Patrimonial da Comunidade Escolar do Entorno do Parque Natural Municipal Saint' Hilaire em Porto Alegre**. Porto Alegre: Centro Universitário Metodista IPA, 2009.

CUNHA, Cláudia Conceição; LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação. In: **Prâksis Revista do ICHLA**. Ano 5, v. 1. Novo Hamburgo: Feevale, 2008, p. 35-42.

FONSECA, Maria C. L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / MinC – Iphan, 2005.

FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (orgs.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. São Paulo: Annablume, 2009.

GONÇALVES, José R. S. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora EFRJ / MinC – Iphan, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LARAIA, Roque B. **Cultura**: um conceito antropológico. 22.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LIMA, Ilza Carla Favaro de. **Bens Naturais e Culturais e a Balança da Conservação**. Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História. Centro Universitário Metodista IPA. Porto Alegre, 2009.

LOWENTHAL, David. Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism. In: **International Journal of Cultural Property**. n.12, 2005, p. 393-423.

MACEDO, Silvio S. e SAKATA, Francine G. **Parques Urbanos no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MACIEL, Jaqueline L. Conhecendo os Parques de Porto Alegre. In: **Ecologia e Meio Ambiente – RS**. Porto Alegre: v.2, n.2, 2005, p.15-16.

MENEGAT, Rualdo (Coord.) **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2006.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PÁDUA, José A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, 2006, p.115-140.

POULOT, Dominique. Um Ecosistema do Patrimônio. In: BENCHETRIT, Sarah F.; BEZERRA, Rafael Z.; CARVALHO, Cláudia S. R. e GRANATO, Marcus. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008, p. 26-43.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. **Antropologia y Patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997.

RIBERIO, Wagner C. e ZANIRATO, Sílvia H. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**. v. 26, n. 51, 2006, p.251-262.

RUCKERT, Fabiano Q. **História e memória do ambientalismo no Vale dos Sinos**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SCHIER, Raul A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. In: **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 7, 2003. p. 79-85.

SILVA, Ana Paula Gonzatti; SULZBACH, Grazielle Blume. **A função sócio-ambiental da propriedade urbana**: o caso da Barragem Lomba do Sabão, no Parque Saint' Hilaire. Trabalho acadêmico. Faculdade de Direito – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.

SILVA, Francisco C. T. História das paisagens. *In*: CARDOSO, Ciro F.; VAIFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.

SILVA, Katarina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

SOUZA FILHO, Carlos F. M. **Bens culturais e proteção jurídica**. 2.ed. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1999.

TILLEY, Christopher. Introduction: Identity, Place, Landscape and Heritage. *In*: **Journal of Material Culture**. (11): 1/2. 2006. p. 7-32.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Instituições e locais de pesquisa

- ✓ Acervo Fotográfico do Museu da Comunicação Hipólito da Costa(MUSECOM);
- ✓ Acervo Fotográfico do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo;
- ✓ Administração do Parque Saint' Hilaire;
- ✓ Arquivo da Coordenação Central do Patrimônio, da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF);
- ✓ Arquivo da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC);
- ✓ Arquivo da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV);
- ✓ Arquivo da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM);
- ✓ Arquivo de Jornais do Museu da Comunicação Hipólito da Costa (MUSECOM);
- ✓ Arquivo do Departamento de Águas e Esgoto (DMAE);
- ✓ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Porto Alegre;
- ✓ Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho (AHPAMV);
- ✓ Arquivo Histórico do Rio Grandedo Sul;
- ✓ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS);
- ✓ Arquivo Público Municipal de Porto Alegre;
- ✓ Biblioteca da Câmara Municipal de Porto Alegre;
- ✓ Biblioteca da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM);
- ✓ Biblioteca do Departamento de Águas e Esgoto (DMAE);
- ✓ Centro de Documentação e Informação da Zero Hora;
- ✓ Fundação Zoobotânica;
- ✓ Jardim Botânico de Porto Alegre;
- ✓ União dos Escoteiros do Brasil, Região do Rio Grande do Sul (UEB/RS).

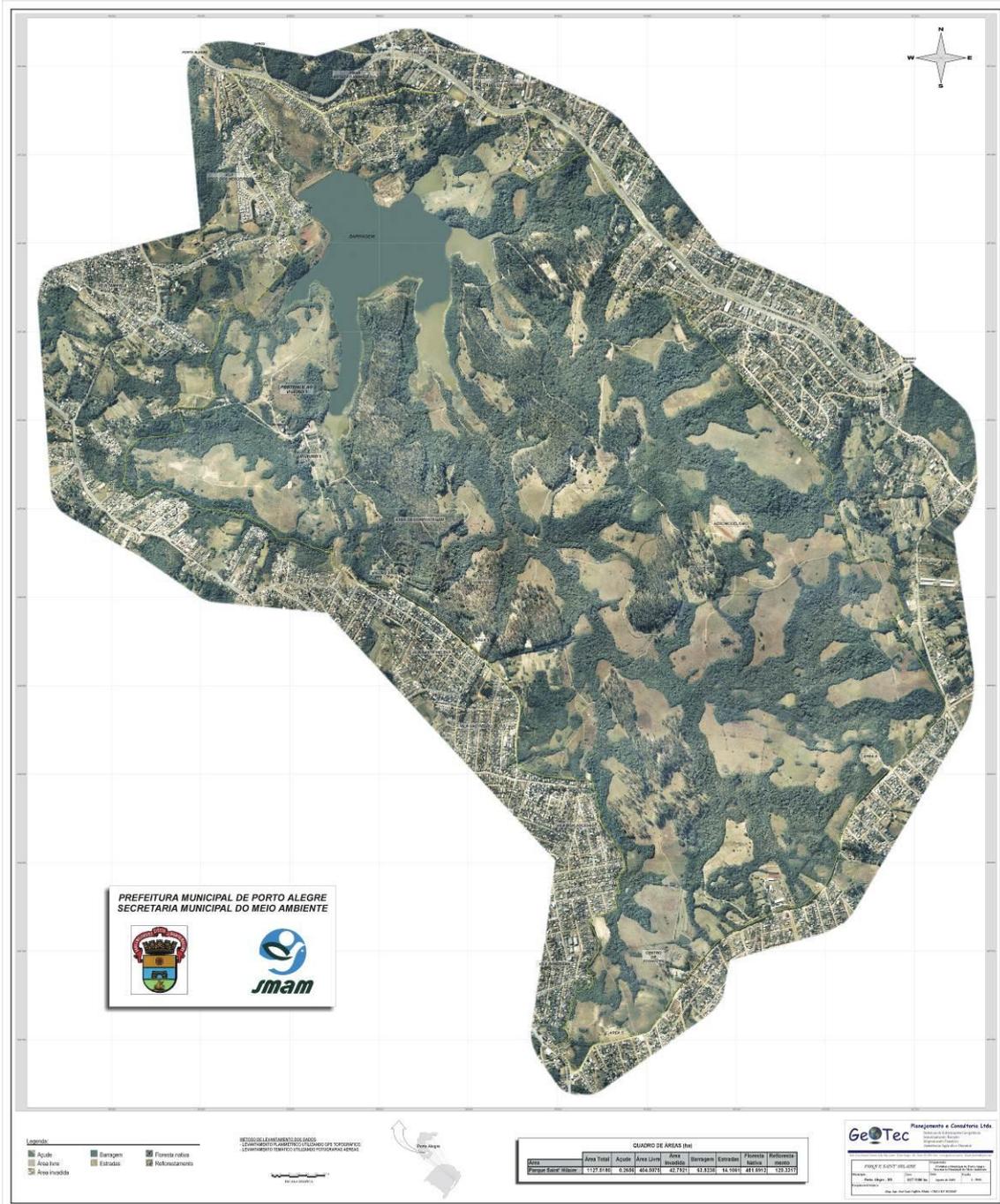
ANEXOS

Anexo 1 – Foto Aérea do Parque Saint' Hilaire

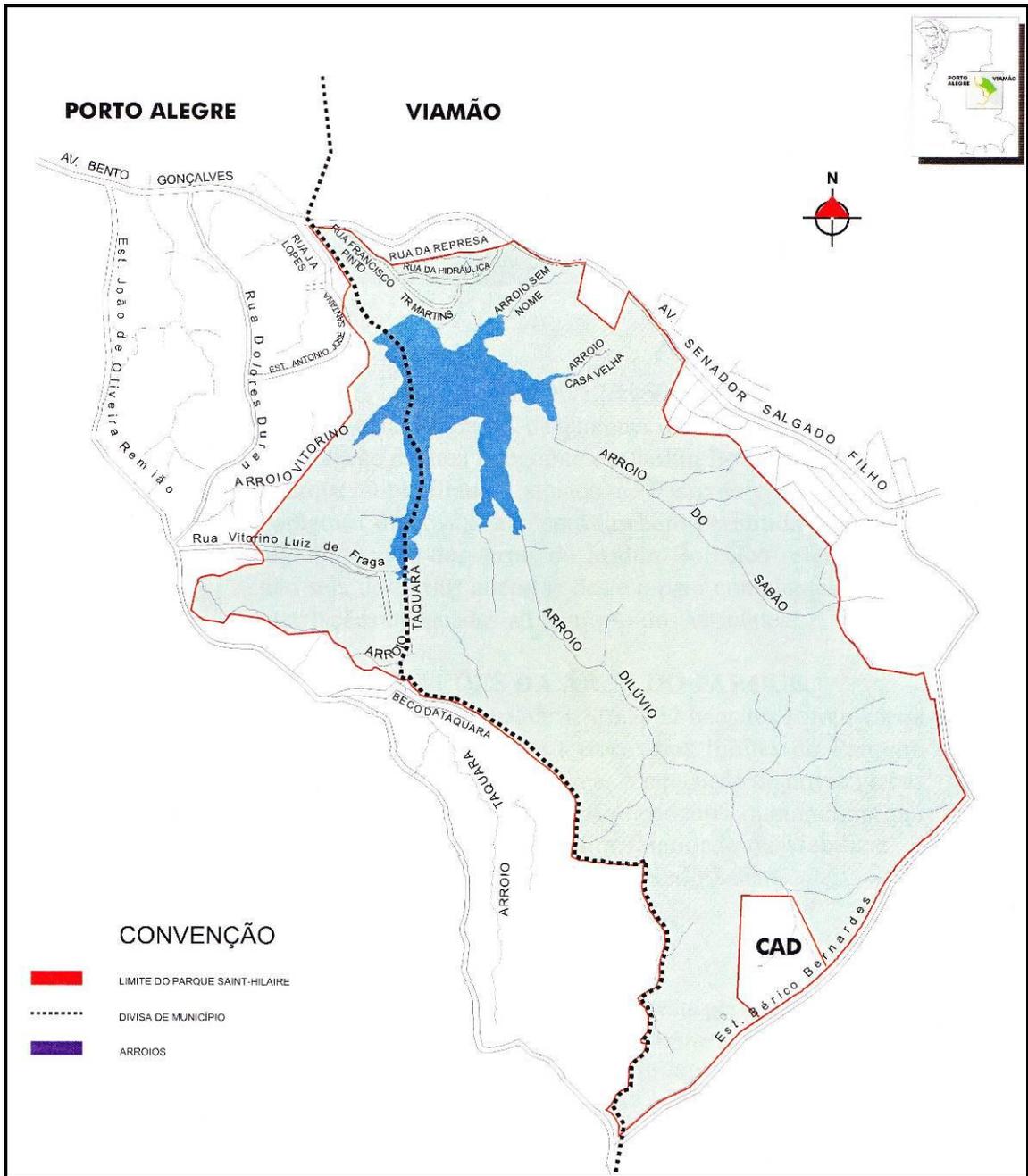
Anexo 2 – Imagem com os seis arroios que formam a represa

Anexo 3 – Termo de autorização da Pesquisa, fornecido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre.

Anexo 1 – Foto Aérea do Parque Saint' Hilaire. Fonte: Porto Alegre, 2000.



Anexo 2 – Imagem com os seis arroios que formam a represa. Fonte: PORTO ALEGRE, 1999. p.11.



Anexo 3 – Termo de autorização da Pesquisa, fornecido pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
SUPERVISÃO DE PARQUES, PRAÇAS E JARDINS
DIVISÃO DE ARBORIZAÇÃO, PARQUES, PRAÇAS E JARDINS
PARQUE NATURAL MUNICIPAL SAINT-HILAIRE

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

AUTORIZAÇÃO Nº 01/2010 () **RENOVAÇÃO**

Fica autorizado que a mestrandia ILZA CARLA FAVARO DE LIMA, do Curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, desenvolva atividades de pesquisa no interior do Parque Natural Municipal Saint'Hilaire, sendo-lhe permitida, ainda, a coleta de dados e de material necessários, em conformidade com o projeto de pesquisa contido no processo 001.019914.10.4, previamente aprovado pelo gestor desta Unidade de Conservação.

A presente autorização é válida pelo período de UM ANO a contar da data de sua assinatura pelo gerente da Unidade de Conservação, podendo ser renovada, caso a pesquisa não tenha sido concluída, mediante reavaliação do projeto por esta U. C.

QUANTO AOS DEVERES DO PESQUISADOR:

O pesquisador se compromete, sob pena de não receber futuras autorizações de pesquisa nesta Unidade de Conservação ou em outra administrada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a:

- Seguir as orientações escritas ou verbais da administração durante as incursões na área do Parque;
- Comunicar a administração do Parque previamente todas as incursões que serão feitas no interior do Parque;
- Fornecer todos os dados coletados no interior da UC, à administração do Parque Natural Municipal Saint'Hilaire, na forma de relatório indicando o local de coleta, e outras informações necessárias a perfeita compreensão dos mesmos, conforme projeto de pesquisa, mesmo que esta não venha a ser concluída;
- Enviar a essa administração as publicações que forem produzidas a partir da pesquisa realizada;
- Dispor-se a realizar seminário(s) sobre o tema da pesquisa, direcionados aos funcionários e Conselho Consultivo do Parque.

QUANTO AOS DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE:

A administração do Parque se compromete, a:

- Manter sigilo dos dados sempre que for solicitado pelo pesquisador;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
SUPERVISÃO DE PARQUES, PRAÇAS E JARDINS
DIVISÃO DE ARBORIZAÇÃO, PARQUES, PRAÇAS E JARDINS
PARQUE NATURAL MUNICIPAL SAINT-HILAIRE

- Apoiar a pesquisa, dispondo de acompanhamento de pelo menos um funcionário do Parque para as incursões à campo.

Porto Alegre, 03 de setembro de 20 10.

Gerson Luís Mainardi
Eng Florestal – Matr. 54200-6
Responsável Técnico
Parque Natural Municipal Saint-Hilaire

Dionizio Gonçalves Belinazzo
Eng Químico – Matr. 31185-9
Administração
Parque Natural Municipal Saint-Hilaire

Ilza Carla Favaro de Lima
Pesquisadora ICH/UFPEL